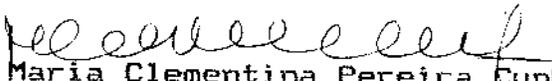


ANICLEIDE ZEQUINI ROSSI

O QUINTAL DA FÁBRICA

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento
de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de
Campinas.

Este exemplar corresponde
à redação final da disser-
tação defendida e aprovada
pela Comissão Julgadora
em 09 / 12 / 1991.

Orientador: Prof. Dra.  Maria Clementina Pereira Cunha

Dezembro/1991

R736q

15295/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Para José Antonio, e aos meus
pais Francisco e Dirce
Zequini.

"Somente nós que estamos vivendo agora podemos dar um significado ao passado. Mas esse passado foi sempre, entre outras coisas, o resultado de uma discussão acerca de valores. Ao reconstituir esse processo, ao mostrar como a causação na realidade se efetuou, devemos, à medida que nossa disciplina o permita, controlar nossos próprios valores. Uma vez porém, reconstituída esta história, temos a liberdade de oferecer nosso julgamento a propósito dela"

E.P.Thompson

em: A Miséria da Teoria

Agradecimentos

Muitas pessoas e Instituições ajudaram a tornar possível este trabalho ou contribuíram com seu tempo e conhecimento para o seu aperfeiçoamento.

A pesquisa subjacente a elaboração desta dissertação iniciou-se, em 1984, durante o desenvolvimento de um projeto de Aperfeiçoamento em Antropologia sobre a "Vila Operária Brasital" de Salto com a Profa. Dra. Mariza Corrêa. Tenho o prazer aqui de reconhecer o seu incentivo em despertar o gosto e a paixão pela pesquisa.

Em 1986 ingressei no Curso de Mestrado em História onde, inicialmente, o apoio e discussões com os Professores José Roberto do Amaral Lapa, Marco Aurélio Garcia, Robert Slenes e Arlete M. Rodrigues foram também importantes.

Agradeço a ajuda financeira fornecida em diferentes momentos da realização desta pesquisa, ao CNPq. entre 1986-1988, a FAPESP entre 1988-1989 e também ao Departamento de História da Unicamp pela bolsa de Incentivo Acadêmico em 1990 (ano difícil: de redação).

Aos meus amigos Anna Gicelle, Ema Camillo, Lucia Helena Silva, Jonas Marçal, Magda Ricci e Nicolina Petta agradeço pelas discussões e leituras. A Maria Antonieta Bastos, Kátia, Paula Ravaschio, Cláudia Fuller, Sandra Molina e também ao historiador local Ettore Liberalesso pelas preciosas "dicas", e por tudo isso, a dedicada amiga Marisa Carpintéro. E ainda, aos meus colegas de mestrado: Diana,

Ivone, Bel, André, Silvana, Rui, Regina, Mirza, Emerson e Joya.

Aos entrevistados e a obra do Historiador Local Luiz Castellari devo muito do que sei sobre a cidade de Salto e a elaboração do projeto inicial desta dissertação.

Agradeço a todos do Museu Republicano "Convenção de Itu" (Itu-SP), especialmente ao Prof. Jonas Soares de Souza pela acolhedora convivência durante os dezoito meses que passei pesquisando neste precioso arquivo e também pelas facilidades de trabalho e apoio que recebi.

Com Maria Clementina Pereira Cunha, orientadora deste trabalho, discuti a totalidade da pesquisa e da dissertação. Seus conhecimentos, sua experiência de pesquisa, sua dedicação e seriedade com que conduziu este trabalho foram fundamentais para a elaboração e conclusão desta dissertação.

ÍNDICE

Introdução.....10

Cap.I A REGIÃO DE ITU

- 1.1 A Complexa Formação da Rede de Sustentação
para as Primeiras Fábricas de Tecidos em
Itu e Salto.....25
- 1.2 A Presença de Ingleses e Americanos na
Direção Técnica e na Organização do
Trabalho.....42
- 1.3 Um Modelo de Fábrica de Tecidos: A "São
Luiz " em Itu.....45
- Notas.....49

Cap.II NATUREZA, TÉCNICA E ARTE

- 2.1 O Mágico Talismã: A Fábrica Galvão65
- Como adquirir uma fábrica de tecidos.....69
- A construção do edifício e a maquinaria....70
- Guilherme Wilkinson: um técnico da Samuel,
Irmãos & Cia.....73
- 2.2 A Gerência da Samuel, Irmãos & Cia.
- O trabalho noturno.....75
- O inglês Arthur D'Sterry.....80
- Antonio de Moraes Navarro: um trabalhador
urbano em Salto no século XIX.....83
- 2.3 As Engenhosas Máquinas de Tacer: A Fábrica
Barros Júnior.....87

2.4	Projetos Industriais não Concretizados.....	92
2.5	Tecido e Papel: Finalizando o Século XIX.	
	Fábrica Octaviano Pereira Mendes.....	97
	Uma republicana: a inauguração da	
	primeira fábrica de papel da Província de	
	São Paulo.....	101
	Notas.....	106

Cap:III O QUINTAL DA FÁBRICA

3.1	Os Personagens do Trabalho Fabril.....	121
	Uma visita do Imperador.....	129
3.2	O Tietê	
	O rio dos moradores.....	133
	A informação oculta.....	136
	As águas das fábricas.....	139
3.3	A Rua do Porto: Uma Disputa Interessante...	145
	As pedras no meio do caminho.....	146
	Os terrenos públicos em 1883.....	156
3.4	A Epidemia de Variola e o Surgimento de um	
	Chefe Local.....	163
	A proliferação: uma oportunidade	
	inesperada.....	164
	A cura.....	170
	A assistência aos operários.....	175
3.5	O Fim da Festa.....	182
	Notas.....	187

Cap. IV O PATRÃO S/A

4.1 Câmara Versus Fábrica.....	205
4.2 Os Italianos.....	222
4.3 A Vila Operária Brasital.e seus moradores..	226
A família e a casa.....	227
O "Quintalão": um espaço feminino.....	228
De moradores a proprietários.....	230
Notas.....	233
Anexos.....	241
Bibliografia Consultada.....	252

ÍNDICE DE ANEXOS

- I- Isaiah Hough, um exemplo de Técnico Itinerante.

- II- Traslado da escritura de compra e venda feita entre Samuel, Irmãos & Cia. e José Galvão de França Pacheco Jr. (1873).

ABREVIATURAS

usadas nas notas

- ACCI - Arquivo Central da Comarca de Itu
- CMU - Centro de Memória da Unicamp
- I.Y. - Jornal Imprensa Ytuana
- MRCI - Museu Republicano "Convenção de Itu" Itu-SP.
- Of. - Ofício de Justiça
- RAMSP - Revista do Arquivo Municipal de São Paulo
- RIHGSP- Revista do Instituto Histórico e Geográfico
de São Paulo
- RMP - Revista do Museu Paulista
- TJC - Tribunal de Justiça de Campinas
- V. - Verso

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Nascer e viver numa determinada cidade certamente não significa conhece-la. Os diversos elementos do dia a dia que nos orientam para a ida à escola, ao trabalho e aos espaços do lazer, como informações existentes nas placas com nomes de ruas, monumentos, edifícios antigos, ou mesmo, o recorte das velhas ruas, tornam-se meras referências que nos orientam em momentos de distração; dão um sentido meramente geográfico de direção.

Esta talvez seja a sensação de todos aqueles que, como eu, procuram outros sentidos na cidade em que nasceram (no meu caso, Salto-SP). Um primeiro caminho a percorrer diz respeito às longas histórias de vida contadas pelos vizinhos, pais, avós, enfim por um grupo restrito de pessoas, nossos amigos e conhecidos. Disposta a ouvi-los, aprendemos a conhecer suas tradições, suas versões sobre o passado que está inscrito nestas marcas físicas e, por que não, também a formular os primeiros questionamentos sobre elas. De certa forma, esta foi a origem de minha preocupação com a história da cidade e de seus habitantes.

Num segundo momento os livros, documentos, jornais e fotos que ninguém mais lia ou via tornaram-se alvo, primeiramente, da minha curiosidade, para depois transformarem-se em fonte para a pesquisa histórica. A "caça

ao documento" proporcionou uma experiência positiva alertando-me, a cada etapa da pesquisa, para as questões relacionadas à memória, ou ao patrimônio histórico e cultural. A cidade de Salto, como a maioria das cidades brasileiras, tem uma memória cuidadosamente construída e, ao mesmo tempo, opaca para os seus habitantes.

Este aspecto, embora minimizado pelo envolvimento intenso com a documentação, constituiu o ponto de partida para esta dissertação que não pretende ser propriamente um "estudo de caso" (no sentido de exemplo a ser confrontado com modelos analíticos postulados pela historiografia), mas quer se apresentar como um esforço de desvendar o processo de constituição da memória e da história de uma cidade famosa por apenas por sua cachoeira, com a qual muitas vezes ainda é confundida pelos que a designam como "Salto de Itu".

Por isso, creio que este trabalho prescinde de uma conclusão. Perseguindo a história de Salto, ele termina no momento em que esta memória (relacionada à estreita relação entre a presença da fábrica e a gestão da cidade) se perdeu para aqueles que vivem hoje na cidade. Isto pode explicar também - como é devido no início de todos os trabalhos - as características gerais do texto.

No primeiro capítulo deste estudo, sob o título de **A Região de Itu** procuramos compreender a formação e estabelecimento daquilo que denominamos a "rede de sustentação" que permitiu o êxito e a estabilidade da

primeira fábrica de tecidos instalada na Província de São Paulo construída em Itu e depois, principalmente, as de Salto.

No capítulo II. *Natureza, Técnica e Arte*, as fábricas existentes em Salto durante a segunda metade do século XIX, seus proprietários, operários, organização do trabalho e a tecnologia inglesa voltada para a produção de tecidos, constituem nossas preocupações.

O terceiro Capítulo, intitulado *O Quintal da Fábrica*, trata da questão central deste trabalho. Nele, procuramos evidenciar a maneira pela qual os dois primeiros proprietários e suas respectivas fábricas de tecidos, de 1875 e 1880, conduziram o cotidiano local e interferiram decisivamente nos assuntos referentes ao aspecto urbano. Neste momento, a divergência política entre eles, (pois estes primeiros industriais eram um monarquista e um republicano) entra no âmbito das questões pessoais, proporcionando uma visão mais ampla da sua representatividade enquanto elementos ativamente participantes na formação da cidade de Salto.

No capítulo IV, *O Patrão S/A*, finalizando o trabalho, acompanhamos o processo de incorporação daquelas primeiras fábricas por grandes empresas de capital estrangeiro; encaminhamos a discussão no sentido de evidenciar a continuidade do seu poder de mando, e particularmente, a sua ascendência econômica sobre a cidade cujas raízes e cuja

dinâmica estão profundamente associadas ao trabalho fabril. Procurando acompanhar este processo, em rápidas pinceladas nos estendemos a análise até a década de 60, quando o esfacelamento do patrimônio da fábrica - com a venda das casas da Vila Operária Brasital e a instalação de outras indústrias na cidade - foi decisivo para impedir a continuidade da tradição, que até então, atribuía à presença daquelas primeiras fábricas de tecidos e suas sucessoras, a gestão direta e a responsabilidade por tudo o que acontecia na cidade de Salto. Visões como esta tornaram-se, presentemente, apenas reminiscências daqueles que ainda hoje podem contar esta história: Lembranças de velhos saltenses que perderam os elos com a cidade em sua feição contemporânea. Nesta dissertação está aquilo que foi possível recuperar numa pesquisa extensa. Destes fragmentos, no entanto, abriu-se um leque de perguntas sobre aspectos que os registros do passado (escondidos sobre as estantes e papéis amarelados no arquivo do Museu Republicano "Convenção de Itu") permitiram trazer até o presente.

Unindo o que parecem ser, à primeira vista, momentos "avulsos" ou desconexos da história da cidade de Salto - ou questões diferentes que permeiam o texto diante das quais por vezes cedi assumidamente à curiosidade - está o fascínio por um passado esquecido que dá sentido à existência da cidade em seu aspecto atual. Trata-se de uma história feita de pequenos pedaços, fragmentos que compõem uma espécie de

quebra-cabeças do qual muitas peças ficaram irremediavelmente perdidas. No entanto, sobreviveram evidências suficientes, para ao menos revelar os contornos desta história que se esconde por trás das marcas físicas que comemoram personagens e acontecimentos locais.

Assim, a dissertação não tem em sua estrutura um único problema que funcione como eixo central da argumentação. Mas não se trata de recuperar uma "história local" encerrada em si mesma: na verdade, o resultado final desta pesquisa pretende contribuir no sentido de suscitar algumas perguntas que, ao se expressarem, estabelecem imediatamente um diálogo com a historiografia dando elementos para questionar vários de seus estereótipos consagrados ou indicar evidências relativas a muitos de seus temas prediletos.

Uma primeira questão, diz respeito à própria formação das cidades brasileiras. A maior parte da bibliografia recente voltada para a discussão das cidades industriais privilegia, em suas análises, locais como Rio de Janeiro e São Paulo, caracterizados sobretudo pela grande concentração populacional e pela presença de diversificados estabelecimentos fabris. Nestas cidades as fábricas e o crescente contingente de trabalhadores, provocando uma ocupação desordenada do espaço urbano, surgem como um problema a ser solucionado pelo poder público ao "redefinirem" o espaço urbano em seus usos e configurações. Tal bibliografia trata sobretudo de analisar o significado e

o impacto da industrialização do ponto de vista da disciplinarização e higienização das cidades e apontando-as, de certa forma, à nova condição de espaço do trabalho fabril (1).

Mas Salto - como certamente muitas outras cidades do interior paulista - tem uma gênese diferente: no núcleo urbano que surge e se desenvolve para e pela fábrica, a partir de suas necessidades e estritamente controladas pelos seus desígnios. Aqui, a fábrica antecede à cidade, o que coloca uma situação diversa e talvez permita refletir sobre as relações entre industrialização e urbanização com novos elementos capazes de enriquecer as análises da questão.

(1) Rolnik, Raquel. Cada um no seu lugar. São Paulo no início da industrialização, geografia do poder FAU-USP; Rago, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. RJ/SP, Paz e Terra ed., 1979.; Bresciani, Stella M. A questão urbana: cidades, técnica e política ampuh, 1988, mimeo.; Blay, Eva A. Vilas Operárias, FFLCH-USP, 1981, mimeo.; De Decca, Maria Auxiliadora A vida fora das fábricas - Cotidiano operário em São Paulo 1927-1934, IFCH-Unicamp; 1983, mimeo.

A fábrica exerceu uma influência decisiva sobre a estrutura urbana de Salto e sua própria emergência enquanto cidade industrial fundamenta-se na estreita relação existente entre ela e a construção de suas primeiras fábricas - questão básica deste trabalho. Particularmente, estamos diante de um processo de urbanização nucleada pela fábrica - fato semelhante ao que ocorreu, também com as cidades de Americana e Votorantim do Estado de São Paulo, carentes ainda de uma pesquisa neste sentido (2).

Mas há também outros pontos de contato com a historiografia a serem indicados desde já. Trabalhos voltados para a análise econômica da produção cafeeira do Oeste têm se esforçado em demonstrar o quanto ela foi responsável por uma acumulação monetária aplicada em diversos ramos de atividades urbanas, como comércios, bancos, indústrias e também em ferrovias. Nessas análises o imigrante aparece não apenas como substituto do trabalho escravo, mas como um componente fundamental para o mercado de mão de obra e consumo necessário para a viabilização da indústria. Gerou-se, nestas matrizes historiográficas, um

(2) Foot, Francisco e Victor Leonardi. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**, SP, Global ed., 1982 pp. 175/76.

modelo analítico que atribui o crescimento industrial à atividade cafeeira - quase como um de seus "subprodutos" (3)

Esta questão incentivou também esta pesquisa, que aponta para um padrão diferente de industrialização totalmente desvinculada do café: pelo menos, nos exemplos citados nesta dissertação, relacionados com a construção das primeiras fábricas de tecidos em Itu e Salto, os recursos provinham sobretudo da cultura da cana e do algodão.

O modelo construído pela historiografia, no entanto, não para por aí. As análises voltadas para a formação do Partido Republicano Paulista e sua grande aceitação pelos fazendeiros de café do "Oeste" é algo constantemente associado ao argumento anterior. Grande parte destas análises sustentam-se na idéia de que a proposta republicana, baseada sobretudo na idéia federativa, vinha ao encontro dos interesses pessoais destes cafeicultores. Na prática, a federação significaria a autonomia política e administrativa dos vários estados; portanto, cada um administraria suas rendas e impostos, e elegeria seus

(3) Cano, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, IFCH-Unicamp, 1975, mimeo.; Silva, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, SP, ed. Alfa-Omega, 1976.

próprios candidatos para os cargos públicos.

A par desta discussão procurou-se também demonstrar as profundas diferenças existentes entre as duas principais regiões produtoras brasileiras, o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista, num momento em que este último destacava-se pelo sistema de trabalho adotado em suas fazendas, substituindo o trabalho escravo pelo livre-imigrante. A esta particularidade dos fazendeiros do Oeste é atribuído um caráter moderno e dinâmico, associado à viabilização da industrialização. Ao contrário destes, os do Vale do Paraíba teriam mantido suas propriedades nos padrões tradicionais de produção: avessos a inovações tecnológicas e baseados no trabalho escravo.

Alguns autores que procuram tratar desta questão, dão grande destaque à diferença de mentalidade entre fazendeiros do Oeste e os do Vale do Paraíba na segunda metade do século XIX, referindo-se aos primeiros como "uma nova raça de senhores rurais" de "idéias mais avançadas do que os do Vale do Paraíba", afirmando que eles "representavam duas fases da economia brasileira, dois estilos de vida duas mentalidades" (4). Mas há também autores como Paula Beiguelman para quem

(4) Holanda, Sérgio Buarque de. "Prefácio do Tradutor", in Thomas Davatz. *Memória de um Colono no Brasil (1850)*, SP, livraria Martins ed., 1941 pp. 13/14.; Costa, Emília Viotti da. *Da Senzala a Colônia*, SP, Difel ed. 1966, p. 465.

neste esquema "não se faz mais do que repetir, reformulando-a, embora, com pretensão científica, a ideologia do Oeste Paulista, que atribuía aos fazendeiros do Vale o epíteto de emperrados". Para ela, a análise consiste justamente em procurar compreender as "condições estruturais" que favoreceram a busca de definições econômicas que estimularam os fazendeiros do Oeste". A mentalidade passa a ser percebida "como resultante e não mais de forma simplista como causa" das diferenças (5).

Contudo, mesmo depois dessa observação, subsiste a concepção de que todo empreendimento executado por estes fazendeiros provinha sobretudo, dos recursos acumulados durante os sucessivos anos de atividade cafeeira. No entanto, algumas evidências levantadas neste trabalho sugerem que as facilidades com que executavam seus projetos podiam estar relacionadas à atividade política que exerciam, quer como vereadores nas cidades em que estavam localizadas suas propriedades, quer como deputados estaduais ou federais ou por intermédio de algum outro cargo público.

Pelo menos no caso dos personagens centrais desta dissertação -que, como já apontado, não acumularam capital a

(5) Beiguelman, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro*, SP, Livraria Pioneira ed., 1968 p. 72

partir da agricultura cafeeira - isto é uma constatação fortemente apoiada nas evidências documentais.

Nesta dissertação, as evidências apontam para uma situação que parece distanciar-se do padrão construído pela historiografia. Nos deparamos com industriais cuja origem está disvinculada da cafeicultura e cujas posições políticas são intrinsecamente diversas - o que permite ao menos colocar em dúvida a universalidade do modelo analítico postulado por sucessivos historiadores. Das fontes de pesquisa emergiu também um outro personagem importante, cuja presença ainda prescinde de estudos em profundidade: o capital inglês, envolvido aqui diretamente na atividade fabril através de seus prepostos residentes no local. Por outro lado, a posição política de cada um destas personagens - enquanto monarquistas ou republicanos - não deve ser tomada como um dado negligenciável na análise que empreendemos. Podemos retomar, neste ponto, alguns exemplos historiográficos para tornar mais claro o argumento.

Maria Isaura Pereira de Queiroz, por exemplo, definiu os fazendeiros do Vale como "titulares do Império", uma "burguesia latifundiária com fumos de nobreza" apontando sua

identificação e dependência em relação ao poder monárquico, em oposição aos do Oeste Paulista formados pela "burguesia comercial" (6).

Este tipo de análise voltada para as particularidades regionais, embora marcada pelas diversidade metodológica, colaborou no sentido de relacionar posicionamentos ideológicos de seus participantes a atitudes pessoais.

Desta forma, os Monarquistas (Vale do Paraíba) aparecem como dotados de espírito conservador, ausentes de percepção, plenamente capitalista enquanto os Republicanos (Oeste Paulista) surgem como empreendedores, abertos às novas idéias. Os fazendeiros republicanos são aí vistos como empresários modernos, responsabilizados indiretamente pelas transformações atravessadas pelo país no final do século XIX.

As generalizações decorrentes desta forma de interpretação são tomadas como parâmetros para a análise das duas tendências políticas e de situações em que seus

(6) Queiroz, Maria Isaura F. de. "A estratificação e a mobilidade social nas comunidades agrárias do Vale do Paraíba entre 1850 e 1888", in *Revista de História* 1:2, abr-jun. 1950 pp. 217-8.

simpatizantes estão presentes. Foram generalizadas a ponto de tornarem-se, para esta historiografia, uma chave explicativa estendida para toda a história do país, atravessando o campo e a cidade, bem como os limites regionais. Mas, como bem observou Peter Eisenberg ao analisar o Congresso Agrícola de 1878 negando a importância das diferenças de mentalidades regionais, "tanto os fazendeiros do Vale do Paraíba e do Sul de Minas quanto os do Oeste paulista eram membros de uma só classe, uma classe baseada na exploração de grandes propriedades particulares e rurais e de trabalhadores diretos escravizados e, em grau menor, livres sem ser assalariados. Como qualquer classe, ela teve suas divisões internas, mas em 1878 as divisões não obedeciam a divisões geográficas" (7).

Esta conclusão veio ao encontro das preocupações que permeiam este trabalho, sugerindo que os Monarquistas não estavam segregados ao Vale do Paraíba e sequer tinham o mesmo posicionamento frente a determinadas situações. Afirmção semelhante poderia ser feita, também, em relação aos Republicanos do Oeste Paulista. A complexidade desta

(7) Eisenberg, Peter L. "mentalidade dos Fazendeiros no Congresso Agrícola" in: *Homens Esquecidos*, Campinas SP, ed. Unicamp, 1989 p. 159.

situação colabora no sentido de questionar toda análise determinista em que Monarquistas e Republicanos aparecem como agentes totalmente opostos, correspondentes ao paradigma historiográfico.

Neste trabalho procuramos, de certa forma, resgatar esta discussão, observando-os não como participantes de um Congresso- no qual a discussão estava voltada para as questões da grande lavoura destacando-se o problema da mão-de-obra- mas como indivíduos integrantes e moradores num unico local, Salto SP. Para tanto, os primeiros proprietários de fábricas de tecidos neste local, o monarquista José Galvão de Franca Facheco Jr. e o republicano Francisco Fernando de Barros Júnior transformaram-se nos personagens centrais desta dissertação, mesmo que suas posições políticas não tenham sido o único motivo para essa escolha: há um outro fator muito importante que este trabalho pretende também discutir que são a sua representatividade e participação como proprietários de fábricas, e o seu papel na gestão e na organização da cidade de Salto.

Para estabelecer as raízes do processo e também daqueles que diretamente estavam envolvidos na constituição do que denominamos "O Quintal da Fábrica", pesquisei na Coleção de Jornais Republicanos, pertencentes ao Museu Republicano "Convenção de Itu" (Itu SP) principalmente a *Imprensa Ytuana*, que como órgão de propaganda, foi de grande

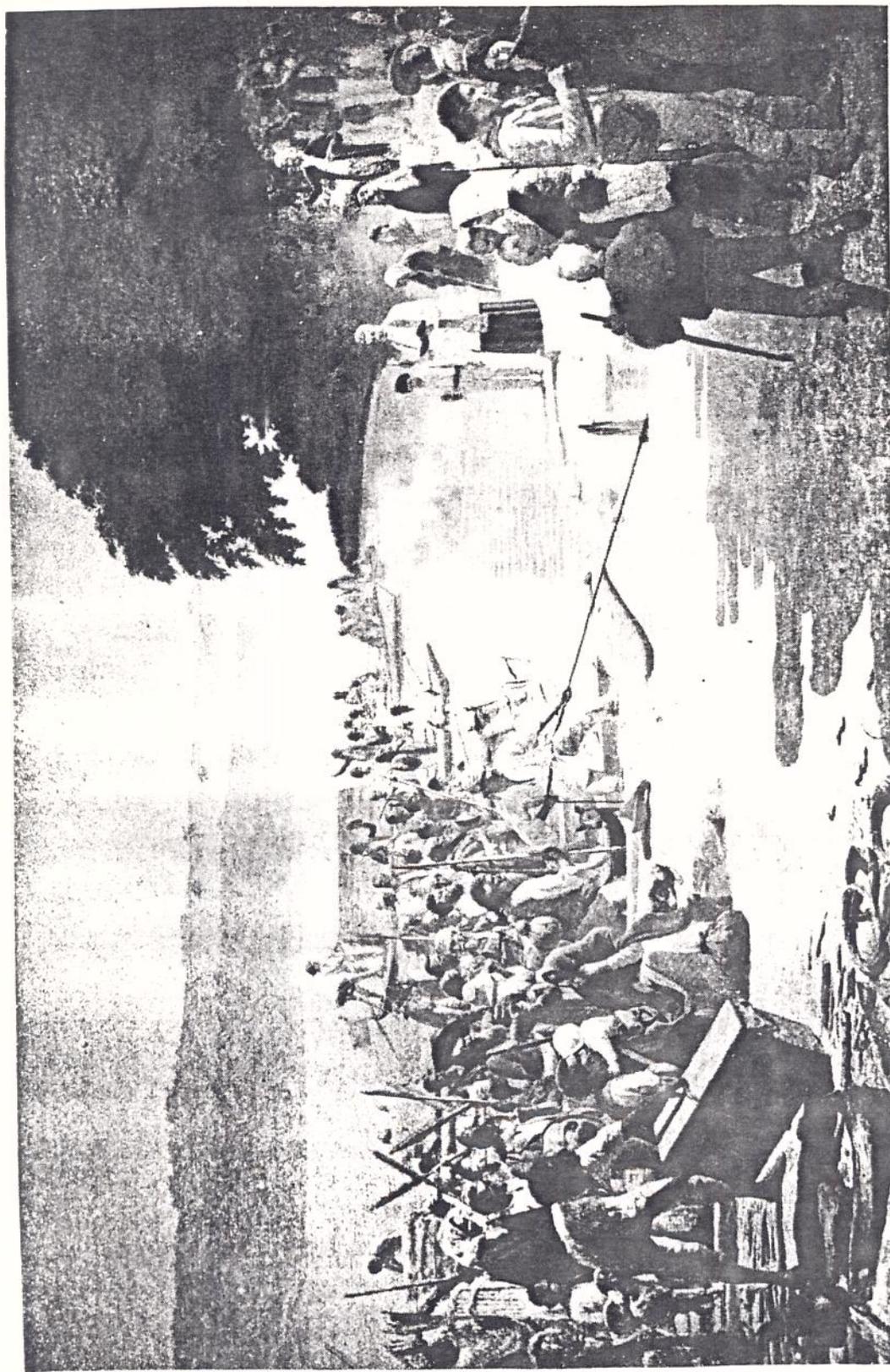
utilidade na abordagem dos procedimentos relacionados à política do republicano Barros Júnior.

Contudo, a ausência de informações sobre a atividade dos monarquistas naqueles jornais exigiu a busca de outras fontes. A documentação cartorial existente neste mesmo Museu mostrou-se fundamental, no sentido de fornecer as informações sobre os procedimentos adotados pelos agentes das duas tendências política, como também apresentou-se como uma das fontes possíveis para a pesquisa sobre os elementos que norteiam o processo de implantação das primeiras fábricas de tecidos em Salto.

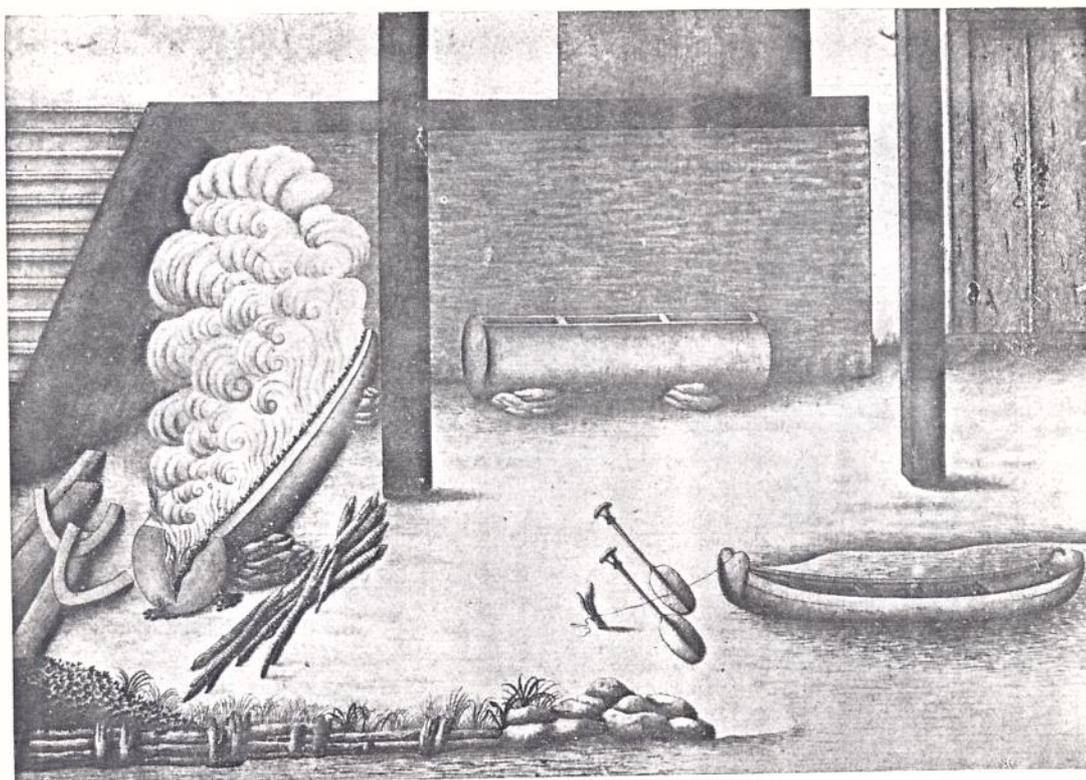
Com estas fontes foi possível recuperar um exemplo de cidade cuja origem e crescimento foi moldada pelo trabalho fabril. Reconstituir um processo de crescimento industrial que nada teve a ver com a cafeicultura, mas com a cana e o algodão. Desenhar o perfil de industriais do século passado e deste século que disputam entre si, mais que o "mercado", a primazia política no local permeando o "jogo de interesses" com suas diferentes filiações aos ideários monarquista e republicano. Foi possível entender um pouco melhor uma cidade constituída - desde o Império - como um "quintal da fábrica". Uma história, enfim, bastante fora dos padrões reiteradamente afirmados pela historiografia que trata deste tipo de tema e que talvez ajude a ampliar os horizontes de análises e reflexão.

CAP. I

A REGIÃO DE ITU



Partida da monção
(Almeida Júnior - 1897)



Construção de canoas ao modo dos índios (1784)

(Desenho de J.J. Codina)

Fonte - Monções

CAPÍTULO I - A REGIÃO DE ITU

1.1 - A COMPLEXA FORMAÇÃO DA REDE DE SUSTENTAÇÃO PARA AS PRIMEIRAS FÁBRICAS DE TECIDOS EM ITU E SALTO

A história da ocupação territorial da região de Itu está intimamente ligada aos movimentos colonizadores em direção ao interior de São Paulo. Itu, fundada por Domingos Fernandes e Cristovão Dinis, ambos integrantes da bandeira de Nicolau Barreto (1602), teve a sua origem ligada à construção de uma capela em devoção à Nossa Senhora da Candelária do Utu-Guassu. Em 1653 foi elevada à condição de Freguesia, subordinada à de Farnaíba; a Vila em 1654, e a Cidade só em 1842 (1).

A denominação Utu-Guassu ou Ytu-Guassu deve-se à presença de uma cachoeira do rio Tietê junto ao local onde atualmente fica a cidade de Salto (SP), que até o ano de 1889 era um pequeno povoado fundado em 1698 por Antonio Vieira Tavares, considerado uma extensão da Vila de Itu (2). Em 1700, as terras, escravos e benfeitorias que constituíam este lugar foram doados à Capela de Nossa Senhora do Monte Serrat, construída por Tavares (3).

Com o descobrimento do ouro em Cuiabá no século XVIII, a região de Itu passou a fazer parte da "imensa rede de vias e lugares que assinalaram o povoamento do Sertão" (4), o que contribuiu para amenizar o isolamento geográfico e também para a formação daquela sociedade.

Neste processo, o rio Tietê desempenhou um papel fundamental para o transporte dos inúmeros "aventureiros", entre os quais os ituanos. As "Estradas Móveis", como foram denominados por Sergio Buarque de Holanda os rios utilizados pelas Monções para Cuiabá, tinham início no Porto de Ararituaba, o Porto Feliz das Monções. Ali eram construídas as canoas ou "canoões" que deveriam ser bastante resistentes, destinados a transportar homens e provisões para a expedição. A viagem era longa e os obstáculos eram muitos (5).

Em Ararituaba, os componentes das monções encontravam "...os mestres do estaleiro fluvial e seus operários" (6) que construíam as canoas com perobas existentes naquela região. Os produtos nelas transportados provinham "sobretudo dos distritos de Itu e Ararituaba, onde sempre foram numerosas as roças de milho" (7). O Livro Comercial de Créditos e Débitos de um fornecedor para Fregueses que partiam daquele Porto em busca do ouro no ano de 1726, é um testemunho de que ali havia algum comércio destinado ao abastecimento destas expedições (8)

Quando os homens retornavam das minas, "Ararituaba, pobre e quieta, torna-se por alguns dias cheia de movimento e rica, o ouro corre como dinheiro, e dos que chegam todos querem ostentar mais riqueza" (9). Este fato talvez explique o fracasso das atividades comerciais iniciadas naquela localidade em que só "enriquecia" por

poucos instantes. Deixando para a Vila de Itu, os benefícios da atividade comercial, o "Salto de Itu" limitava-se a fornecer os produtos que seriam comercializados naquela vila.

Se este Porto constituía o local de partida e de chegada das expedições, era em Itu, que elas se organizavam. "Itu era o empório em que os que iam partir se abasteciam do que lhes era necessário: roupas, fazendas, ferramentas e outros artigos e gêneros" (10). Para controlar todo este comércio, e principalmente o ouro, foi nomeado um Juiz de Fora para Itu e Sorocaba entre os anos de 1727 e 1750. Neste período, Itu era considerada a terceira vila na Capitania de São Paulo em riqueza e população, estando em primeiro lugar a de São Paulo e em seguida a de Parnaíba (11).

Com o fim da utilização dos rios como rota para alcançar as minas de Cuiabá, Araritaguaíba deixa de ser um porto importante, o elo de ligação entre os "aventureiros" e o ouro. Trechos do Diário de Navegação do Sargento-mór Teotônio José Juzarte em 1769, em sua passagem por aquele local o descreve como:

"muito pobre por não ter comércio algum salvo algumas Canoas que fabricam para Cuiabá e Mato Grosso, cuja navegação está hoje extinta por seguirem estes Comerciantes por terra pela Capitania de Guaiazes, sendo que de antes por

estes Rios é que seguiam os Comerciantes para Cuiabá, e Mato Grosso, em cuja viagem gastavam seis e mais meses" (12).

No entanto, se a mudança da rota do ouro fez com que gradativamente o comércio ligado a esta atividade desaparecesse, por outro lado possibilitou uma significativa acumulação de riquezas por alguns ituanos que passaram a investir na compra de terras e na cultura da cana de açúcar, favorecendo mais uma vez a Vila de Itu (13).

Não foi preciso cessar a busca do ouro para que se iniciasse o cultivo da cana, que passou a dar o tom à vida econômica local. A abertura de um novo caminho por onde os tropeiros conduziam suas mulas carregadas de açúcar até o Porto de Santos, intensificou o comércio entre Itu e o litoral (14).

Para Maria Tereza Petrona, as grandes plantações de cana de açúcar em São Paulo ficavam mais concentradas nas regiões formadas pelas localidades de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí, destacando-se duas áreas: Itu e Campinas, que a autora denominou de "Quadrilátero do Açúcar" (15). O transporte deste produto poderia ter sido facilitado pela construção de uma ferrovia ligando o porto de Santos ao interior da Província, mas

"desastres comerciais impediram o Velho Fomm de realizar essa empresa, mas o seu plano e os estudos que mandara fazer, ficaram e serviram de base para o traçado da actual via-ferrea de Santos a Jundiaí" (16).

Com a expansão da cultura canavieira, a Vila de Itu passou a ter um grande crescimento no número de engenhos de açúcar e escravos. Em 1798, eram 107 engenhos produzindo 64.809 arrobas de açúcar; no ano seguinte, 113 (17). A tabela abaixo, elaborada por Suely Robles R. de Queiroz (18) com dados sobre Itu no período de 1800 a 1822, mostra que "a população continuou a crescer desde o início do surto açucareiro, ao passo que o número de escravos duplicou até o findar do período Colonial" (19). Como exemplo ela afirma que, em 1791, "eram importados 300 escravos vindos de Benguela para trabalharem nas plantações e na fabricação do açúcar", destinado ao consumo e à exportação (20). Em 1783, a região de Itu era a responsável pela maior parte do açúcar consumido na Província de São Paulo (21).

Ano	Produção Arrobas	Exportação Arrobas	Total de habitantes	Escravos
1800	67296	66404	7063	3140
1801	60584	58560	-	-
1802	46412	45360	-	-
1803	53720	51696	-	-
1805	72920	-	-	-
1806	-	-	8536	3945
1812	52456	51996	-	-
1815	45920	-	7037	3415
1816	58254	57238	7660	3776
1817	72052	71042	7673	3641
1822	-	96496	8247	4238

Beyer em 1813, referia-se a Itu como a cidade onde "todos os campos são ornados com plantações de canna e ao pé de cada rio encontra-se engenhos e alambiques que são movidos por água" (22). Ele como outros viajantes que passaram por aquela região, ficou surpreso com a riqueza desta Vila, que tornou-se juridicialmente sede da Comarca em 1811, exercendo a sua Jurisdição de Franca até Curitiba (23), e contava com seis vilas: São Carlos (Campinas), Porto Feliz, Sorocaba, Itapetininga, Itapeva, Apiahy e quatro



ITINERARIO
DA 4ª VIAGEM DE
AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE
PELA
PROVINCIA DE SÃO PAULO

freguesias: Cabreúva, Indaiatuba, Capivari e Água Choca (Monte-Mor) (24).

Saint-Hilaire, quando passou por Itu aproximadamente em 1839, reparou em suas edificações: um grande número de casas "pintadas de branco, e em sua maioria construídas de taipa", que podiam "passar por belas" (25). Para este mesmo viajante, o pequeno número de lojas nessa vila estava relacionado ao fato de que os habitantes mais abastados tinham, por causa da venda e transporte de seu açúcar, frequentes comunicações com São Paulo onde se abasteciam do que precisavam (26).

A importância de Itu não ficava restrita apenas ao aspecto econômico representado pela economia açucareira, mas também à questão política do Império. Em 1822, recebeu o Título de Fidelíssima (27). E no entanto em 1873, após uma disputa com Campinas, outro grande centro de propaganda republicana, Itu foi o local escolhido para a realização de uma reunião que procurou "congregar os representantes dos vários núcleos regionais para lançar as bases do Partido Republicano Paulista", a chamada "Convenção de Itu" (28).

A presença das plantações de cana e engenhos foram elementos presentes na paisagem Ituana por muito tempo. Fazendeiros desta vila procuravam também convencer outras localidades, como Capivari e Porto Feliz das vantagens deste produto. Assim, a cultura canavieira de Porto Feliz, pode ser considerada uma extensão da ituana (29).

Itu já iniciava sua vida urbana, enquanto a alguns quilômetros dali a povoação de Salto ainda mantinha seu aspecto rural; como entreposto do comércio do açúcar, por suas estradas transitavam inumeros carros de bois e tropas de mulas carregadas deste produto (30). Foi a presença da cachoeira do rio Tietê que, durante toda a primeira metade do século XIX, atraiu inúmeros viajantes para esta povoação transformando-a num local pitoresco. Este foi certamente o verdadeiro motivo da presença de Saint-Hilaire naquele local. Ao descrever a cachoeira do "Salto de Itu", ele demonstrou espanto e admiração. O rio "se precipita ...com incrível empetuosidade, fazendo tão forte estrondo que se pode ouvir da cidade" (31). Também Hercules Florence foi conhecer aquela cachoeira, deixando-a registrada numa de suas gravuras, considerada um dos mais antigos registros daquele local (32).

Após 1850 o café, ao destacar-se como o produto mais lucrativo para a exportação, possibilitou o enriquecimento de outra região, a do Oeste Paulista. Contudo, em Itu a cultura da cana subsistiu, sendo na década de 60 acompanhada pela presença das plantações de algodão, a qual favoreceu imensamente o aparecimento de um grande número de fábricas de tecidos (33). Mas este fato não impossibilitou a presença de alguns ituanos nas atividades cafeeiras. Eles passaram a investir em terras do Oeste paulista, principalmente depois que o café começou a

transformar a economia rural. Neste momento, segundo Warren Dean, Itu, que havia caído em decadência, começou a deslocar o capital e a população para a fronteira norte de Campinas, na direção de Rio Claro e da Mogiana (34).

Uma Inquirição de Testemunhas encontrada no primeiro ofício do Tribunal de Justiça de Campinas em 1813, referente à libertação da escrava Ana demonstra que, muito antes do Café, ituanos já haviam procurado estas terras do "Oeste" para atividades agrícolas. No documento, todas as três testemunhas ouvidas em juízo diziam-se moradores da vila de Itu estando em Campinas, "vivendo" de sua lavoura. Um deles, José Gonçalves de Vieira, afirmava ter uma lavoura de cana, certamente, a mesma dos outros dois (35).

Também em Rio Claro os primeiros produtores de cana pertenciam a famílias de Itu e de Campinas, que haviam transferido suas operações de uma região para a outra. Antonio Paes de Barros era filho de um dos fazendeiros mais ricos de Itu, Antonio de Barros Penteado, cujo capital inicial viera da mineração do ouro em Mato Grosso; dedicou-se ainda à construção de rodovias, ferrovias, fábricas de tecidos, além das culturas da cana e café. Barros "tinha proeminência na política da província, após a independência. Entre seus irmãos e cunhados havia um juiz de apelação, um barão, um senador e um marques, e ele próprio em 1854, por seus serviços políticos, foi feito Barão de Piracicaba" (36).

São inúmeros os exemplos de situações em que o capital acumulado com a mineração foi aplicado em outras atividades, como a cana de açúcar, citados por Nardy Filho ao longo de seus quatro volumes sobre a história da "Cidade de Itu", ou mesmo comprovadas por meio de uma pesquisa na genealogia das famílias ituanas (37). Entre estas estão as de Francisco Fernando de Barros e José Galvão de França Pacheco, pais de Francisco Fernando de Barros Jr. e José Galvão de França Pacheco Jr., proprietários das primeiras fábricas de tecidos fundadas em Salto, personagens centrais desta história (38).

Ao longo das gerações entrelaçadas por casamentos entre parentes próximos, mantiveram-se as terras e o tipo de cultura. Assim, Francisco Fernando de Barros aparece, em 1850, em sociedade com Bento Paes de Barros, como produtor de 3.000 arrobas de açúcar em sua fazenda em Capivari, e em 1873, nesta mesma localidade, como "fazendeiro de cana de açúcar e Capitalista", possivelmente proprietário de engenho (39). Esta mesma trajetória foi compartilhada por José Galvão de França Pacheco que em 1873, destacava-se como fazendeiro de cana também em Capivari (40).

Tanto um como o outro permaneceram com esta cultura mesmo depois da expansão do café. O que equivale a dizer que todo o capital empregado para a construção dos edifícios industriais e a compra de maquinarias para as primeiras fábricas de tecidos instaladas em Salto originaram-se desta

atividade, apoiada pela presença da cultura do algodão a partir da década de 60, como matéria prima para a fabricação dos tecidos.

Estas atividades, desenvolvendo-se concomitantemente em regiões bastante próximas, possibilitaram o aparecimento de uma significativa rede de comércio entre elas. Campinas era um centro de difusão de tecnologia, contribuindo para a mecanização das lavouras de café, e atendendo aos produtores de algodão e aos interessados em organizarem fábricas de tecidos que começavam a despontar no cenário local, entre elas a de "São Luiz" em Itu (1869). Possibilitou também a formação de um contingente de trabalhadores especializados, entre os quais deve-se assinalar a presença relativamente constante de técnicos americanos e ingleses.

O Jornal Correio Paulistano, em 1864, não deixava de noticiar a prosperidade que o algodão havia possibilitado a alguns de seus investidores. O assunto mereceu inclusive uma poesia com o título de "O Algodão":

" O assunto é o algodão
que a uns fará
Comendador, e a outros fará barão

faz o que quer,
se for solteiro terá
dinheiro, e
logo terá mulher

Viva o dinheiro do algodão
dará ao homem fina casaca, e
à mulher lindo balão (41)

Desta forma, enquanto o café fazia a fortuna de um grande número de proprietários de terras do Oeste Paulista, o algodão oferecia estes mesmos recursos aos ituanos. A predominância desta cultura aliada à presença da cana em Itu, caracterizou aquela região e as desigualdades econômicas entre as diferentes regiões do Brasil. Neste sentido Sergio Silva, procurando justificar a sua opção pela análise da economia cafeeira do Oeste, deixa clara a impossibilidade de analisar num mesmo trabalho as diferenças regionais. Também Wilson Cano, entre outros economistas, transformou o binômio café-indústria, em um modelo teórico e uma referência para todos os trabalhos que direta ou indiretamente analisam as condições que viabilizaram a industrialização da Província e depois Estado de São Paulo (42).

No entanto a cana e o algodão, que foram responsáveis por uma série de transformações ocorridas em Itu e localidades circunvizinhas, foram sufocadas pelas

análises voltadas ao "rei café", que apenas sugerem a existência daqueles investimentos sobretudo em fábricas de tecidos. Se havia uma corrida cafeeira para o Oeste, ocorria um fato semelhante, particularmente com o algodão na região situada entre Sorocaba, Tatuí e Itu (43).

Assim, a construção de uma fábrica de tecidos no interior da Província de São Paulo em 1869, e principalmente em Itu, poderia parecer um projeto inviável devido ao suposto isolamento a que ela estaria exposta e, sobretudo, pela pouca representatividade da cultura cafeeira naquele local. No entanto, a trajetória econômica e política de Itu demonstra contrariamente, uma relação estreita entre aquele local e o seu tempo.

Quanto à cultura do algodão, o capital inglês representado especialmente pela companhia de Estrada de ferro Santos-Jundiaí - a São Paulo Railway - teve uma participação efetiva ao despertar o interesse de alguns ituanos em dedicarem-se a esse cultivo. Portanto, se a ferrovia estava intimamente ligada à expansão do café e ao seu transporte, este fato constitui apenas uma das faces deste empreendimento.

Entre as diversas companhias organizadas para a construção de ferrovias na Província de São Paulo, a Railway foi a única a ser organizada e administrada fora do país - em Londres (44). Tanto os engenheiros quanto os administradores e técnicos responsáveis pela execução

daquela obra eram ingleses. A gestão administrativa da Companhia caracterizava-se pelo fato de que havia uma permanência desse pessoal, prática que foi posteriormente seguida pelas administrações de outras Companhias: a Sorocabana, a Mogiana, a Paulista e, esporadicamente, pela Ituana (45).

Num período de quarenta anos, somente três pessoas ocuparam cargos administrativos na São Paulo Railway Co.: J. Aubertin, Fox e Willian Speers. Destes, Jean Jacques Aubertin, superintendente da estrada de ferro Santos-Jundiaí quando em construção, destacou-se como porta voz e defensor dos interesses da indústria têxtil inglesa, que se encontrava com problemas de abastecimento devido à guerra civil americana (46).

Com o objetivo de regularizar o abastecimento de algodão para as fábricas inglesas Aubertin, como representante da Associação para o Suprimento de Algodão de Manchester (47), despertou o interesse de alguns fazendeiros de Sorocaba e depois de Itu para aquela cultura. Estas duas localidades tornaram-se os primeiros centros de expansão da cultura do algodão herbáceo na Província de São Paulo (48).

Em Itu, Carlos Ilidio da Silva, proprietário da fazenda "São Carlos", foi um importante intermediário entre os interesses apresentados pela Associação de Manchester e pelos fazendeiros ituanos. A sua propriedade funcionou como centro oficial de distribuição de sementes de algodão,

enviadas pela Associação por intermédio de Aubertin a Itu e cidades vizinhas, e também de divulgação da tecnologia representada pelas máquinas de beneficiamento e enfardamento do algodão (49).

Desta forma, a cultura do algodão em Itu e Sorocaba, além de ter oferecido a matéria-prima necessária para a fabricação de panos, possibilitou a presença de uma série de inovações tecnológicas para a sua transformação em fibras e fios. Este mesmo processo de mecanização agrícola ocorria também nas fazendas de Café pela difusão das máquinas de beneficiamento (50).

Os fornecedores desta tecnologia, sobretudo aquela empregada no algodão, estavam diretamente relacionados com a diretoria da São Paulo Railway Co., na pessoa de J. Aubertin, e Carlos Ilidro da Silva em Itu (51). Algumas casas importadoras, instaladas a partir da década de 60 no Rio de Janeiro, Santos, São Paulo e depois em Campinas, com o objetivo de oferecer os mais recentes inventos, transformaram-se também em importantes agentes de difusão de tecnologia e recrutamento de pessoal, que vinha principalmente da Inglaterra e Estados Unidos para trabalharem nas filiais do Brasil, na montagem e manutenção das maquinarias.

O café foi, sem dúvida, o principal responsável pela vinda destes importadores a São Paulo. Contudo, o crescimento da cultura do algodão em Itu parece ter

Imperial Ferraria, Officina Mechanica, e Fundição de Ferro e Bronze

DE

A. C. SAMPAIO PEIXOTO
CAMPINAS

Esta ferraria e officina mechanica, que foi inaugurada a 14 de Setembro de 1868, cresce de dia em dia, e está hoje no caso de satisfazer as necessidades do paiz, não só pelas boas machinas que possui, como pelo intelligente e habilitadissimo pessoal que alli trabalha; e os attestados já publicados no ALMANAK DE CAMPINAS, em 1871, e a grande freguezia que tem sabido grangear pela perfeição de suas obras provam exuberantemente o que fica dito.

Não ha trabalho que alli não se execute e com a maior perfeição possivel, fazendo-se ferragens para carros de eixo fixo e movel, e qualquer vehiculo de conducção; para engenhos de serrar madeira, inclusive rodas hydraulicas de ferro fundido ou batido, e de qualquer tamanho para mover qualquer machina: turbinas, centrifugas para purificar o assucar; ferragens para machinas de beneficiar café, moinhos e quaesquer outras; peças de torno de qualquer gosto (comprimento 12 pés, diametro 6 pés e tres pollegadas), inclusive as transmissões; parafusos para prensa de infardar algodão e para outro qualquer mister; pe-

Illm. sr. A. C. de Sampaio Peixoto.

Itá, 2 de Março de 1870.

Com muita satisfação declaro, que tendo recebido do Rio de Janeiro, uma machina para arcessar barro (moinho vertical) de produção ingleza, veiu com falta do eixo que recebe todo o aparelho da transmissão de movimento, polia, rodete, etc. e cuja falta difficilmente seria supprida no Rio de Janeiro, por não estarem preser tes as peças, visto dever ser perfeitamente torneado, com diversas dimensões, e espessuras ou diametro, e chavetas ajustadas.

Recorri-me á sua officina-mechanica mandando somente as medidas liuires, e os diametros e recebi o eixo perfeitamente torneado, e seria impossivel obter melhor do fabricante da machina; e fazendo-se applicação de dito eixo ás respectivas peças ajustou-se com a maior exactidão, e fiquei muito bem servido, conseguindo fazer trabalhar a machina, que funciona perfeitamente ha 10. mezes.

Faço-lhe simplesmente justiça dizendo que o seu estabelecimento presta grande serviço ás industrias e á lavoura, satisfa-

zendo uma das maiores necessidades que sentia-se para o emprego e uso de machinas. Faço votos para que vá sempre em prosperidade.

Desejo-lhe muito boa saude, e sou com muita estima e consideração

Seu am.º obg.º e cr.º
(Assignado) Carlos Lindo da Silva.

Fonte - Almanak Popular de Campinas
para 1872

MILFORD & LIDGERWOOD

Rua do Ouvidor, 103, Rio de Janeiro

CASA FILIAL

Rua do Commercio, 44, Campinas

Importadores de todas as machinas agricolas, tendo sempre um grande deposito de machinas de café—systema Lidgerwood,—de todos os tamanhos.

Tem mais nas mesmas casas os seguintes objectos:

Ventiladores para café, dobrados e singelos.

Separadores, de cobre e de zinco.

Burnidores de café, systema Lidgerwood.

Despolpadores de café, mesmo systema.

Moinhos para fubá, que móem de 40 a 80 alqueires, por dia.

Moinhos para moer milho e sabugo ao mesmo tempo.

Debulhadores de milho, de ferro e de madeira.

Machinas a vapor, locomoveis e fixas, de qualquer força e tamanhos.

Machinas para descaroçar algodão, de 18 até 80 serras.

Arados, de todas as qualidades e tamanhos.

Carpidores americanos, para algodão, café e canna.

Cultivadores, de differentss qualidades.

Corréas para machinas, de couro e de borracha.

Mancaes, oscilladores e fixos, para as mesmas.

Eixos para transmissões, de todos os comprimentos e grossuras.

Pollas, de todos os tamanhos.

Chapas, peneiras e todos os sobresalentes para as machinas Lidgerwood.

E muitos outros artigos.

—«»—

Esta casa incumbe-se de fazer montar todas as machinas vendidas por ella, bem como se encarrega de mandar vir da Europa ou dos Estados Unidos toda e qualquer machina.

CAMPINAS

44-Rua do Commercio-44

proporcionado e incentivado a diversificação de produtos por eles oferecidos, visando com isso atender não apenas os fazendeiros produtores de café e algodão, como também oferecendo maquinarias específicas para a fabricação de tecidos.

Dessas casas importadoras, a firma americana Guilherme Von Wilck Lidgerwood de máquinas agrícolas, primeiramente instalada no Rio de Janeiro, e a partir de 1866 em São Paulo e depois em Campinas (52), destacou-se como uma das mais importantes importadoras de máquinas agrícolas, e um exemplo daquelas firmas que optaram pela diversificação de seus produtos. Lidgerwood obteve permissão do Governo brasileiro para se instalar no Brasil através de duas cartas patentes, datadas de 1862 e 1867, que reivindicavam o privilégio e a exclusividade para

"fabricarem, uzarem e venderem no imperio machinas de descascar e limpar café, aperfeiçoadas segundo o processo de sua invenção" (53).

Mesmo favorecido por esta autorização, Lidgerwood parece não ter usufruído desta exclusividade sem maiores problemas, pelo menos em Campinas onde havia outros importadores como a Bierremback & Irmãos, que tornou-se uma das suas concorrentes. As evidências que levam a esta afirmação encontram-se em diversos processos, tramitados na Justiça Pública de Campinas, em que Lidgerwood, como autor,

protesta contra vendedores de máquinas que estariam, segundo a sua versão, cometendo "crime de estelionato" por fabricarem e venderem máquinas idênticas ou semelhantes às de sua invenção (54).

Essas casas especializadas em máquinas ofereciam também serviços de reparos e reposição de peças. Um exemplo destas oficinas mecânicas em Campinas, foi a "Imperial Ferraria, Officina Mechanica e Fundição de Ferro e Bronze", pertencente a Antonio Carlos de Sampaio Peixoto. Este empreendimento, além de possuir uma olaria completamente montada para a fabricação de tijolos para construção, comportava uma fundição para toda e qualquer peça a ser feita sob encomenda e de acordo com o projeto e respectivo modelo a eles encaminhados (55). Assim, Campinas destacava-se como um dos pontos de difusão de tecnologia para o interior.

Em Itu, Carlos Ilidro da Silva, da sua fazenda "São Carlos", desempenhava função semelhante como distribuidor de sementes de algodão e, de acordo com os termos do contrato feito com o governo provincial, competia-lhe também utilizar as máquinas já importadas para o beneficiamento do algodão, adquirir outras e selecionar aquelas mais adaptáveis aos trabalhos desta lavoura e recomendá-las aos agricultores interessados (56). A cultura do algodão aproximou cada vez mais importadores de Campinas

e fazendeiros ituanos. Carlos Ilidro da Silva, por exemplo parece ter sido um assíduo cliente da "Imperial Ferraria", da qual encomendava algumas peças de reposição para as máquinas de beneficiamento de algodão (57).

Foi, como vimos, a presença de importadores, fundições de peças, matéria-prima e trabalhadores especializados que possibilitaram a formação de uma rede de sustentação e garantias para todos aqueles que viessem investir em fábricas de tecidos em Itu e depois em Salto.

1.2- A PRESENÇA DE INGLESES E AMERICANOS NA DIREÇÃO TÉCNICA E NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

"Ao contrário dos primeiros fabricantes têxteis de Lowell, que projetavam e produziam os seus próprios equipamentos, os fabricantes brasileiros dependiam das indústrias de máquinas da Grã-Bretanha, França e Estados Unidos, não só para o equipamento como também para os técnicos que vinham supervisionar a sua instalação e manutenção" (59).

A dependência tanto de máquinas quanto de pessoal especializado estrangeiro pelas primeiras fábricas de tecidos, como sugere Stanley Stain, favoreceu o surgimento de um contingente de técnicos e engenheiros que, direta ou indiretamente, estavam presentes nas primeiras fábricas de

tecidos fundadas durante a segunda metade do século XIX na Província de São Paulo.

Desta forma, as atividades que correspondem ao que aqui denominei de "rede de sustentação" para estes primeiros empreendimentos industriais, foram decisivos para essa condição de dependência tecnológica: "os pioneiros Capitalistas brasileiros ficavam à mercê dos contatos mantidos com comerciantes estrangeiros que o capital cafeeiro atraía" (60).

As casas importadoras cumpriam bem este papel de intermediárias entre os fabricantes das máquinas e o interessado em adquiri-las. Assim, quando alguns produtores de algodão de Itu iniciaram o projeto para a construção da fábrica de tecidos "São Luiz" em 1869, recorreram, para a compra das máquinas, à Companhia Lidgerwood de Campinas, que possuía um grande depósito com variadas máquinas - entre elas as "machinas a vapor, locomóveis e fixas, de qualquer força e tamanhos e máquinas para descaroçar algodão" (61).

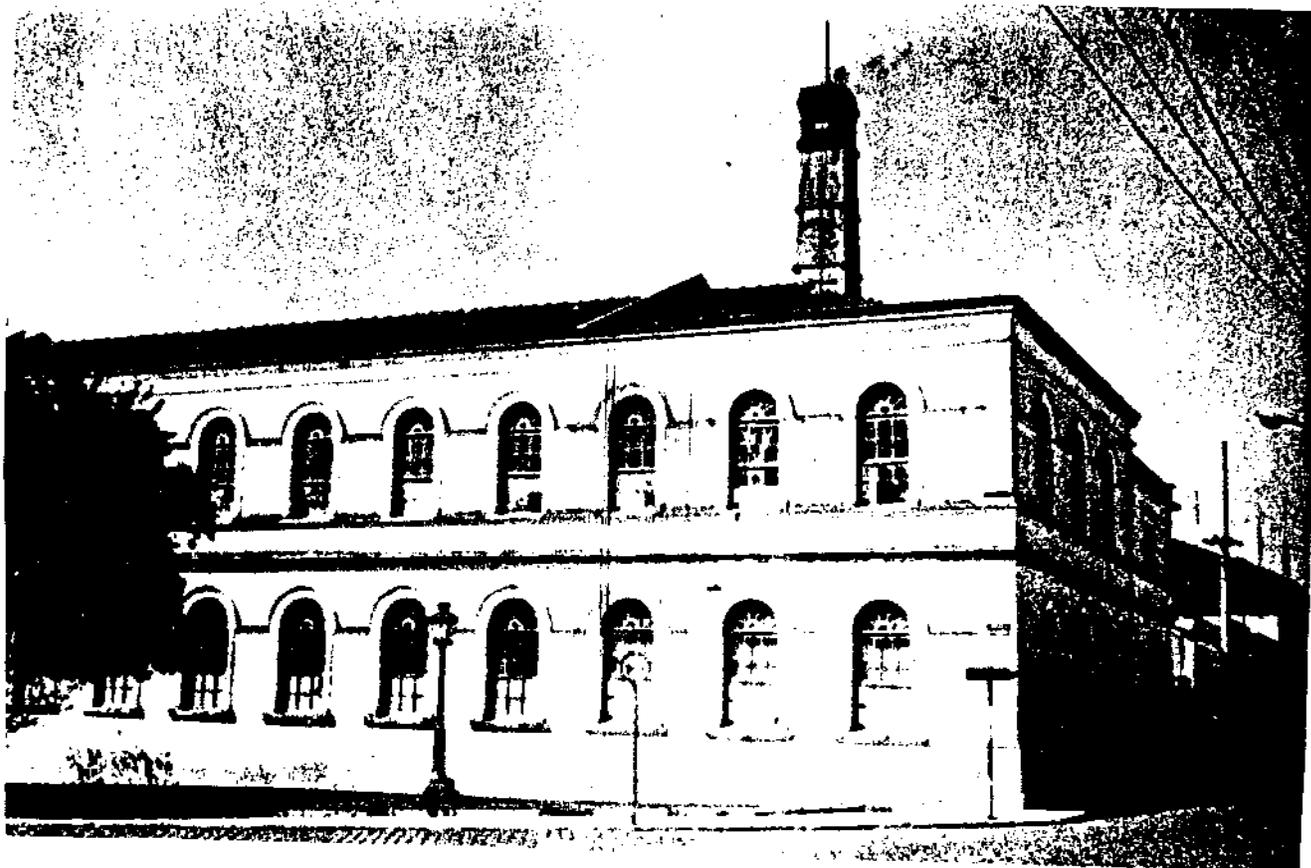
A propaganda dessas casas era feita através de jornais locais e da Capital, e também em Almanques. Assim, Bierremback & Irmãos, em 1875, publica um anúncio no Jornal Província de São Paulo, oferecendo as suas especialidades:

"Fundição de ferro e bronze, fabrica de machinas
importação das mesmas tanto para lavdura como para
industria.

Oficina de Caldereiro de ferro para o fabrico e concerto de caldeiras a vapor"(62).

Num anúncio publicado no Almanaque de Campinas em 1872, a Lidgerwood se responsabilizava pela montagem de todas as máquinas por ela vendidas, bem como se encarregava de mandar vir da Europa ou dos Estados Unidos toda e qualquer máquina (63). Este aspecto foi fundamental para que a fábrica São Luiz de Itu, ao contrário de experiências anteriores como as de Sorocaba, adquirisse estabilidade e subsistisse (64).

Por outro lado, os "especialistas em máquinas" que aqui vieram para a sua montagem, quase sempre tiveram o mesmo fim, permanecendo no país e constituindo aqui suas famílias. Note-se, também, que tinham uma grande mobilidade, transitando de uma fábrica a outra como dirigentes técnicos, orientando e ensinando a arte de fiar e tecer, ou mesmo montando a sua própria fábrica de tecidos. Neste contexto, a trajetória de Isaiah Hough (detalhada em texto anexo) constitui um exemplo significativo da atividade daquele que poderia ser chamado de Técnico Itinerante (65).



Vista parcial da face lateral mostrando ao fundo a chaminé. Construção de 1895

Fonte - "A Fábrica São Luiz de Itu: Um Estudo de Arqueologia Industrial" in Anais de História

1.3- UM MODELO DE FÁBRICA DE TECIDOS: A "SÃO LUIZ" EM ITU

Dos cinco fundadores da fábrica São Luiz, pelo menos inicialmente dois deles, Antonio Carlos de Camargo Teixeira e Manoel José de Mesquita, dedicaram-se à cultura do algodão, e outros exerceram cargos políticos, como Luiz Antonio de Anhaia, idealizador do projeto e maior acionista, que foi por diversas vezes vereador em Itu e comandante da Guarda Nacional que posteriormente mudou-se para São Paulo onde montou sua própria fábrica no Bom Retiro (66).

Esta fábrica, considerada a pioneira na Província de São Paulo na fabricação de panos de algodão, constitui uma referência obrigatória para aqueles que se dedicam à pesquisa sobre o processo histórico de constituição das indústrias têxteis de São Paulo. O fato de seu edifício ainda existir (67) proporciona, principalmente aos estudiosos da arqueologia industrial, elementos significativos à abordagem deste tema, pois "a fábrica e seus arredores têm condições para proporcionar documentação adicional, material esse nunca colecionado pelo governo" (68).

A São Luiz, se hoje constitui uma referência obrigatória, na época de sua inauguração representava um modelo de empreendimento que era tomado como exemplo para a

construção de outras fábricas com a mesma finalidade, como a fábrica Cedro em Minas Gerais (1872). Em ambos os projetos, a Lidgerwood foi a responsável pela importação das máquinas. Quanto à Cedro, Bernardo Mascarenhas, o responsável pela construção, veio vistoriar e examinar a solução adotada em Itu para facilitar a elaboração da planta de sua fábrica (69).

Toda a maquinaria da São Luiz foi adquirida dos Estados Unidos. Contava com 62 máquinas, entre as quais 24 teares (70). Guilherme Putney Ralston, engenheiro chefe da Companhia Lidgerwood, foi o responsável pela aquisição da maquinaria e também pelo projeto do edifício (71). Os serviços oferecidos por importadoras como a Lidgerwood, iam além da venda de máquinas. Na verdade eles vendiam a "fábrica de tecidos" (planejamento, maquinarias e pessoal para treinamento de trabalhadores) (72).

Destes técnicos, alguns já se encontravam no Brasil. Outros vinham exclusivamente com a finalidade de acompanhar a montagem das maquinarias vendidas, e por aqui ficavam. Guilherme Ralston, após ter participado da montagem da São Luiz, associou-se a Antonio e Augusto de Souza Queiros, em 1875, para construir a fábrica de tecidos "Carioba" na antiga fazenda São Domingos em Campinas, (depois denominada Vila de Americana). A fábrica contava com 26 teares, tocados pelas águas do ribeirão Quilombo (73).

O americano Thomas Harre, mestre-ferreiro, não teve a mesma sorte. Depois de trabalhar alguns anos em Itu, na montagem da fábrica "São Luiz", "atacado de terrível mal, o 'spleen', pôs termo a existência, com um tiro de pistola" (74). A vinda para o Brasil não tinha retorno para muitos desses "especialistas". A exemplo de Thomas Harre, outros acabaram falecendo em Itu e também em Salto, vítimas de "melancolia" ou de doenças como a varíola que atacou, em 1887, um mestre de fiação inglês recém-chegado ao estabelecimento fabril de José Galvão em Salto (75).

As maquinarias da São Luiz passaram por duas fases distintas. Na primeira predominava a americana, mas a partir de 1886, caldeiras e teares começaram a ser adquiridos da Inglaterra (76).

Esta fábrica produzia "algodão grosso da terra" destinado principalmente às roupas de escravos, trabalhadores na agricultura e para o ensacamento do sal, em Santos. Projetada também para que futuramente fossem produzidos tecidos finos, a fábrica empregava inicialmente mulheres e crianças para trabalharem nos 24 teares que possuía, recebendo um jornal de 1\$000 (77).

O almanaque da Província de São Paulo para 1873 traz mais detalhadamente as condições em que se realizava o trabalho: 52 pessoas, sendo 24 mulheres, 10 homens e 18 meninos, todos operários nacionais e livres (78), característica que também pôde ser notada posteriormente nas

fábricas pertencentes a José Galvão e Barros Júnior em Salto. "A direção da São Luiz não solicitou imigrantes operários fabris, e em 1901, somente 10% da força de trabalho era estrangeira" (79), ao contrário das primeiras fábricas de Salto que juntas, neste mesmo ano, contavam com 400 operários, sendo 2/3 estrangeiros (80).

A comercialização do pano de algodão era feita numa grande extensão territorial, abrangendo não só a cidade de Itu, onde era vendido à porta daquela fábrica (81), como também em Campinas e Rio Claro. Ao mesmo tempo sofria a concorrência de mercadorias semelhantes, vindas da fábrica de Santo Aleixo e de Minas Gerais (82).

O tecido era de qualidade e grande durabilidade, pelo "bem torcido dos fios", e também acessível aos fazendeiros. A qualidade daqueles produtos e a sua projecção junto ao mercado consumidor, levaram alguns a promoverem uma falsificação através da impressão daquela marca em outras peças de panos, que eram encontradas sobretudo em estabelecimentos de Campinas (83). O montante destas falsificações e a regularidade com que elas aconteciam fizeram com que os seus proprietários publicassem em jornais, como a **Gazeta de Campinas**, anúncios advertindo não apenas os consumidores como também os comerciantes. Assim, em 1872 publicam:

"participamos aos Srs. fazendeiros que só temos

deposito de pano de algodão de nossa fábrica em Campinas, em casa do Sr. Joaquim Izique, e que, ha em diferentes negócios de pano de algodão falsificado com o nosso letreiro, vindo de outras fábricas; portanto, prevenimos os nossos fregueses a fim de não serem enganados" (84).

A Gazeta de Campinas e Almanagues desta cidade, estão repletos de anúncios sobre o "Superior Panno D'Itu", que podiam ali ser encontrados na Casa Comercial Izique & Filhos, representante exclusivo daquele produto, e em Rio Claro, a Candido Valle & Irmãos (85)

NOTAS

N O T A S

(1) ELLIS JR. Alfredo. O Bandeirismo Paulista e o recuo do meridiano SP, Typ. Piratininga, 1a. ed., s/d., p. 21.

NARDY FILHO, Francisco. A cidade de Itu SP, ed. Esc. Salesianas, 1950 vol. III pp. 07-10

(2) CASTELLARI, Luiz História de Salto, Salto SP, Gráf. Taperá, 1971, pp.11 e 120

(3) Traslado da Escritura de Doação feita por Antonio Vieira Tavares e sua Mulher Maria Leite à Capela de Nossa Senhora do Monte Serrate, in Ação de Liberdade de José e Joaquina, escravos da Capela da Senhora do Monte Serrat, ACCI-MRCI, 1o. OF., Maço 102 fls, 03-03v

NARDY FILHO, Francisco Op. cit., vol.III, p. 181

(4) IANNI, Octavio. Uma Cidade Antiga , SP. Ed. Unicamp-Museu Paulista da USP, 1988, p. 18

(5) ARARA-ITA-GUABA = "Lugar onde as Araras comem pedras".

VON SPIX, J. B. e VON MARTIUS. Viagem pela Capitania de São Paulo (1817/1818), in SOUZA, Jonas Soares de (org.) Araritaquaba: O Porto Feliz, Edição "Semana das Monções", SP, Canton Gráfica, 1979, p. 87

Para conhecer o roteiro de uma destas viagens até Cuiabá ver:

ABREU, Manoel Cardoso de. " Divertimento

Admirável" in RIHSP, vol. V , 1899-1900, p. 253

(6) HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Monções*, RJ, Coleção Estudos Brasileiros, 1945, p. 127

(7) Idem, p. 188.

(8) CASTRO, F. A. VEIGA. "Um Borrador Antigo"; in RAMSP vol. XXVIII, 1936, p.101.

(9) NARDY FILHO, Francisco, *Monções*, in SOUZA, Jonas Soares de (org), op. cit., pp. 50-53.

(10) IANNI, Octavio. Op. cit., p. 19.

(11) NARDY FILHO, Francisco, Op. cit., vol. III, p. 59.

(12) JUZARTE, Teotônio José (Sargento-mor). in SOUZA, Jonas Soares de (org.), op. cit., 1979, p. 86.

(13) Antonio Ferraz de Arruda foi um dos maiores senhores de engenho da Capitania de São Paulo.

NARDY FILHO, Francisco . Op. cit., vol. III, p. 15.

(14) Após 1765, veio governar a Capitania de São Paulo, D. Luiz Antonio de Souza Botelho e Mourão, o Morgado de Matheus, que recebeu ordens de considerar como uma das metas de seu governo, além do caráter militar, o incremento da lavoura.

QUEIROZ, Suely Róbles Reis, "Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no Período Colonial", in *Anais do Museu Paulista*, Vol. XXI, 1967, p. 129.

(15) PETRONE, Maria Thereza S. A Lavoura Canavieira em São Paulo, SP, Dif. E. do Livro, 1978, p. 41.

(16) REDONDO, Garcia. "A Primeira Concessão de Estrada de Ferro dada no Brasil", 1895, in RIHGSP, vol. VI, 1902, p. 09.

(17) QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Op. cit., p. 243.

(18) Idem. p. 244.

(19) Idem. p. 244.

(20) Em 1792, a Vila de Itu possuía 3.262 escravos, dos quais, 856 pertenciam a Porto Feliz.

Idem, p. 144.

(21) ABREU, Manoel Cardoso de. Op. cit., p. 253.

ALMEIDA, Francisco de Lacerda "Diários de Viagem" apud, QUEIROZ, Suely R.R. Op. cit., p. 138.

(22) BEYER, Gustavo. "Ligeiras Notas de Viagem do Rio de Janeiro à Capitania de São Paulo no Brasil, no Verão de 1813,..", in RIHGSP, vol. 12, p. 192.

(23) NARDY FILHO, Francisco. Op. cit Vol. I, 1928, p. 57.

Sobre a Comarca de Itu ver:

MAFFEI, Ermelindo. "A Comarca de Itu, Fatos de Ontem e de Hoje", in Jornal Oficial do Município de Itu; ano II Itu-SP, 02/02/1979, ed. especial, p. 13.

(24) TOLEDO, Alfredo de. "Juizado de Fôra e Ouvidoria de Itu", in RIHGSP, vol. 12, 1907, p. 317.

Sobre o Processo de desmembramento dos Municípios ver:

FORJAZ, Djalma. Ensaio de um Quadro Demonstrativo do Desmembramento dos Municípios até 31 de dezembro de 1940, SP, S. Paulo ed. ltda., 1941.

(25) SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à Província de São Paulo e resumo das Viagens ao Brasil, Prov. Cisplatina e Missões do Paraguai, 2a.ed., Sp, Livraria Martins ed., 1945, p. 232.

(26) -----, São Paulo nos Tempos Coloniais, SP ed. Monteiro Lobato, 1922, p. 187.

(27) Este título foi concedido a Itu pelo Imperador D. Pedro I em 1823. A Câmara de Itu participou e apoiou os movimentos de independência.

NARDY FILHO, Francisco. op. cit., vol. I, 1928 p. 9.

(28) NOGUEIRA, Emilia Costa: "O movimento Republicano de Itu: os fazendeiros do Oeste Paulista e os Pródomos do movimento Republicano", in Revista de História, ano V, no. 19, 1954, pp. 379-389.

(29) Em Porto Feliz foi instalado, em 1875, um Engenho Central, o primeiro da Província de São Paulo, com o

objetivo de desenvolver e modernizar a indústria açucareira no Brasil.

SOUZA, Jonas Soares de. *Imigração e Colonização em um Município Açucareiro: o Problema da mão de obra em Porto Feliz (1875-1905)*, tese de mestrado, IFLCH-USP, 1975, mimeo, pp. 53-58.

Sobre Capivari e Piracicaba ver:

GRELLET, J. Almeida., *Capivari 1832-1932*, SP, Graf. da Rev. dos Tribunais, 1932

NEME, Mário., *História da Fundação de Piracicaba*, Piracicaba, João Mendes Fonseca ed., 1943.

(30) CASTELLARI, Luiz. Op. cit., p.12.

(31) Saint-Hilaire, Auguste. Op. cit., 1922, pp. 190.

-----, *Viagem à Província de São Paulo*, SP, Livraria Martins, 1940, pp. 236-238.

(32) FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825-1829*, SP, ed. Melhoramentos, 1948, pp.46-49.

(33) PETRONE, Maria Thereza S., Op. cit., p. 43.

(34) DEAN, Warren. "A Fábrica São Luiz de Ity: um estudo de Arqueologia Industrial", in *Anais de História*, Assis, 1976, p. 11.

(35) A escrava Ana, trabalhava na lavoura de cana. Havia comprado, sob a fiança de seu Senhor, a escrava Maria para substituí-la e assim adquirir a liberdade.

TJC-CMU, 1o. Of., 1813, cx.09/295.

(36) DEAN, Warren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920, SP, Paz e Terra, 1977, p. 39.

Este foi o Primeiro Barão de Piracicaba, o segundo foi o Coronel Raphael Tobias de Barros, filho de Antonio Paes de Barros.

Idem, p. 59.

SILVA LEME. Genealogia Paulistana, Vol. 03, p. 405.

(37) NARDY FILHO, Francisco. Op. cit.

vol., I 1828; vol. II, 1930; vol. III, 1950 e
vol. IV

(38) Em fins do século XVIII, o Capitão José de Barros Fenteado e José Manuel da Fonseca Leite, bisavôs de Barros Júnior e José Galvão, foram proprietários e exploraram uma mesma mina de ouro em Cuiabá denominada "Melgueira". Ao retornarem, adquiriram terras em Itu e Capivari, dedicando-se à cultura de cana e aos engenhos de açúcar.

Ver:

Apontamentos Históricos Genealógicos sobre a família Pacheco da Silva Cap. IV, p. 142.

SILVA LEME, Genealogia Paulistana vol.III p. 376 e 385.

(39) GRELLET, J. Almeida. Op. Cit., p. 46.

LUNÉ, Antonio José B. de. Almanack da Província de São Paulo para 1873, ed. fac-similar, Imprensa Oficial do Estado, SP, 1985, pp. 471-472.

(40) LUNÉ, Antonio J.B. de. Op. cit. reed. 1985, p.472.

(41) Parte da poesia "O Algodão" publicado no Jornal Correio Paulistano, 25/11/1864, in.

CANABRAVA, Alice. O algodão em São Paulo 1869-1875, 2a. ed., S.P., T.A. Queiroz ed., 1984, p.p.302-303.

(42) SILVA, Sergio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil, SP., Alfa-omega, 1976, p. 17.

CAND, Wilson. Raizes da Concentração Industrial em São Paulo, Tese de Doutorado, IFCH-Unicamp, 1975.

(43) "São Paulo 1870 e o início da indústria de tecidos de algodão", in Revista Digesto Economico, ano I, no. 04, 1945

(44) VEIGA FILHO, João Pedro da. "Caminhos de Ferro em São Paulo", in Revista Faculdade de Direito S. Paulo, 1893, p. 117.

(45) Idem, Ibidem, p. 117.

(46) Idem, Ibidem, p. 118.

As necessidades da indústria textil inglesa, quando o algodão, foram assim discriminadas em 1862:

1- Algodão Sea-Island 50.000 fardos;

2- algodão do Brasil ou do Egito 250.000 fardos;

3- Algodão Nova Orleans e inferiores 4.000.000 de fardos

CANABRAVA, Alice. Op. cit., p. 09.

(47) Esta Associação foi fundada em 1857 com o objetivo de desenvolver a cultura de algodão na Índia. Quando irrompeu a Guerra Civil Americana, a Associação de Manchester passou a empenhar-se pela universalização de cultura algodoeira"

CANABRAVA, Alice. Op. cit. p. 08.

(48) Este trabalho consiste num amplo estudo sobre a plantação de algodão entre 1861-1875, sobretudo em Sorocaba e Itu.

CANABRAVA, Alice. Op. cit., pp. 54 e 62.

(49) Idem, pp. 55 e 179.

(50) Sobre as maquinarias utilizadas para o algodão ver:

"Algodão: descaroçadores de algodão", in LUNÉ, op. cit., 1873, pp. 68-75.

Sobre a mecanização da lavoura do café ver:

SILVA, Sergio. Op. cit., pp. 54 e segs.

(51) A partir de 1866 a Associação para o Suprimento do algodão de Manchester passa a cobrar as remessas de semente de algodão "Nova Orleans".

CANABRAVA, Alice. Op. cit. pp. 10 e 15.

(52) Além da Lidgerwood, destacavam-se as firmas H.M.Lane no Rio de Janeiro, A.L. Garroux em São Paulo e em Campinas desde 1864, a firma Bierramback & Irmãos

Idem, Ibidem, pp. 181 e 185.

Sobre a Lidgerwood ver também:

CAMILLO, Ema Elisabete Rodrigues. **Relatório da pesquisa para o Guia Histórico da Industria Nascente em Campinas: 1850-1930**, Centro de Memória UNICAMP, 1988, mimeo, texto inédito.

(53) Transcrição das Cartas Patentes dadas a Guilherme Von Wilck Lidgerwood, in **Libelo Cível**, TJC-CMU, 1o. Of. Cx.199/4162, fl. 02.

(54) Entre os documentos encontrados no TJC-CMU referentes a Lidgerwood estão: "

Tratado aos autos de corpo de delito sobre máquinas

1o. Of., cx.199/4175, 1870;

Justificação

2o. Of., cx.342/6571, 1869;

libello cível

1o. Of., cx.199/4162, 1870.

(55) Existiam também de acordo com o Almanack, as oficinas de Bierramback & Irmãos e de Maylor & Co.

LISBOA, José Maria. **Almanack de Campinas para 1871**, Campinas, Typ. da Gazeta de Campinas, 1870, pp.99-11.

- (56) CANABRAVA, Alice. op. cit., p. 179.
- (57) LISBOA, José Maria. Op. cit., 1871, p. 107.
- (58) CANABRAVA, Alice. Op. cit., p. 286
- (59) STEIN, Stanley J. **Origens e Evolução da Indústria no Brasil 1850/1950**, RJ, ed. Campus, 1979, p. 50.
- (60) SAIA, Helena. **Arquitetura e Indústria: Fábricas de tecidos de algodão em São Paulo 1869-1930**, Tese Mestrado, FAU-USP, 1988, Mimeo, P. 141.
- (61) LISBOA, José Maria. **Almanack de Campinas para 1872**, pp. 156-157
- (62) "Anúncios", **Província de São Paulo**, 20/01/1875, p. 05.
- (63) LISBOA, José Maria. Op. cit., p. 157.
- (64) A Bahia foi o primeiro núcleo da indústria têxtil algodoeira, de 1844 até 1860. Depois estavam concentradas no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.
STEIN, Stanley. Op. cit., p. 36.
- (65) Hough, John. "A primeira fábrica de Tecidos de Algodão em São Paulo. Itu ou Sorocaba?", **O Estado de São Paulo** 09/03/1944, p. 08.

(66) NARDY FILHO, Francisco. A Fábrica de Tecidos São Luiz de Itu: primeira fábrica de tecidos à vapor fundada em São Paulo, SP. 1949, pp.32-37.

-----, Op. cit., 1930, pp. 276-277.

DEAN, Warren. Rio Claro: um sistema de grande lavoura 1820-1920. RJ, Paz e Terra, 1977, p.57.

-----, "A Fabrica São Luiz de Itu: um estudo de arqueologia industrial", Anais de História, Assis, 1976, p.15.

(67) Esta fábrica encontra-se hoje preservada através da legislação estadual.

SAIA, Helena. Op. cit. p. 139.

(68) DEAN, Warren. Op. cit. 1976, p 09.

(69) SAIA, Helena. Op. cit., pp.143 e 144.

Sobre a Fábricas Cedro (1872) e Cachoeira (1877) ver:

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Tramas e Fios: a fábrica Têxtil em Minas Gerais, IFCH-Unicamp, 1986, mimeo.

(70) CANABRAVA, Alice Op. cit., p. 282.

(71) NARDY FILHO, Francisco. Op. cit., 1949, pp. 19 e 26.

(72) Sobre a maquinaria na indústria têxtil ver:

STEIN, STANLEY. *Origens e Evolução da Indústria Textil no Brasil 1850/1950*, RJ, ed. Campus, 1979, p. 50.

(73). CANABRAVA, Alice. Op. cit., p. 284.

"São Paulo de 1870 e o início da indústria de tecidos de algodão", in op. cit., 1945, p. 24.

RIBEIRO, Maria Alice R. *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930)*, IFCH-Unicamp, Tese Mestrado, 1980, mimeo, p. 39.

(74) NARDY FILHO, Francisco. Op. cit., 1949, p. 24.

(75) Este mestre de fiapão faleceu em 29/07/1887.

Jornal Imprensa Ytuana, 05-07-1887, p. 02.

(76) NARDY FILHO, Francisco. Op. cit., 1949, pp. 17 e 50.

DEAN, Warren. Op. cit., 1976, p. 21.

(77) DEAN, Warren. Op. cit., 1976, p. 20.

NARDY FILHO, Francisco. Op. cit., 1949, pp. 40 e 44.

(78) LUNÉ, Antonio José B., Op. cit., reed. 1985, p. 361.

(79) STEIN, Stanley. *The Brazilian Cotton Manufacture* Cambridge, Massachusetts, 1957, p. 54, in: DEAN Warren. Op. cit., 1976, p. 14.

(80) BANDEIRA Jr. Antonio Francisco. *A Indústria no Estado de São Paulo*. SP, Typ. Diário Oficial, 1902, p. 152.

(81) NARDY FILHO, Francisco. Op. cit., 1949, p.47.

DEAN, Warren. Op. cit., 1976, p. 19.

(82) LISBOA, José Maria. Almanak de Campinas para 1871. SP,

Typ. da Gazeta de Campinas, 1870, p. 141.

(83) "Anúncios", A Gazeta de Campinas. 09/05/1872 p.4.

(84) Idem, Ibidem p. 4; 04/05/1873, p. 03; 31/09/1871 p.3-4;

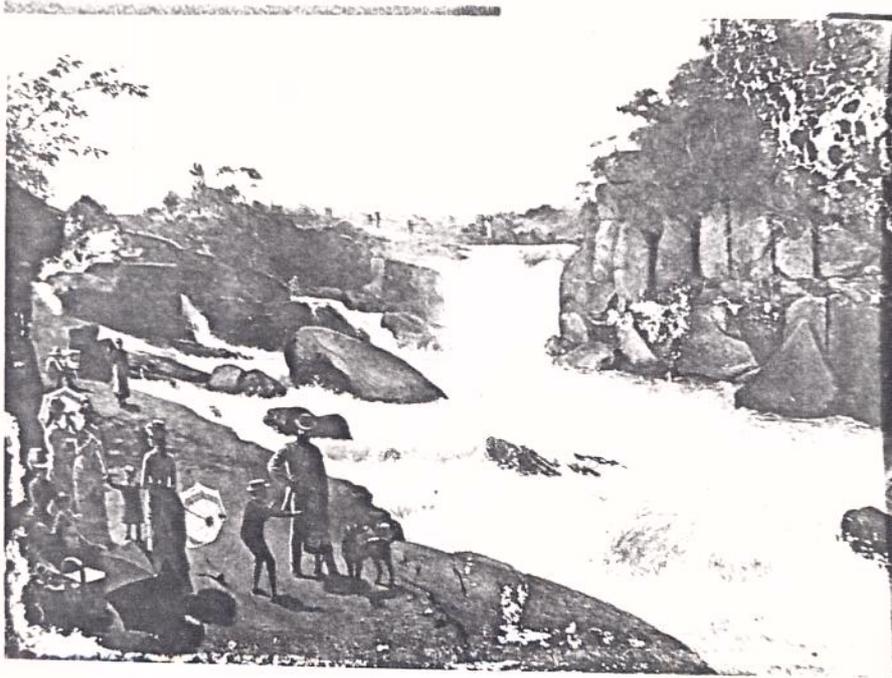
09/05/1872, fl. 04.

Pela Gazeta de Campinas eram também anunciados vários outros produtos de Itu, entre eles: pedra lage, açúcar, xaropes e geléias.

(85) Idem, Ibidem. 16/05/1872, p. 03.

CAP. II

NATUREZA, TÉCNICA E ARTE



"Salto de Itu" - Recreio 1886
Fonte: Almeida Júnior - Vida e Obra

CAP. II - NATUREZA, TÉCNICA E ARTE

O Salto é o mais bonito lugar da Província.

Tem tudo. NATUREZA E ARTE.

Natureza bella, como em parte alguma mais bella
Arte, n'aquelle grande artefato em que existe a
fábrica de tecidos, composta de complicadas
machinas, servidas por 90 pessoas.

Quem não vio o Salto, ainda não vio dos mais bellos
quadros da Natureza.

É Sempre Magestoso.

(Imprensa Ytuana 14/10/1877)

A rapidez com que a cultura do algodão se difundiu entre os produtores ituanos favoreceu Carlos Ilidro da Silva, e o aparecimento de inúmeros outros proprietários de pequenas "casas de máquinas" destinadas ao beneficiamento e enfardamento do algodão e também de comerciantes desse produto.

Sendo as maquinarias desse período quase sempre movimentadas por água ou pelo vapor obtido através da queima de madeira (o que aumentava consideravelmente o custo de produção), a localidade de Salto com seus rios e cachoeira, (o salto d'água que dá o nome a cidade), antes destinados

aos moinhos, propiciou o desenvolvimento de atividades ligadas à fabricação de tecidos (1).

Neste contexto, aparece José Galvão de França Pacheco Júnior. Filho de uma rica família ituana de produtores de cana e donos de engenho, Galvão, no período em que talvez estivesse procurando definir a sua vida, iniciou-se no comércio mais rendoso para a época: o algodão. Em 1868, ele era comerciante deste produto em Itu. Comprava o algodão já descaroçado e enfardado diretamente dos fazendeiros daquela região e os revendia, agindo como intermediário entre produtores e consumidores representados pelas fábricas de tecidos aqui existentes ou da Inglaterra.

A extensão dos seus negócios parece ter dado a Galvão o conhecimento e experiência necessários para que ele apostasse na execução de um empreendimento maior: a fábrica de tecidos. O comércio do algodão e a estrutura proporcionada por esta cultura e pelo café, como a presença de importadores de máquinas e de técnicos, fez com que Galvão conhecesse este negócio desde os seus alicerces (2).

A partir de 1874, Galvão passa a investir em alguns terrenos e casas em Salto iniciando assim a transferência de seu capital de Itu para aquele local (3). O mais importante dos seus investimentos, sem dúvida, foi a construção e inauguração, em 1875, da primeira fábrica de tecidos em Salto junto à cachoeira do Tietê. "Arrogante e Orgulhoso, um Bello Fruto do Trabalho Humano" (4), era assim que o

Jornal Republicano O Ituano referia-se ao edifício construído por Galvão para a instalação de sua fábrica.

Estes empreendimentos mereciam longos artigos em jornais ituanos descrevendo a construção e o maquinismo empregado. O objetivo maior, principalmente dos jornais republicanos, estava na valorização do trabalho que, ao ser caracterizado como o "ato que cria as condições para os homens terem acesso ao maior bem social - a riqueza-, adquire o estatuto do ato enobrecedor por excelência (5). Por isso, não mediam esforços para divulgá-los, mesmo quando seus titulares não compartilhavam dos seus mesmo ideais políticos. Entre os familiares, de Galvão havia Senadores do Império, Juizes e Engenheiros, divididos entre monarquistas e republicanos. Ou seja, uma família extensa e influente, constituída de indivíduos de variadas posições políticas.

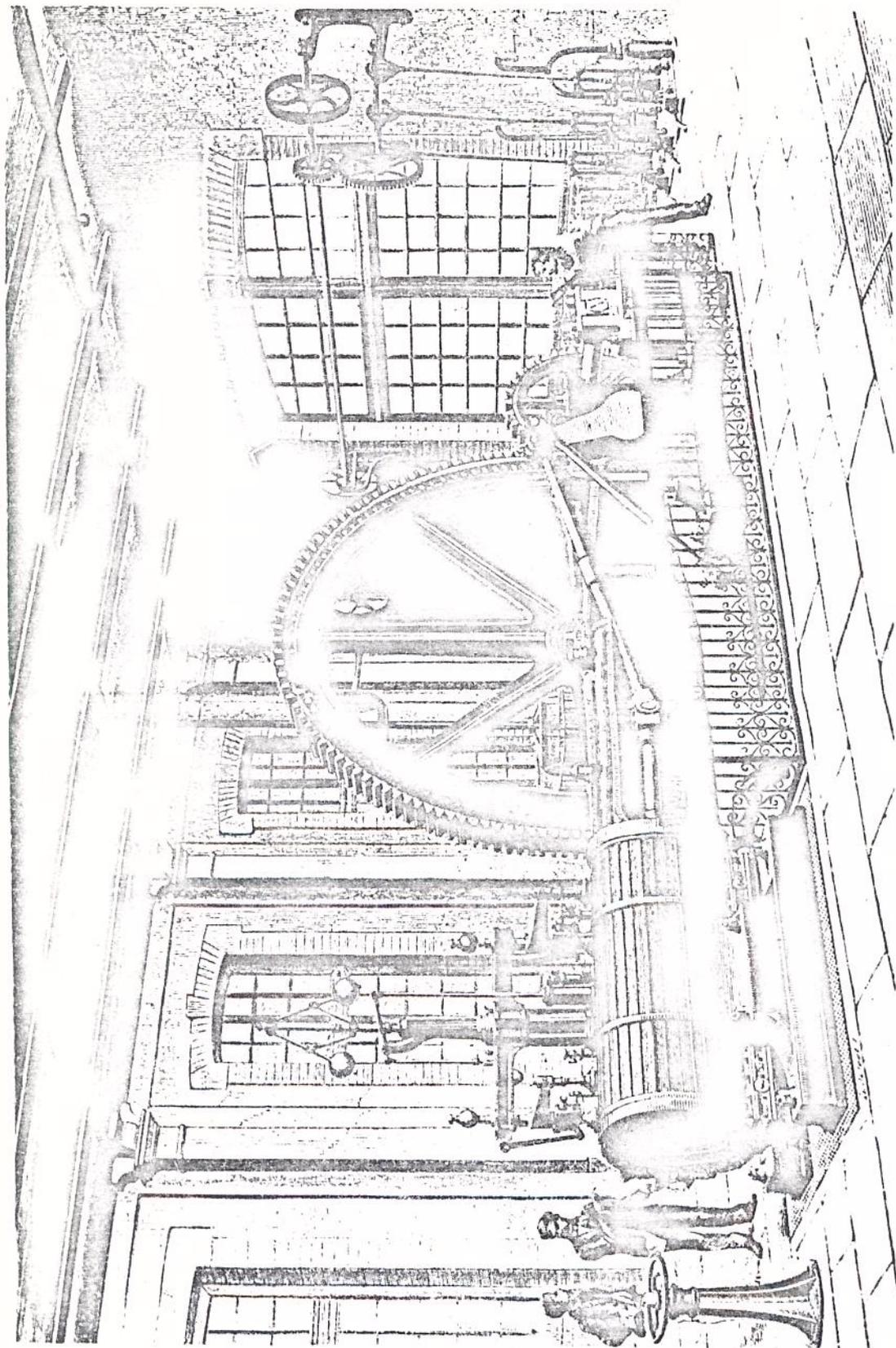
Ele mesmo, pode ser tomado como um representante dessa diversidade. Membro da Terceira Secção do Batalhão de reserva da Guarda Nacional de Itu, o Tenente Galvão era um monarquista empreendedor. Talvez não fosse uma exceção perante os seus contemporâneos. Mas certamente o seria para a historiografia, que coloca Monarquistas e Republicanos em lados opostos e constrói para eles paradigmas. Estudos que tomam como base os produtores de Café do "Oeste Paulista", procuram traçar uma linha divisória bastante rígida entre eles. Assim, no Vale do Paraíba estavam os produtores

associados aos Monarquistas, tendência esta que apareceu como responsável pela sua estagnação econômica; enquanto aos produtores do Oeste Paulista voltaram-se para a inserção do trabalho livre nas suas fazendas e pela prática política republicana, razão de seu sucesso (6).

A suposta diferença entre Monarquistas "conservador" e Republicanos, "progressistas", embora construída pela historiografia com base nos estereótipos dos cafeicultores de diferentes regiões de São Paulo, foi tomada como um modelo referencial, para a análise da vida política paulista em todos os seus segmentos sociais, inclusive os urbanos. Neste sentido, a análise das trajetórias de José Galvão, monarquista, e Francisco Fernando de Barros Júnior, republicano, ambos proprietários de fábricas de tecidos em Salto e personagens centrais deste trabalho, possibilitará também a observação das supostas diferenças atribuídas a estas duas facções políticas.

2.1 - O MÁGICO TALISMÃ: A FÁBRICA GALVÃO

O surgimento da primeira fábrica de tecidos em Salto proporcionava um novo momento para aquela localidade. Seu aspecto pitoresco dado pela presença da cachoeira, e rural, por ela estar até então servindo como passagem da rota de comércio entre Sorocaba, Itu e Campinas, associam-se



3. MACHINE A VAPEUR DE 100 CH. SYSTEME CORLISS (VERS 1878)

Fonte - Histoire Générale des Techniques

à presença da fábrica durante a segunda metade do século XIX, para caracterizar um local tipicamente relacionado ao trabalho fabril.

A fábrica que José Galvão construiu na margem direita do rio Tietê era um projeto mais audacioso que a "São Luiz" em Itu (7). O aproveitamento da queda d'água existente naquele local, como fonte de energia necessária à movimentação da maquinaria, não inaugurou nenhuma alternativa nova de utilização de energia. Contrariamente, retoma uma opção bastante difundida nos primeiros centros fabris da Inglaterra, como Oldham e Manchester (8). O emprego da água como força motriz para as primeiras indústrias do algodão na Inglaterra era tão fundamental que "só era possível abrir uma fábrica às margens de um curso d'água bastante forte e rápido para movimentar as máquinas. Por isso, as fiações não se instalavam, a princípio, nas cidades de planície, mas nas proximidades dos morros, nos vales profundos, onde era fácil construir quedas d'água artificiais por meio de barragens" (9).

Em Salto, isto não foi necessário, pois a própria natureza já havia se encarregado de oferecer este elemento necessário à viabilização do audacioso projeto de José Galvão. Apesar de o vapor, também conhecido como máquina de fogo, ter substituído em todos os lugares o motor hidráulico (10) (mesmo a "São Luiz" já o havia utilizado com sucesso), em Salto inúmeros outros empreendimentos que vieram depois

do de José Galvão favoreceram-se da energia das águas. Isto era tão determinante que, para Stein, o surgimento das primeiras fábricas têxteis de São Paulo em torno de Sorocaba, Salto e Tatuí, estava determinado pelo fato de serem localidades abastecidas de algodão, força hidráulica e servidas de linhas férreas (11).

A "São Luiz", antes de ser construída em Itu, foi projetada para Salto em função da existência da queda d'água. No entanto, Luiz Antonio de Anhaia e outros associados desistiram deste projeto, dada a inconstância dos altos e baixos do rio, que "convenceu-os da impossibilidade de sustentar uma altura indispensável para mover as machinas. Em consequência resolveram fundar o estabelecimento na cidade de Itu empregando o vapor" (12).

Entretanto, estas dificuldades técnicas foram superadas por José Galvão através da realização de inúmeras obras no rio Tietê (as quais serão tratadas no terceiro capítulo), e também por ter feito a opção pelo mais recente aperfeiçoamento técnico então existente, a Turbina Hidráulica, "provando aos tímidos que a economia do tempo, do espaço e de dispendio que a turbina produz, excede mesmo às próprias machinas a vapor applicadas ao movimento das fábricas" (13). Azevedo Marques no jornal *Provincia de São Paulo*, escrevendo sobre a fábrica Galvão, ressaltava a importância de sua iniciativa descrevendo a turbina como

"uma máquina hidráulica, composta de uma roda horizontal em forma de hélice, que gira debaixo da água, recebida em um grande cilindro de ferro, colocada verticalmente. Utilizando a maior parte da força da água: 95%. Diminuiu muito as engrenagens, como na do Sr. José Galvão, em que o grosso eixo de ferro adaptado verticalmente à roda horizontal imprime, por meio de uma engrenagem, o movimento a outras engrenagens que comunicam diretamente com os transmissores, collocados no pavimento superior, de onde partem as correias a imprimir o seu turno o movimento às fiandeiras, caldeiras e teares. (14).

Este tipo de motor utilizado por Galvão em sua fábrica de tecidos constitui uma exceção entre as fábricas pioneiras paulistas (15). A novidade era tanta que provocou muitas incertezas naqueles que estavam determinados a também construir uma dessas fábricas. Guilherme Ralston, por exemplo, engenheiro da Lidgerwood em Campinas que depois fundou sua própria fábrica de tecidos, a Carioba (Americana), teve em seu poder uma turbina para vender que ofereceu, sem sucesso, a diversos donos de fábrica, embora a tenha oferecido por preço inferior ao custo (16).

2.1.1 - COMO ADQUIRIR UMA FÁBRICA DE TECIDOS

O pioneirismo de Galvão ao construir a fábrica de tecidos foi garantido, também, pelo modo cuidadoso com que ele adquiriu a maquinaria. Através de um contrato (anexo ao trabalho) feito com a casa importadora Samuel, Irmãos & Cia. do Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1873, os vendedores se obrigavam a mandarem vir de uma das melhores fábricas da Inglaterra, "uma machina completa das mais perfeitas e acreditadas e respectivos utensílios e objetos a ella indispensáveis e sobre-salentes de tecidos" (17). Entre as condições colocadas naquele contrato, estavam a da capacidade de produção semanal da máquina, correspondente, "a 9.856 libras de fio, recebendo o algodão bruto"(18).

A partir da escritura de compra e venda, a casa importadora teria o prazo de 9 meses para colocar as máquinas à disposição de Galvão, no Porto de Santos. Conduzidas para Salto, seriam assentadas e postas em condições de trabalhar, restando a ele o pagamento da passagem dos dois técnicos responsáveis pelo assentamento das máquinas e seus respectivos ordenados durante um ano (19).

O pagamento pelas máquinas seria feito em etapas. O primeiro no momento em que fosse lavrada a escritura de compra, o segundo na chegada das máquinas em Santos, o terceiro um ano depois de assentadas as máquinas, ocasião em

que seria pago o que restasse para perfazer o total de "6.722 libras esterlinas e mais a importância de todas as despesas de frete, seguros, comissões, transporte, assentamento, ferragens, e juros a razão de 6% ao ano" (20), além de "5% sobre a importância total da machina por traçar todas as despesas que a mesma fizerem" (21). O contrato estipulava ainda uma multa de 15 contos de réis para o não cumprimento de qualquer das partes.

Diante deste compromisso assumido, e estando os mestres ingleses voltando para a Europa em 1877, José Galvão procurou obter garantias quanto aos tipos de máquinas que ele havia adquirido e à sua capacidade de produção. Para isso, requereu a abertura de um processo de **Inquirição de Testemunhas** pelo qual os mestres Ingleses, como testemunhas, deveriam depor junto ao Juiz Comercial de Itu. Como intérprete foi nomeado Richard Gray e as testemunhas eram Willian Wilkinson, Willian Walker e M. Davis, dos quais apenas o primeiro, como será visto em seguida) foi responder os quesitos daquele processo (22).

2.1.2- A CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO E MAQUINARIA

A solução adotada para a construção da fábrica parece ter levado em conta as inúmeras rochas graníticas existentes naquela localidade (23). O edifício, na forma de um quadrado, teve suas fundações realizadas sobre uma grande

e maciça rocha (24). O jornal O Ituano, em 1875, ao anunciar a inauguração desta fábrica, descrevia as características da edificação original e também a técnica construtiva empregada:

As paredes do pavimento inferior tem 0,77 metros e são de alvenaria simples (grandes pedaços de granito e argamassa), apresentando-a do lado do rio um arco em que tem de funcionar a roda motora, o qual tem 17,6 metros de altura contando da chave do arco-pleno, e a do lado da fós tres grandes portas de arco-pleno com 3,5 metros de largura.

Distribuindo em cinco ordens e da mesma alvenaria simples, vinte pilares de base quadrada, com 1,32 metros de face, suportão o pavimento superior: o pavimento superior sendo cercado por paredes de alvenaria-mixta (paramentos de granito e argamassa com recheio de pequenas pedras e argamassa) apresenta sua área e alguns pilares de alvenaria e columnas de madeira supportando o telhado (25).

Helena Saia considera, diante das informações contidas neste documento, que a fábrica Galvão foi a única a adotar materiais e soluções construtivas diversas das usuais na Província como a alvenaria de pedra e a técnica de assentamento. Afirma ainda que a ausência de revestimento em

MACHINAS DE
DESCAROÇAR, ABRIR,
CARDAR, PENTEAR,
PREPARAR, FIAR E
TECER ALGODÃO.

CONSTRUIDAS POR
PLATT BROTHERS
& CO. LIMITED,
HARTFORD WORKS,
OLDHAM, ENGLATERRA.

Endereço Telegraphico
"PLATTS", OLDHAM.

Telephone N. 26

suas fachadas deve-se à influência de modelos construtivos ingleses (26). Possivelmente, a planta tenha sido feita pelos próprios engenheiros da Platt Brothers & Co., da qual Galvão havia comprado as máquinas, pois uma das cláusulas do contrato estipulava que após a chegada dos equipamentos ao Porto de Santos eles seriam imediatamente conduzidos para o local onde já se achava construído o edifício (27)

Quem seriam os pedreiros dessa construção?. Talvez Galvão tenha adotado a mesma alternativa de Octaviano Pereira Mendes, gerente da Sociedade Pereira Mendes & Cia. outro ituano que construiu uma fábrica de tecidos em Salto, em 1887. Pereira Mendes, em 1882, contratou o empreiteiro e mestre pedreiro André Gonçalves, de Piracicaba, para executar a construção de sua fábrica de papel de acordo com a planta feita pelo engenheiro inglês Alex Ferguson (28).

A fábrica Galvão realizava todas as etapas da fabricação de panos grossos e finos, desencaropava, fiava e tecia o algodão. Por isso, a fábrica apresentava uma das características dos estabelecimentos de fiação e tecelagem que se instalaram nas três últimas décadas do século XIX. Para Maria Alice Ribeiro, estes estabelecimentos "constituam-se em unidades produtivas cuja característica estava no emprego do maquinismo, tornando a atividade de fiar e tecer uma composição de sucessivas operações mecânicas" (30).

2.1.3 - GUILHERME WILKINSON, UM TÉCNICO DA SAMUEL, IRMÃOS & CIA.

O inglês Guilherme Wilkinson é um exemplo, entre muitos, dos que vieram ao Brasil como responsáveis pela instalação de maquinarias têxteis para as primeiras fábricas de tecidos. Em 1877, Wilkinson viera para instalar a fábrica Galvão pela Platt Brothers & Co. por intermédio da importadora do Rio de Janeiro, Samuel, Irmãos & Cia. Era casado, tinha 30 anos de idade e não sabia falar Português (31), como atesta a presença do interprete Richard Gray, presente no depoimento dado por este técnico em juízo.

Além da dificuldade da língua, Wilkinson não conhecia o algodão, segundo sua própria expressão, "como vêm da planta" (32), e sim apenas em fardos, estado em que era enviado à Europa, sobretudo à Inglaterra.

Por ele próprio foi dito que o contrato de trabalho foi celebrado entre ele e José Galvão, sendo os importadores considerados os agentes da transação. Este contrato foi assinado em Oldham, Inglaterra, no escritório de Platt Brothers & Co. (33). Assim, a contratação destes técnicos partia dos próprios fabricantes de máquinas na Inglaterra, que empregavam e treinavam o pessoal apenas para a montagem dessas máquinas. Enquanto no Brasil, casas importadoras como a Samuel, Irmãos & Cia. faziam a

intermediação para aqueles que como José Galvão, não se deslocavam à sede dos fabricantes.

No entanto, ao que parece, paralelamente às dificuldades financeiras decorrentes do grande custo deste tipo de empreendimento, existiam também problemas culturais, como a dificuldade de relacionamento entre os compradores e estes técnicos ingleses que não conheciam a língua nem a realidade local. Eles apenas instalavam e colocavam em funcionamento a maquinaria necessária à fabricação de panos. Muitos, como já foi visto no primeiro capítulo, ficavam por aqui, constituindo o que talvez possa ser denominado de "mercado de mão de obra especializada".

Algumas evidências sugerem que o relacionamento de Galvão com estes técnicos ingleses era pouco amigável, o que parece estar associado às relações de trabalho nas fábricas. Este pode ser um interessante ponto de partida, para um trabalho futuro. De qualquer forma, basta mencionar um episódio para atestá-lo. Em 1886, Galvão enviou um telegrama para o delegado de polícia de Itu pedindo o auxílio da polícia para a garantia de sua vida, que teria sido ameaçada por um dos mestres de sua fábrica, de nome Chadrik (34).

José Galvão de França Pacheco Junior

37-RUA DO COMMERCIO-37

CAMPINAS

com deposito de pannos de algodão grosso e fino, de sua manufactura do Salto.

DEPOSITO

de farinha de trigo e assucar.

PREÇOS RASGAVEIS

A. DINHEIRO

37--RUA DO COMMERCIO--37

CAMPINAS

Fonte - Almanach Popular de Campinas
para o anno de 1879

FABRICA

DO

SALTO

Precisa-se contractar para trabalhar durante a noite, 20 tecelões, 10 operarios para o serviço das cardas, 10 ditos para o de flama, e 10 meninos para o do carritois.

As pessoas que se julgarem devidamente habilitadas podem se dirigir ao abaixo assignado, na fabrica do Salto para tratar do ajuste e condicções.

Salto, 29 de Março de 1878.

1-4

Arthur D. Sterry.

Gerente

2.2 A GERENCIA DA SAMUEL IRMÃOS & CIA

2.2.1- O TRABALHO NOTURNO

A inexperiência e o grande investimento necessário para a construção e compra da maquinaria para a fábrica Galvão, aliados às enormes exigências estipuladas no contrato quanto ao pagamento dessas mesmas aquisições, colocaram o seu proprietário numa situação bastante difícil frente aos importadores Samuel, Irmãos & Cia. Como resultado, em 09 de abril de 1877 foi lavrado em cartório do Rio de Janeiro um contrato de arrendamento por 30 meses entre esta importadora e Galvão, como condição para o pagamento da dívida de 90:737\$150 réis., por saldo de contas procedentes da compra e assentamento de máquinas de fiar e tecer algodão, em sua fábrica de tecidos (35).

Durante o período em que vigorou este contrato, a fábrica Galvão esteve sob a gerência do inglês Arthur D'Sterry, representante daquela importadora. Além de administrar o empreendimento Sterry, como ele mesmo afirmava, "traduzio fielmente o pensamento dos arrendatários" (36). Ou seja defendeu os interesses da Samuel, Irmãos & Cia. e implantou o modelo de trabalho que ele tão bem conhecia.

Galvão, durante este tempo, montou um "negócio de pano nacional por grossa" em Campinas, onde ficou até a data

em que novamente tomou posse da fábrica, deixando este comércio para o seu irmão Paulino Galvão (37).

Segundo Sterry, o curto prazo estipulado de arrendamento e o montante da dívida, levavam-no à necessidade de auferir o mais possível daquela fábrica. Assim, durante os trinta meses em que os ingleses estiveram à frente do empreendimento, o sistema de trabalho, foi radicalmente transformado aproximando-se daquele existente nas fábricas inglesas.

Em 31 de março de 1878, a **Imprensa Ytuana** publicava, à pedido de Sterry, um anúncio para a contratação de operários para o trabalho noturno. Além de 20 tecelões e, 10 para o serviço de cardas, pedia também 10 meninos para o serviço de carretéis. Galvão, aparentemente surpreendido com tal anúncio, encaminha à Justiça Pública uma petição com a finalidade de protestar o que julgava como a "desastrosa gerência de Sterry" (38). O fundamento deste protesto contra o gerente inglês não estava relacionado à natureza do trabalho como publicado no anúncio, mas à preocupação de Galvão quanto à segurança e garantia de sua propriedade, que via ameaçada pela possibilidade da ocorrência de incêndios, capaz de levar a uma destruição total do edifício e das suas preciosas máquinas.

O trabalho noturno exigia iluminação, que certamente teria de ser feita por meio de lampiões de querosene - pois apenas em 1895 o jornal **A Cidade de Itu**

anunciava o trabalho noturno naquela fábrica, possibilitado pela iluminação elétrica. O espaço da produção era constituído por um imenso salão, indicado sobretudo para o trabalho diurno, equipado com "vinte e oito janelas com ogiva symmetricamente distribuídas pelas quatro paredes"(39), que favoreciam a entrada do ar e da luz.

Segundo esta informação, máquinas e pessoal conviviam conjuntamente num grande salão, situação que exporia a fábrica ao constante perigo de incêndios durante o trabalho noturno. Sterry julgava-se "Zeloso na gerência", e para prevenir-se desse risco conservava

"cinco duzias de baldes de promptidão, ao lado de um pessoal numeroso, n'um edifício collocado sobre a água à margem de um grande rio, e junto a uma cascata" (40).

Sterry para facilitar "o serviço de extinção de incendios, resolveu adquirir uma bomba bem montada" (41). No entanto, uma das cláusulas do contrato de arrendamento obrigava os arrendatários a empregar cautelas contra incêndios, sendo que todas as despesas seriam por conta deles e sem direito a qualquer indenização. Assim, quando Sterry quis entrar num acordo com Galvão para a aquisição desta bomba, como cautela contra um possível incêndio, ele não aceitou e, segundo Sterry, mostrou-se "intratável".

O que estava sendo discutido no processo era principalmente a manutenção da propriedade e não a especificidade do trabalho. Assim, o trabalho noturno envolvendo inclusive "10 meninos para o serviço de carretéis" não foi colocado em discussão, nem por Sterry nem por Galvão, que pareciam ter a mesma posição quanto à constituição de sua força de trabalho considerando homens, mulheres e crianças, igualmente úteis à produção, independentemente do turno de trabalho fabril. Com relação à instituição do trabalho noturno em sua fábrica, Galvão argumentava apenas que

"o trabalho à noite, nas fábricas de tecidos de algodão existentes no Império é absolutamente desconhecido, e é só por isso, que no contrato alludido não se achar clausula que expressamente o prohiibe..."(42).

"a mais vulgar prudencia recomenda a interrupção do trabalho pela noite, nestes estabelecimentos, e, pois, não permittem presumir-se que fosse da intenção das partes n'aquelle contrato a derogação de uma practica tão geral, quanto discreta " (43).

Sua argumentação não demonstrava um desconhecimento quanto à existência deste tipo de trabalho, nem uma posição contrária à sua utilização. Embora Sterry ainda não tivesse

implantado efetivamente o trabalho noturno - por não ter encontrado operários dispostos a aceitá-lo - Galvão preocupou-se com a possibilidade do funcionamento da empresa à noite devido à ausência de condições básicas de segurança de sua propriedade; a iluminação a querosene, por exemplo, constituía um risco de incendio que poderia acarretar a perda do capital investido. Removida esta dificuldade, podia ele "a qualquer dia realizar aquelle seu dasastroso propósito" (44).

Nestas circunstâncias, o posicionamento do monarquistas José Galvão, o coloca frente às mudanças de seu tempo e demonstra que ele não estava totalmente contrário à vigência do trabalho noturno, diante do qual via como único impedimento as questões de segurança. Diante da preocupação de José Galvão quanto à possibilidade de incêndio, Sterry procurou em seu contraprotesto argumentar pela viabilidade de tal trabalho, afirmando que ele era de "uso frequente, não só nas principais fábricas de Manchester, como em Oldham, em Rochdale e em outros grandes centros da indústria textil, na Inglaterra" (45) no intuito, talvez, de mostrar as vantagens e o caráter "moderno" deste tipo de trabalho, que colocaria a fábrica Galvão em condições próximas àquelas das fábricas mais desenvolvidas da Inglaterra.

Nem mesmo o Jornal Republicano Imprensa Ytuana, criticou a possibilidade da organização do trabalho noturno

reconhecendo "no Sr. Sterry, um cavalheiro perfeito" e atribuindo-lhe a qualidade de saber "elevar o trabalho". Julgava-se ainda que esse exemplo servia de incentivo para aqueles que "desfavorecidos de fortuna, maldizem sua sorte, porque começam já a ver que se vae nobilizando o trabalho" (46).

Como é sabido, em meio a uma intensa propaganda Republicana depois da realização da "Convenção de Itu" (1873), estes jornais se tornaram um importante veículo de propaganda política daquele partido (47). Mesmo assim, a "valorização do trabalho como o ato por excelência gerador de riqueza" (48) justifica o grande respaldo obtido por aquele empreendimento industrial, independentemente das condições de trabalho por eles oferecidas.

2.2.2 - O INGLÊS ARTHUR D'STERRY

A trajetória de Sterry em muito se assemelha à de outros que vieram ao Brasil e aqui acabaram instalando seu próprio negócio. Richard Graham, mostrando alguns exemplos de ingleses que "tomaram posição contrária de seus compatriotas" (49), afirma que é "errônea a idéia de que todos os britânicos estavam empenhados em manter a economia de exportação do Brasil e impedir a industrialização do país" (50). Assim, Sterry não se apresenta como um caso

isolado, mas configura mais um exemplo para justificar esta afirmação.

Em 1877, veio a Salto com a finalidade de gerenciar a fábrica Galvão arrendada a Samuel, Irmãos & Cia. e, em 1878, casou-se nesta mesma localidade com Ambrosina Augusta (51). Em Salto, Sterry adquiriu vários imóveis. Um mês antes do seu casamento, comprou uma casa que neste mesmo ano já se encontrava hipotecada (52). Em 1881, as inúmeras escrituras de venda e compra de propriedades encontradas nos livros de registro do Segundo Cartório de Notas de Itu, revelam ter sido este o último ano que Sterry permaneceu naquela localidade. Depois transferiu-se para Itu onde, em 1896, elaborou e participou do projeto de ampliação da fábrica de tecidos São Luiz (53). Algumas das suas propriedades foram adquiridas por outro inglês, William Wash (54), mas a grande maioria por Francisco Fernando de Barros Júnior, fundador-proprietário da segunda fábrica de tecidos em Salto (55).

Sterry não se restringiu apenas a aplicar os seus investimentos em imóveis, passando também a organizar alguns empreendimentos industriais. Em 1878, desdobrava-se na posição de gerente da fábrica Galvão e na constituição de uma sociedade com Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares, do Rio de Janeiro, para a montagem de uma fábrica de beneficiamento de arroz. Nesta fábrica, cujo nome era "Fábrica Monte Serrat", talvez em homenagem à Santa

padroeira de Salto, Sterry entrava com as máquinas movidas a vapor necessárias para beneficiar e descascar arroz, e seu sócio com o capital (56). Neste mesmo ano, a sociedade foi desfeita e Vasconcellos Tavares acabou associando-se a Virgílio Mariano Pereira sob a firma Pereira & Tavares, com maquinaria americana (57). Então, Sterry trabalhou durante alguns meses em Salto, transferindo-se em 1879 para Itu onde instalou-se no pavimento térreo do convento São Francisco (58).

No entanto, isto não desanimou Sterry em seus projetos industriais. A *Imprensa Ytuana*, em 24 de outubro de 1880, noticiava a inauguração de uma fábrica de tecidos de algodão de sua propriedade. Neste mesmo ano, aquele jornal noticiava a venda da fábrica "com 20 teares, sendo tudo novo" (59). Sterry não possuía a maquinaria destinada à fiação, pois a sua intenção era tecer os panos com fios comprados na Inglaterra (60).

Foi nesta mesma condição de funcionamento que Francisco Fernando de Barros Júnior montou em Salto a sua fábrica de tecidos em 1880, o que sugere a possibilidade deste ter adquirido os teares que Sterry estava vendendo para dar início ao seu empreendimento.

2.2.3- ANTONIO DE MORAES NAVARRO: UM TRABALHADOR URBANO EM SALTO NO SÉCULO XIX

O caso de Moraes Navarro, embora seja o único encontrado no gênero, oferece alguns indícios sobre uma situação vivida pelos trabalhadores de Salto, no século XIX, sob a gerência do inglês Sterry.

Este, como ele mesmo dizia, era um representante "fiel dos pensamentos" da casa importadora e procurou mudar não apenas o sistema de trabalho, mas também a forma de relacionamento com seus trabalhadores. O relacionamento pacífico entre as partes, que a *Imprensa Ytuana* louvava como parte da propaganda republicana em relação ao trabalho, é posta em questão diante da notificação feita a Antonio de Moraes Navarro(61).

Um mês após a assinatura do contrato de arrendamento em abril de 1877, o jornal noticiava a grande festa promovida pelos ingleses para os operários da fábrica Galvão:

"Festa de Operários:

O Sr. Arthur D'Sterry, digno gerente da fábrica de tecidos do Salto, no dia 6 do corrente, afereceu aos seus operários uma esplendida festa, constando de uma lauta cêa e um baile que durou até as 4 horas da manhã.

Grande foi a animação que ali reinou: durante a Cêa forão levantados entusiasticos brindes e walsas, os operários ingleses cantarão lindissimas canções"(62).

Entretando, a receptividade "calorosa" com que brindavam aqueles trabalhadores não parece compatível com o encaminhamento dado ao episódio que resultou em um processo de Notificação contra Moraes Navarro. Em 1879, Navarro retirou do trabalho dessa fábrica suas cinco filhas. Segundo Sterry, "sem que este desse motivos a retirada acintosa" (63), acusando-o de ter

"procurado prejudicar o estabelecimento, e affastar outras operárias que alli trabalhão, espalhando boatos aterradores, como que ha perigo de desabar uma das paredes do edificio" (64).

A atitude de Sterry, ao intimidar Navarro com a abertura de um processo, justifica-se pela dificuldade que existia em substituir de imediato aquelas operárias. A contratação de trabalhadores nacionais, principalmente crianças e mulheres, era uma prática constante nas fábricas em Salto durante o século XIX, fato nada original em se tratando dos setores têxteis onde o trabalho feminino tinha um peso significativo na composição da força de trabalho (65). Galvão, antes mesmo da inauguração de sua fábrica em

1875, anunciava pelo jornal *O Ituano*, que "tendo de abrir brevemente a sua fábrica de tecidos no Salto, contracta operários...recebe também orfãos que queirão la empregar-se" (66).

Em 1877, a força de trabalho da fábrica era constituída de 75 pessoas, entre as quais havia 52 senhoras, que tomavam conta dos teares e dos trabalhos de fiação, "12 meninos de 12 a 15 anos de idade e 11 homens", todos brasileiros sob a direção de três ingleses (67), o que evidencia o peso significativo que tinha o trabalho feminino nas fábricas de tecidos, voltadas para as atividades fundamentais da produção, como a fiação e tecelagem; bem como a participação de trabalhadores nacionais nesta fábrica.

O treinamento destas operárias começava muito cedo. Anúncios como o publicado em *A Cidade de Ytu*, são reveladores a este respeito:

"Fábricas de Tecidos

Precisa-se de 10 a 15 meninas de 8 annos de idade para mais, na fábrica Pereira Mendes & Comp. no Salto de Ytu, para aprenderem a trabalhar na fiação, as quais logo tenham adquirido prática serão bem remuneradas" (68).

O tempo entre a contratação, o treinamento necessários para o manejo das maquinarias e a produção dos tecidos foi, certamente, o que motivou Sterry a procurar a Justiça Pública contra o pai que retirara suas filhas do trabalho.

O perigo de desabamento de uma das paredes do edifício, motivo que, segundo Sterry, Navarro havia alegado para a retirada de suas filhas, teria influenciado outras operárias a deixar aquele trabalho, causando um prejuízo de quase quinhentos mil réis (69). Desta forma, embora Navarro não tenha se pronunciado neste processo, a repercussão de sua atitude parece ter sido desastrosa para Sterry que, concebeu-a e designou-a como "uma espécie de greve" (70).

Entretanto, "tendo tirado a limpo esse negócio de modo a mostrar que era infundado o pânico incutido nos trabalhadores, na maior parte operárias" (71), Sterry desistiu da ação contra Navarro "por haverem conciliado" (72). Os termos em que foi tratada essa conciliação não aparecem no processo, o que sugere que a mesma possa ter sido feita verbalmente Navarro pediu a Sterry que pagasse as custas do processo, em atenção à sua falta de recursos pecuniários (73). Este processo entre Navarro e Sterry acabou sendo arquivado, segundo a sentença dada pelo juiz Municipal em Perpetuo Silêncio (74). Sterry continuava sendo o "digno gerente" da fábrica de tecidos Galvão e a Imprensa Ytuana manteve-se em silêncio - pois não

tinha interesse em tornar público aquela situação, divulgando e enaltecendo os benefícios para a sociedade de um empreendimento voltado para o trabalho livre.

2.3 - AS ENGENHOSAS MÁQUINAS DE TECER:

A FÁBRICA BARROS JÚNIOR

Em 1879, chegavam a Itu Francisco Fernando de Barros Júnior e seu irmão Fernando Paes de Barros, filhos do fazendeiro, produtor de cana, Francisco Fernando de Barros. Ambos haviam se formado em Engenharia Civil pela Universidade de Siracusa, nos Estados Unidos (75).

Desde o seu retorno, Barros Júnior se dedicou à indústria e principalmente à política em Salto, onde passou a morar. Para Luiz Castellari, a experiência de vários anos nos Estados Unidos foi responsável pela formação de "seu caráter enérgico e de idéias progressistas", ocupando "posição saliente no seio do Partido Republicano de Itu" e depois em Salto (76).

Isto provavelmente norteou toda a sua vida, fazendo com que Barros Júnior se sobressaísse mais como político do que como industrial, e em algumas ocasiões estas duas condições se conjugaram para definir projetos para Salto. Como filho de fazendeiro, Barros Júnior não se distanciou dessa prática típica dos primeiros fazendeiros-industriais que exerceram cargos políticos

durante a maior parte de suas vidas, tornando-se mais um exemplo, entre aqueles apontados por Warren Dean (77).

Outros membros de sua família também exerceram cargos políticos. Em 1873, seu pai exercia o cargo de Delegado de Polícia em Capivari e um de seus irmãos, o advogado Joaquim Fernando Paes de Barros, havia sido também Deputado Provincial entre 1870-1871 (78). Além de Republicano, Barros Jr. era um ativo Abolicionista (79).

O seu projeto político estava centralizado em dois aspectos: primeiramente, ele tinha como objetivo tornar-se um "Chefe Político" em Salto, onde investiu consideravelmente com esse propósito; em segundo lugar, o de unir seus interesses industriais à sua posição política, como vereador pelo PRP em Itu de 1882 a 1886 e Deputado Estadual pelo mesmo partido de 1892 a 1896.

A posição Republicana deste industrial-político o colocava em confronto com José Galvão, ligado ao regime monárquico. A oposição de idéias e os interesses pessoais de cada um deles influenciaram diretamente na remodelação que suas fábricas empreenderam naquela localidade a partir de 1882. Neste processo, seria difícil dissociar os interesses pessoais daqueles de suas respectivas fábricas de tecidos pois, em cada caso, fábrica e patrão estavam representados num único indivíduo, proprietário.

Barros Júnior desenvolveu outras atividades em Salto, fosse como parte de seu projeto político pessoal ou

com o objetivo de fortalecer o seu partido político: o PRP. Assim, reorganizou o Grêmio Musical Saltense, uma "banda de caracter republicano" (80); em 1885, criou o "Gabinete de Leitura e Cultura Democrática", composto de livros, mapas, jornais e revistas; fundou, em 1888, juntamente com outro republicano (Tancredo do Amaral) o Jornal **Correio do Salto**; em 1887 foi a vez do "Clube Republicano 14 de julho" (81). Exerceu, também em Salto, diversos cargos públicos como subdelegado de Polícia, Intendente, Presidente da Câmara e Juiz de Paz (82).

Em 1880, Barros Júnior iniciou a construção de um edifício onde passou a funcionar sua tecelagem, num primeiro momento com fios importados da Europa. Para este empreendimento, neste mesmo ano adquiriu por três contos de réis parte de uma chácara, equipada com um pequeno canal que captava as águas do rio Tietê para a movimentação de pilões (83). A escolha deste local, logo abaixo da fábrica Galvão, foi determinada pela presença do rio e dos melhoramentos já existentes, principalmente o canal para a captação das águas.

O aproveitamento dos rios estava também diretamente relacionado ao baixo custo de produção, que proporcionava a estes primeiros fabricantes a oportunidade de competir com tecidos provenientes da Inglaterra. Para Bernardo Mascarenhas, um dos fundadores da fábrica Cedro (1872) em Minas Gerais, a causa primordial que permitiu ao

produtor nacional suportar a concorrência de tecidos estrangeiros foi o emprego da força hidráulica. Numa carta ao Visconde de Figueiredo, datada de 16 de novembro de 1888, escreve:

"(...) sendo as fábricas movidas exclusivamente por água e, se não fora, não teriam suportado a terrível guerra de concorrência que sofreu a princípio de negociantes estrangeiros da Corte, intermediários ou comissários dos fabricantes ingleses, que sempre procuraram abafar e desmoralizar a indústria nacional" (85).

A solução energética e a construtiva da fábrica Barros Júnior muito se assemelhavam àquelas de José Galvão, sugerindo que esta poderia ter funcionado como um modelo.

"todas as paredes da fábrica são de pedra e tijollos, sendo de pedra todos os alicerces e o primeiro andar do edifício de fiacção, e de tijollos o resto" (86).

A fábrica possuía também ferramentaria, carpintaria e armazens em edifícios separados. Para Helena Saia, a capacidade produtiva das fábricas brasileiras deste período era ínfima se for comparada à daquelas construídas na Inglaterra e nos Estados Unidos. Ao contrapor as fábricas paulistas construídas entre 1869-1875 às desses países,

Warren Dean conclui que elas eram muito pequenas (87). Para ele, somente a "Brasil-Industrial em Macacos no Rio de Janeiro, com 20.000 fusos, aproximava-se da costumeira escala das fábricas na Inglaterra e Estados Unidos onde por volta de 1870, 70.000 fusos eram considerados como ótima quantidade" (88).

O mercado consumidor para estes produtos abarcava tanto Salto, Itu e localidades circunvizinhas como Rio Claro e Campinas, que se destacavam como importantes centros produtores de café, já que estas primeiras fábricas destinavam-se a oferecer os seus produtos a mercados regionais e não nacionais (89). Barros Júnior e José Galvão disputavam este mercado utilizando-se de procurações passadas a um de seus empregados, para que pudessem, em nome das fábricas vender e cobrar dívidas as provenientes dos negócios realizados com panos, garantindo assim a distribuição e a divulgação de seus produtos para além dos limites do local (90).

2.4 - PROJETOS INDUSTRIAIS NÃO CONCRETIZADOS

José Galvão e Barros Júnior não foram os únicos que procuraram a localidade de Salto para a instalação de suas fábricas. Entre outros, o Barão de Piracicaba e William Fox, representante de alguns capitalistas ingleses, idealizaram e projetaram sem sucesso a construção de suas fábricas naquele local. A maioria destes projetos, diferenciava-se dos primeiros no que dizia respeito à fonte de capital, aqueles resultantes de investimento individual, estes de sociedades formadas por ações (91).

O primeiro projeto não realizado, foi o do Barão de Piracicaba em 1873, mesmo ano em que Galvão havia encomendado as maquinarias para a sua fábrica de tecidos e, provavelmente, também iniciado sua construção. Alice Canabrava atribui a existência deste projeto à importância das quedas d'água na localização das fábricas fundadas entre os anos de 1861 e 1875.

"Tão importante se considerava esse fator, que registra, entre os projetos da época, o do Barão de Piracicaba, que pretendia construir, em terras de sua propriedade, uma ramificação de canais, com as águas do rio Tietê, junto ao Salto de Itu, com o objetivo de arrendá-las aos industriais interessados" (92).

O Barão de Piracicaba, além de ter aberto o canal, pretendeu montar a sua própria fábrica de tecidos e extração de óleos (93). Em 1875, sua propriedade e todas as benfeitorias já realizadas foram vendidas a uma sociedade Inglesa de Manchester por 4.000 libras (94). O **Constitucional** de Campinas, através de uma notícia extraída do **Correio Paulistano** em 04 de fevereiro de 1875, divulgou a referida compra daquela propriedade, composta de uma casa equipada com um "poderoso motor de água encanada do rio Tietê" (95) o que foi determinante para que o comprador aceitasse a referida quantia.

Este infrutífero empreendimento do Barão acabou cedendo lugar ao de William Fox que, somente em 1882, provavelmente favorecido pela lei 3.150 daquele ano que regulamentava a organização das sociedades anônimas, pôde organizar o seu empreendimento (96). A "Fábrica de Fiação e Estamparia de Chitas do Salto", de William Fox foi constituída por ações, vendidas aos interessados, principalmente através de anúncios publicados na **Imprensa Ytuana**; como o que segue:

" Companhia Industrial do Salto de Ytu estabelecida conforme a lei das Sociedades anonyms no. 3150 de 04/11/1882.

Capital Rs. 1.500:000\$000 dividido em 7.500 ações no valor de rs. 200\$000 cada uma para a

constituição de uma fábrica de fiar, tecer e alvejar algodão, etc. no Salto de Ytu (Província de São Paulo) cerca de 400 teares..." (97).

O conteúdo do anúncio parece indicar que este deve ter sido divulgado em muitos outros jornais do país. No entanto, esse grande esforço não correspondeu ao sucesso procurado. Da mesma forma que Arthur D'Sterrry, que também procurou montar sua própria fábrica de tecidos naquele local, o inglês Fox desistiu do empreendimento.

A capacidade de produção desta fábrica com 400 teares (a maior que seria construída em Salto durante o século XIX), talvez não tenha sido o único empecilho encontrado por William Fox. Sterry, que tinha um projeto menos audacioso, não conseguiu executá-lo. Questões como estas sugerem muitas indagações que, entretanto fogem à proposta deste trabalho.

Apenas em 1887 as benfeitorias executadas pelo Barão de Piracicaba e William Fox foram utilizadas, só que para a instalação de uma fábrica de papel pela Melchert & Cia. A construção de uma fábrica de papel numa localidade onde até então predominavam as fábricas têxteis interrompeu uma tradição, mas não representou uma proposta nova já que o ituano Octaviano Pereira Mendes, formado em Engenharia Civil nos Estados Unidos, em 1879 voltou ao Brasil com o objetivo de montar uma fábrica de papel em Salto (98).

A intenção de Pereira Mendes era produzir papel para jornais, motivo de grande empolgação pois viu-se naquele empreendimento uma solução: "libertar a imprensa nacional da contingência em que se acha de importar do estrangeiro todo o papel por ella empregado" (99).

A matéria-prima para esta produção de papel, não constituia um problema. Pela Imprensa Ytuana em 1882, Pereira Mendes, anunciava o seguinte:

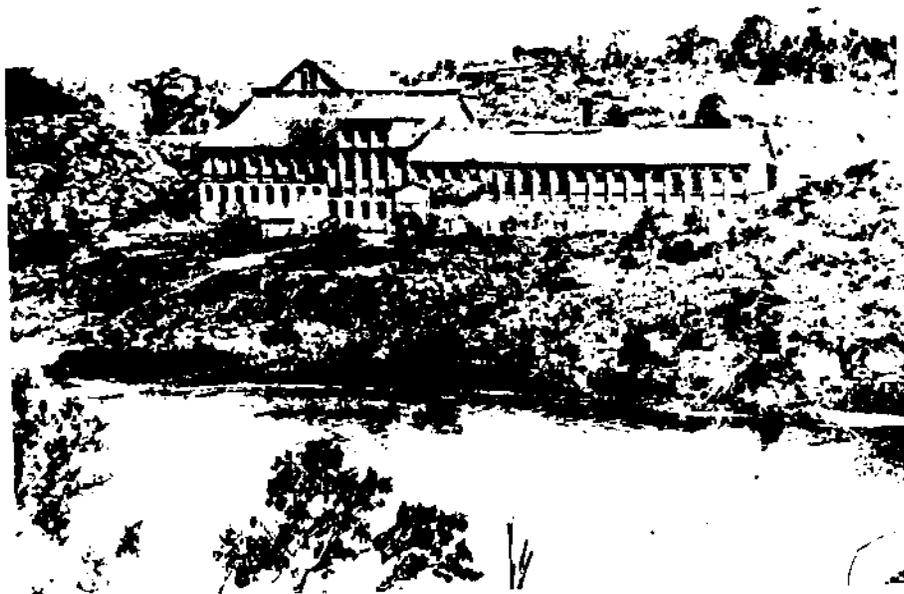
"Fabrica de Papel

Tratando-se de montar uma fábrica de papel no Salto de Ytu, avisa-se aos senhores fazendeiros e famílias tanto no município como de outras partes da província que a fabrica compra todas as roupas velhas e trapos quer de linho quer de algodão. Brevemente sahirá um agente encarregado de efectuar as compras.

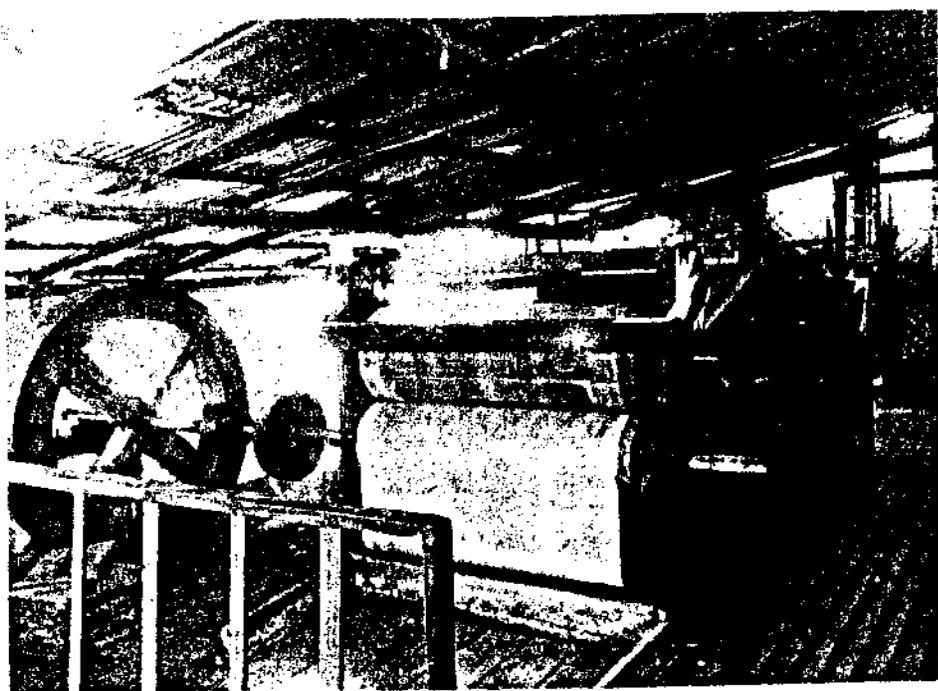
Paga-se bem a vista (100)

A utilização de trapos de panos para a fabricação do papel poderia encontrar em Salto, devido à presença das fábricas de tecidos, uma fonte de matéria-prima. No entanto, esta facilidade não impediu que concluído o edifício em 1887, este fosse transformado em fábrica de

tecidos sob a denominação de "Monte Serrat" (101). Mais um projeto não concretizado.



Edifício da fábrica de Papel
Melchert & Cia 1889



A primeira máquina de papel
instalada no Brasil
Melchert & Cia (1889)

2.5- TECIDO E PAPEL: FINALIZANDO O SÉCULO XIX

2.5.1- FÁBRICA OCTAVIANO PEREIRA MENDES & CIA

"...pelo stridor de modernos machinismos, para de subito e desperta do nosso espírito que se embrenha e cança na observação de milhares de rodas que se movem, de aparelhos exquisitos, de peças minúsculas de fios que correm, transformando quasi mysteriosamente em admiráveis productos a materia informe atirada no ventre daquele monstro! " (102)

"Ninophilo"

Esta fábrica de tecidos diferenciou-se das de Galvão e de Barros Júnior pela utilização do vapor como força motriz, já que não podia dispor de uma queda d'água.

Toda a maquinaria foi adquirida da firma Platt Brothers. & Comp. - a mesma que forneceu os equipamentos para Galvão, e o sistema de vapor da Buckley & Taylor de Oldham - firma que também servia à fábrica de Tecidos São Luiz de Itu em 1869 (103). A manutenção, do sistema vapor, era feita pelo fabricante, o engenheiro Taylor, que em 1889 veio "especialmente ao Brazil para visitar as fábricas de

tecidos que utilizavam-se de seus vapores e bem assim para tornar mais conhecida a sua fábrica" (104).

O fascínio do articulista que identificava-se como "Ninophylo" no Jornal *A cidade de Ytu* estava, sem dúvida, ligado também ao que Maria Stella Bresciani denominou de uma "nova sensibilidade" do século XIX, em que, "atribuía-se aos engenhos astuciosos fabricados pelos homens - as máquinas com seus mecanismos irresistíveis e incansáveis - essa vitória na guerra com a rude natureza. A máquina foi apontada como expressão simbólica e material dessa vitória que lograra emancipar o homem do limitado destino de ser subjugado aos imperativos do mundo físico" (105).

A conquista através da máquina parece ter sido um ideal procurado por todos e em todos os lugares em que ela foi introduzida. Em Salto e Itu, "máquinas, multidões, cidades: o persistente trinômio do progresso, do fascínio e do medo" (106), que Bresciani observa para as grandes cidades da Europa, não se apresentou. Mas a presença das fábricas e suas maquinarias, aliada à propaganda republicana que perpassa toda a segunda metade do século XIX, foi suficiente para que se projetassem e se comunicassem o progresso eminente.

A maquinaria como o monstro que transformava admiravelmente a matéria prima, devorava também homens (107). Acidentes eram comuns numa atividade voltada para o trabalho fabril com extensas jornadas de trabalho. O dia a

dia do operário saltense do final do século XIX, também não deixou de ser registrado, mas em tom ameno, pelo jornal **Cidade de Itu:**

"ao sibillar das machinas motrizes das fábricas em que trabalham, deixam o leito, pelas cinco horas da manhã, e muitas vezes em dias chuvosos e frios, pisando a lama pegadica de algumas de nossas ruas e lá vão contentes fazer jus ao salário do dia. Trabalham durante o dia, com os intervallos para as refeições, e ao anoitecer vão de novo procurar o mesmo leito de repouso, do qual levantar-se-ão no dia seguinte, às mesmas horas do costumes" (108).

Nesta situação, o contentamento deve se relacionar muito mais ao patrão, ao jornal e sobretudo ao articulista, que queria passar uma visão idílica daquela atividade, do que aos trabalhadores. Acidentes ocorriam em todas as fábricas, mas apenas um ou outro era noticiado. Como hoje, a grande maioria dos trabalhadores tinham principalmente as mãos mutiladas (109). A fábrica de Octaviano Pereira Mendes não foi uma exceção. Um dos seus empregados, por exemplo, "de nome Luiz Bueno, indo ajudar o seu colega do batedor, foi tão infeliz que deixou se apanhar por esta machina, ficando com a mão offendida, que necessitou fazer a amputação da 3a. phalange de dous dedos

"(110). Outro acidente de que se tem registro foi de um menor operário que por volta de 5 horas da tarde, "deixou-se prender uma das mãos entre a engrenagem de duas rodas, ficando com alguns ossos fraturados" (111).

Acidentes como estes figuram entre os motivos que levaram os trabalhadores da fábrica Octaviano Pereira Mendes a uma greve em 1888. A imprudência do trabalhador aparece como justificativa para as más condições de trabalho e segurança. A *Imprensa Ytuana* se referia à greve com muita economia de palavras:

" Greve

A greve havida na fabrica de tecidos dos Srs. Pereira Mendes & Cia. já está finda.

Ella foi sem consequencia e durou apenas meio dia..." (112).

Neste mesmo ano, Octaviano Pereira Mendes consta da relação dos vereadores eleitos para a Câmara de Itu, como Barros Júnior, eleito anteriormente pelo Partido Republicano Paulista, que a partir da década de 80 teve uma posição significativa naquela Câmara. No entanto, o desempenho de Pereira Mendes e o proprietário da fábrica de Papel Melchert & Cia. a primeira fundada na Província de São Paulo (113), não foram

Chamamos a attenção do leitor para o papel em que está impresso o nosso almanach por isso que é producto da fabrica nacional de papel situada na Villa do Salto n'esta Provincia e propriedade dos Srs.

Melchert & Comp.

Esta fabrica que se acha montada com os mais aperfeiçoados machinismos acceta encommendas de toda e qualquer sorte de papel desde o mais fino até o papel cartão.



significativos para a localidade. Ligados muito mais aos interesses de Itu, deixaram para José Galvão de França Pacheco Júnior e Francisco Fernando de Barros Júnior a participação fundamental na gerência dos primeiros passos na constituição daquela localidade, diretamente relacionada ao trabalho fabril.

2.5.2- UMA FESTA REPUBLICANA: A INAUGURAÇÃO DA PRIMEIRA FÁBRICA DE PAPEL DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

Este projeto, inicialmente idealizado por Octaviano Pereira Mendes, foi concretizado pelo engenheiro Antonio Melchert, que projetou e construiu todo o edifício e também acompanhou o assentamento dos maquinismos (114).

Utilizando-se das benfeitorias anteriormente realizadas pelo Barão de Piracicaba e William Fox, Melchert & Cia. finalizou a construção do canal para captação da água do Tietê e construiu todo o edifício.

Situado na margem esquerda deste rio, em frente à fábrica de tecidos de Barros Júnior, Melchert constantemente disputava com este, e também com Galvão, o direito sobre o rio, já que as águas eram fundamentais para a movimentação das turbinas e para o preparo da matéria-prima para a fabricação do papel (115).

A inauguração desta fábrica, a última construída em Salto no século XIX, contou com a presença de representantes vindos de Campinas, Santos, São Paulo e Rio de Janeiro:

"...pelo trem das 6 e 20 da manhã que parte da Capital vierão mais ou menos cerca de cem convidados. Havendo de Jundiahy pra cá um trem especial que os Srs. Melchert & Cia pouzeram a disposição dos convidados" (116).

O "lauto almoço", servido às 11 horas, tranformou-se também numa grande festa republicana. Francisco Glicério, Bento Quirino dos Santos, Bernardino de Campos, Ramos de Azevedo, Paulino Facheo, Octaviano Pereira Mendes, Tancredo do Amaral, eram alguns dos convidados republicanos presentes naquela festa, além de representantes de todos os jornais da capital, da Gazeta de Notícias do Rio, Diário da Manhã de Santos e Diário de Campinas (117).

O edifício era constituído de vários compartimentos, cada qual destinado a uma etapa da produção. Uma descrição deste edifício, feita pela Imprensa Ytuana por ocasião de sua inauguração, revela a grandiosidade deste empreendimento e a disposição das maquinarias necessárias à produção do papel:

" no pavimento inferior acha-se collocado a caldeira rotativa que serve para cozinhar a matéria prima e é cozinhada a vapor. (...)

No terceiro compartimento estão os tanques da

lavagem e trituração, embaixo desses estão pequenos quartos que servem de depósitos para depois passar os últimos processos de lavagem e embraquecimento da pasta destinada para o fabrico de papel, cujos tanques chamam-se batedores.(...)

No quinto compartimento na parte superior tem de serem colocados algumas machinas e na parte inferior acham-se collocadas 3 turbinas. Temos finalmente o último compartimento que é um salão enorme aonde está collocada a machina de papel de systema Faurdinier. (...)

A fábrica tem uma caldeira que é necessária para aquecer os cylindros da machina, que é para poder sahir o papel enxuto, a chaminé dessa caldeira tem 30 metros de altura e é toda de ferro batido. Achão-se em construção a serraria, etc. que é para poderem fabricar o papel de madeiras brancas, o que presentemente só fabricam de sapé, trapos e residuos das fábricas de tecidos." (118).

A produção estava inicialmente voltada para a fabricação de papel de dimensões suficientes para impressão das maiores folhas que se publicaram no Brasil (119), além de papéis para embrulho.

A presença de mulheres operárias nesta fábrica pode ser atestada por anúncios que eram publicados em jornais ituanos, requisitando-as para trabalharem na etapa final daquela produção, como vemos nos anúncio publicado pela A Cidade de Ytu:

"Fábrica de Papel de Salto"

Precisa-se de mulheres para cortar e dobrar papel

Serviço limpo e fácil

Pagar-se bem.

Villa do Salto" (120).

Até 1893, tanto esta fábrica de papel pertencente a Melchert & Cia. quanto a de tecidos de Octaviano Pereira Mendes eram considerados estabelecimentos ituanos por estarem localizados nos limites que compreendiam aquela cidade, mesmo tendo a maioria de seus operários residentes em Salto. Isto foi consequência do modo que foi constituída a Freguesia de Salto em 1885, suas divisas naturais oferecidas pelos rios Jundiá e Tietê foram tomadas como limites do seu território, mantidos posteriormente mesmo com a sua elevação à Vila em 1889.

Esta situação somente foi alterada após a aprovação de um projeto encaminhado à Câmara dos Deputados Estaduais, em 1892, por Francisco Fernando de Barros Júnior,

mesmo contrariando os interesses do deputado Estadual ituano Cesario de Freitas da Câmara Municipal de Itu e dos proprietários Pereira Mendes e Melchert, também republicanos. Segundo o argumento apresentado por Barros Júnior, estes queriam continuar pertencendo a Itu, um lugar mais desenvolvido, também porque eram considerados por ele seus "inimigos pessoais e políticos" (121).

Este episódio permite reforçar a proposta deste trabalho, em concentrar a análise nas duas primeiras fábricas de tecidos e seus respectivos proprietários. No terceiro capítulo "O Quintal da Fábrica", procurarei demonstrar a importância e influência do monarquista José Galvão, e do republicano Barros Júnior, em meio às suas divergências políticas, para a configuração de Salto transformando aquela localidade "pitoresca" em uma cidade tipicamente relacionada ao trabalho fabril.

NOTAS

NOTAS

(1) Em 1867, foi registrada uma escritura de Compra e Venda de uma Casa de máquinas de descarregar algodão, equipada também com prensa para o enfardamento. Sendo vendedor Manoel Vidal Gonçalves Neves de Carvalho e como compradora Anna Carolina Pinto.

2o. Cartório de Notas de Itu

Livro 01, fls. 66-67v, 1867.

(2) "Petição de José Galvão de Franca Pacheco Jr.", in **Autos de Protesto** entre José Galvão, protestante, e o Capitão Salvador Nardi de Vasncellos, protestado.

ACCI-MRCI, 1o.Of., Maço 93, 1868, fl. 01.

(3) Escrituras de Compra e Venda de Terrenos e Casas na Povoação do Salto encontradas no Segundo Cartório de Notas de Itu

Livros:	n. 02	1869	fls. 28-28v.
	04	1874	89v-91v.
	05	1876	39v.40v.
	06	1879	133
	06	1880	139v-140v.

(4) "A Fábrica de Tecidos no Salto". O Ituano 24-01-1875, CASTELLARI, Luiz. Op. cit., p. 136.

(5) SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada**, SP, ed Hicitec, 1986, p. 59.

- (6) Sobre este debate ver: EISENBERG, Peter L., "Mentalidade dos Fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878" in *Homens Esquecidos*, Campinas SP, ed. da Unicamp, 1989.
- (7) SAIA, Helena. Op. cit., 1989, p. 159.
- (8) MONToux, Paul. "As Fábricas", in *A Revolução Industrial no século XVIII*, SP, Hucitec, 1985, p. 241.
- (9) Idem. *Ibidem*, p.240.
- (10) Idem, *Ibidem*, p. 337.
- (11) Stein, Stanley. Op. cit., 1979, p. 38.
CANABRAVA, Alice. Op. cit., 1984, p. 285.
- (12) *Correio Paulistano* 05-09-1869, apud NARDY FILHO, Francisco. Op. cit., 1949, pp. 24-28.
- (13) MARQUES, A. "Fábricas de Tecidos na Província", in *Província de São Paulo*, 31-03-1875.
- (14) Idem. *Ibidem*.
- (15) SAIA, Helena. Op. cit., p. 161.
- (16) MARQUES, A. Op. cit., 1875.
- (17) "Escritura de Compra e Venda entre Samuel, Irmãos & Cia e José Galvão de França Facheco Jr.", in *Autos de Inquirição de Testemunhas*.

ACCI-MRCI, 1o. Of., Maco 112, 1877, fls. 05 e 05v.

(18) Idem. Ibidem, fl. 05v.

(19) Idem. Ibidem, fl. 07.

(20) Idem. Ibidem, fl. 07

(21) Idem. Ibidem, fl. 07

(22) Depoimento da testemunha William Wilkinson in In
Inquirição de Testemunhas, Op. cit., fls.11v-13v.

(23) AB'SABER, Azis. "Geomorfologia de uma linha de quedas
apalachianas típica do Estado de São Paulo" in Anais da
Associação dos Geógrafos Brasileiros, vol.VII, Tomo I,
1955, p. 51.

Para Azis, a existência de uma linha de quedas, a "fall
line", apalachianas paulista encontra-se em Salto um de seus
pontos mais importantes.

(24) "A Fábrica de Tecidos no Salto", O Ituano, 24/01/1875,
in: CASTELLARI, Luiz Op. cit., 1971, p. 136.

(25) Idem, Ibidem p. 136.

A construção feita em pedra (granitos) certamente
também estava relacionada à preocupação com a umidade a que
o prédio estava exposto, já que fora construído junto a
cachoeira do Tietê. A pedra assegurava a impermeabilidade
necessária à sua conservação.

(26) SAIA, Helena. Op. cit., p. 161.

(27) Contrato de Compra e venda entre Samuel, Irmãos & Cia e José Galvão de França Pacheco, in Op. cit., fl. 06.

(28) "Escritura de Contrato que faz André Gonçalves com a firma Pereira Mendes & Cia. para o fim de fazer a construção do edifício da fábrica de papel", in Autos Cíveis de Arbitramento,

ACCI-MRCI, 2o. Of., Maço 03, 1882, fl. 04-06v.

(29) Jornal O Ituano, in CASTELLARI, Luiz. Op. cit., p.136.

Galvão adquiriu da Inglaterra 50 teares, 18 cardas, 5 bancas de fusos, um muller com 1.600 fusos.

(30) RIBEIRO, Maria Alice. Condições de Trabalho na fábrica têxtil, Op. cit., p. 44.

(31) "Depoimento de William Wilkinson" Inquirição de Testemunhas, in Op.cit., fl. 11v-13v.

(32) Idem, Ibidem p. 12v.

(33) Idem, Ibidem p. 13

(34) "Desordem", I.Y., 02/09/1886, fl. 02.

(35) "Escritura do Contrato de Arrendamento", in Autos de Protesto entre José Galvão de França Pacheco Jr. Protestante

Samuel, Irmãos & Cia e Arthur D'Sterry protestado.

ACCI-MRCI, 1o. Of., Maço 115, 1878, fl. 08.

(36) "Contra Protesto" por Sterry. Idem. ibidem, fl. 15v.

(37) Galvão pediu licença para a abertura de seu comércio em 1877. Estava situada à rua do Comércio no. 37 em Campinas. Em 1880, houve a mudança do proprietário, que passou a ser Paulino Galvão de Almeida França, que diversificou as vendas oferecendo também açúcar, aguardente e mantimentos. depois transformou-o numa padaria.

Livros de Licença para Negócios

Câmara Municipal de Campinas

anos:	fls:	Nos. Licenças:
1877	3v.	489
1878	8v.	38
1879	29	309
1880	12	374
1881	83	75

(38) "Protesto de José Galvão" em 24 de out. 1878 in Autos de Protesto, in: op. cit., fl. 4v.

(39) "A Fábrica de Tecidos no Salto", O Ituano, 24/01/1875, apud: CASTELLARI, Luiz op. cit., p. 136.

(40) "Contra Protesto" apresentado, por Arthur D'Sterry in: Autos de Protesto, op. cit., fl. 17v.

(41) Idem, ibidem, fl. 17v.

(42) "Protesto de José Galvão", in: op.cit., fl.3v. (grifo meu)

(43) Idem, ibidem, fl. 3v.

(44) Idem, ibidem, fl.4.

(45) "Contra Protesto" apresentado por Sterry in: op. cit. fl.17.

(46) "Festa de Operários", I.Y., 19/05/1877 p. 03.

Nesta mesma condição, estavam todas outras fábricas do país. Para Foot e Leonardi, as origens deste sistema fabril não têm nada de original, pois: "retomam as descrições clássicas de Marx e Engels sobre a evolução industrial européia. Tratava-se do mesmo segredo...a criação pelo operário no interior da fábrica, de um valor excedente maior do que o valor de sua força de trabalho...chave da acumulação de riqueza de toda sociedade".

FOOT, Francisco e LEONARDI, Victor. **História do Trabalho e da Industria no Brasil** Sp, Global ed.,1982, p. 179.

(47) NOGUEIRA, Emília Costa. "O Movimento Republicano de Itu. Os fazendeiros do Oeste Paulista e os Pródomos do Movimento Republicano", in: **Revista de História** ano V n.19, 1954, p. 379.

(48) SALLES, Iraci Galvão: **Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada**. SP, Hucitec ed., 1986, p.59.

(49) GRAHAM, Richard. "Brasil-Inglaterra" in: **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo II, vol 04, SP, Dif. Européia do Livro, 1971, p. 151.

(50) Idem, ibidem p. 151.

(51) "Noticiário", I.Y., ;16/06/1878, p. 02.

(52) "Escritura de venda e Compra de uma morada de casas entre Manoel dos Santos Faria, vendedor e Arthur D'Sterry comprador.

2o. Cartório de Notas de Itu, livro 05, fl. 193.

"Escritura de Hipoteca", op. cit. , Livro 06, fl. 42v.

(53) NARDY FILHO, Francisco. op. cit., 1949 p.55.

(54) William Wash, era mestre de teares da fábrica Galvão. Faleceu em Salto em 1889.

(55) "Procuração que fazem Arthur D'Sterry e mulher a Francisco Brenha Ribeiro para a venda de propriedades no Salto",

2o. Cartório de Notas de Itu, Livro 07, fl. 120v;

"Contratos de Compra e Venda", op. cit. Livro 07, fl. 153; op. cit., Livro 09, fl. 45v.

(56) "Escritura de Contrato de Sociedade Industrial entre Sterry e Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares"

2o. Cartório de Notas de Itu, Livro 05, 1878, fl. 189.

(57) "Escritura de distrato de contrato de sociedade industrial"

2o. cartório notas de Itu, Livro 05, 1878, fl. 191.

"Escriturade Sociedade Industrial entre Carlos Augusto Vasconcellos Tavares e Virgilio Mariano Pereira", op. cit., fl. 191.

"Machina de descascar arroz", I.Y., 30/11/1878, p. 03.

(58) Idem, ibidem, op. cit., 26/07/1879 p. 03.

(59) "Bella Aquisição", I.Y., 17/10/1880, p. 04.

(60) "Fábrica", I.Y., 24/10/1880, p. 02.

(61) SALLES, Iraci Galvão. op. cit., p.130.

(62) "Festa de Operários", I.Y., 13/05/1877, p. 03.

(63) "Petição de Arthur D'Sterry à Justiça Pública", in: Autos Cíveis de Notificação.

ACCI-MRCI, 2o. Of., Maço 03, 1879, fl. 02.

(64) Idem, ibidem fl. 02.

(65) FOOT, Francisco e LEONARDI, Victor. op. cit., p. 183.

(66) "Fábricas de Tecidos no Salto", *O Ituano*, 05/09/1875, p. 4.

(67) "A Indústria em Ytu", I.Y., 04/03/1877

Em 1872, dos 10.256 artífices tecelões, 9.514 eram mulheres.

FREITAS, Affonso A. de. "Visita às fundações da Sociedade Anonyma Industria de Seda Nacional de Campinas", in: *RIHGSP*, vol 25, p. 121.

(68) "Fábrica de Tecidos", *A cidade de Ytu*, 01/12/1895, p. 04.

A fábrica de tecidos Pereira Mendes foi inaugurada em 1887.

(69) "Petição de Arthur D'Sterry", op. cit., 1879, fl. 6v.

(70) Idem, ibidem, fl. 6v.

(71) Idem, ibidem, fl. 6.

(72) "Termo de Desistência", in: *Conciliação efetuada entre Arthur D Sterry e Antonio de Moraes Navarro*.

ACCI-MRCI, 2o. Of., maço 03, 1879, fl. 13.

(73) "Petição de Arthur D'Sterry", op. cit., 1879, fl. 06.

Navarro foi setenciado a pagar as custas do processo. (grifo meu).

(74) "Sentença Final", op. cit., 1879, fl. 13v. (grifo meu).

(75) "Chegada", I.V., 02/08/1879, p. 02.

Barros Júnior, faleceu em Salto em 1918, vítima de gripe espanhola.

CASTELLARI, Luiz. op. cit., p. 79.

Foi encontrado no ACCI-MRCI o seu "arrolamento" no qual constavam: um terreno em Salto à rua Joaquim Nabuco e dinheiro existente em Monte-Mór num total inferior a um conto de réis. Sendo o seu único herdeiro Alexandre Luiz de Almeida Barros.

ACCI-MRCI, 1o. Of., maço 193, 1919.

(76) CASTELLARI, LUIZ. op. cit., p. 75.

(77) DEAN, WARREN. op. cit., p. 52.

(78) LUNÉ, op. cit., 1873, reed. 1985, p. 470.

SILVA LEME, op. cit., 1984, vol. 03, p. 379.

(79) CASTELLARI, Luiz op. cit., pp. 110 e 76.

"O Dr. Barros Júnior, particularmente facilitava os escravos do município em suas fugas"

Idem, ibidem, p. 110.

(80) Idem, ibidem, p. 75.

(81) Idem, ibidem, pp. 76, 81 e 111.

Foi encontrado apenas um exemplar deste jornal datado de 1888 na Coleção Prudente de Moraes, pertencente ao Museu Republicano "Convenção de Itu" (Itu- SP).

(82) CASTELLARI, Luiz. op. cit., pp. 75-93.

(83) Escritura de compra e venda que entre si fazem Domingos Vieira Paraizo e Francisco Fernando de Barros Jr., in: **Manutenção de Posse,**

ACCI-MRCI, 1o. Of., Maço 125, 1883, fls. 15-18.

(84) "São Paulo de 1870 e o início da indústria de tecidos de algodão" in **Revista Digesto Econômico**, no. 04, 1945, fl. 24.

"Fábrica de Tecidos", I.Y., 08/04/1883, p. 02.

(85) Este documento foi publicado no artigo de MASCARENHAS VAZ, Alisson. "A Indústria Têxtil em Minas Gerais" in: **Revista de História** vol. LVI, no. 111, 1977, p. 114.

(86) "Fábrica de Tecidos", I.Y., 08/04/1883, p. 02.

(87) DEAN, Warren. op. cit., 1976, p. 12.

Para Helena Saia, na impossibilidade de comparar "parâmetros tão díspares propõe-se a análise dos aspectos arquitetônicos específicos das fábricas inglesas e norte-americanas, pois os mesmos permitem outros níveis de comparação".

SAIA, Helena. op. cit., p. 76.

(88) DEAN, Warren. op. cit., 1976, p. 12.

"Fábrica de Tecidos", I.Y., 08/04/1883, p. 02.

"A Fábrica de Tecidos no Salto, O Ituano 24/01/1875,
apud: CASTELLARI, Luiz. op. cit., p. 136.

(89) Os tecidos produzidos pelas primeiras fábricas eram destinados à produção de roupas para trabalhadores escravos e livres, para ensacar açúcar e café.

STEIN, Stanley, op. cit., 1979, p. 82.

(90) No 2o. Cartório de Notas de Itu, foi registrado um grande número destas procurações tanto por José Galvão como por Barros Júnior.

(91) As "empresas de propriedade individual e as de sociedade desenvolveram-se concomitantemente".

STEIN, Stanley. op. cit., 1979, p. 41.

(92) CANABRAVA, Alice. op.cit., 1984, p. 286.

(93) Protesto Judicial entre Francisco Fernando de Barros Júnior e Melchert & Cia.

ACCCI-MRCI, 1o. Of., Maço 133, fl. 09.

(94) CAMARA, J. Ewbank da. Caminhos de Ferro, RJ, Typ. G.L. & Filhos, 1875, p. 85.

(95) "Compra Importante" O Constitucional, 04/02/1875, p.2.

(96) CAND, Wilson e Luiz Carlos Cintra. Algumas medidas de política econômica relacionada à industrialização Brasileira (1874-1970), Unicamp, 1975, mimeo p.

(97) "Companhia Industrial", I.Y., 01/03/1883, p. 02.

(98) Esta fábrica estava projetada com um capital de 100:000\$000 réis, sendo 87:500\$000 dos comandatários sob a firma Pereira Mendes & Cia.

"Chegada", I.Y., 31/09/1879, p. 02.

"Fábrica de Papel" I.Y., 20/05/1883, p. 02.

(99) "Fábrica de Papel", I.Y., 18/06/1882, p. 02.

(100) "Fábrica de Papel", I.Y., 21/01/1883, p. 04.

(101) CASTELLARI, Luiz. op. cit., p. 128.

(102) Em 1883, Octaviano Pereira Mendes tornava-se o único proprietário desta fábrica, destruída por um incêndio em 1925.

"Ao Salto", A Cidade de Itu, 17/02/1902

(103) Idem, ibidem.

A maquinaria da fábrica Pereira Mendes chegou ao Porto de Santos em 1888, constava de 86 teares.

"Salto de Ytu", I.Y., 19/09/1888, p. 2.

(104) "Hospede", I.Y., 10/02/1889, p. 2.

(105) BRESCIANI, Stella. "Metrópolis: as faces do monstro

urbano" (as cidades no século XIX) in Revista Brasileira de História SP, vol. 05, no. 8/9, p. 37.

(106) Idem, ibidem p.

(107) Idem, ibidem p.

(108) "Salto de Itu", A Cidade de Itu, 18/06/1896, p. 02 .(grifo meu).

(109) Dados da Secretaria da Saude

(110) "Accidente", I.Y., 21/11/1888, p. 02, (grifo meu).

(111) "Desastres", A cidade de Itu, 28/07/1895, p. 02. (grifo meu).

(112) "Greve", I.Y., 09/12/1888, p. 02.

(113) Posteriormente foram construídas outras fábricas de papel em São Paulo, como a Companhia Melhoramentos, fundada em 1890.

(114) Os proprietários eram Antonio Melchert, Carlos Melchert e Adolfo Melchert. O Capital empregado foi de 250.000\$000 réis.

Em 1898, foi adquirida por Leopoldo Couto de Magalhães. Em 1908, pela Società per l'Exportazione per l'Industria Italo-Americana, pela importância de 415 contos, época em que estava arrendada aos Srs. Stemberg & Klabin,

de São Paulo, e em 1912 já como Brasital S/A, arrendada para a Cia Industrial de Papeis e Cartonagens.

Em 1976 foi adquirida pelo Grupo Simão, passando a denominar-se Indústria de Papel e Celulose de Salto S.A.

(115) Este aspecto será mais discutido no terceiro capítulo: no item: "O Tietê: o rio das fábricas"

(116) "Fábrica". I.Y., 19/09/1889, p. 01.

(117) Idem, ibidem.

(118) As madeiras brancas são próprias para a fabricação de papéis para impressão, op. cit., 19/09/1889, p. 01.

(119) Esta fábrica foi, em 1898, adquirida por Leopoldo Couto de Magalhães e José Couto de Magalhães, que diversificaram a produção com a aquisição de uma máquina de confete.

"Fábrica de Papel", A Cidade de Ytu, 17/04/1898, p. 01.

(120) "Fábrica de Papel "Salto", A Cidade de Ytu, 27/04/1899 ,

(121) Anais da Câmara dos Deputados de São Paulo

Sessão do Congresso 01/05/1893 pp. 116-121

Idem, ibidem, 15o. Sessão Ordinária, 27/04/1893, p. 102

Anais do Senado de São Paulo, Sessão 01/05/1893, pp. 61-67.

CAP. III

O QUINTAL DA FÁBRICA

7

CAP. III - O QUINTAL DA FÁBRICA

3.1 OS PERSONAGENS DO TRABALHO FABRIL

Desde a instalação da primeira fábrica de tecidos em Salto, tanto os jornais ituanos como os de São Paulo previam sua transformação numa pequena "Manchester Paulista", embora as reclamações quanto às condições precárias de suas estradas, pontes e ruas, fossem frequentes. Apesar dos sinais de progresso, o Bairro de Salto, como passou a ser denominado a partir de 1882, apresentava problemas devido ao descaso dos poderes públicos estruturados dentro do regime monárquico. Um desses problemas dizia respeito à propriedade dos terrenos que formavam aquele bairro.

Originários de uma sesmaria, tais terrenos pertenceram ao patrimônio da Capela de Nossa Senhora do Monte Serrat, recebidos como doação dos fundadores daquele local (1). Coube à Irmandade Restauradora ao Culto de Nossa Senhora do Monte Serrate administrar aqueles bens e, posteriormente, dividi-los em terrenos e distribuí-los a foreiros (2). Formada por moradores de Salto e de Itu, a irmandade respondia não apenas pelas edificações e terrenos, como também pela gestão do local e das demandas da comunidade. Um exemplo disto foi o primeiro projeto indicado à Câmara de Itu, em 1861, pelo vereador e também membro

daquela irmandade Joaquim Leme de Oliveira, propondo a instalação de uma escola masculina naquele local (3).

No entanto, se esta irmandade representava uma primeira tentativa de gerência e organização de Salto, existia ainda uma total dependência das resoluções da Câmara de Itu para dar continuidade aos projetos a ela encaminhados. Então, não bastava a irmandade distribuir seus terrenos, eles deveriam ser também divididos em quarteirões e arruados, atividade promovida por aquela Câmara (4).

Os primeiros arruamentos realizados por ela em 1856, foram revisados em 1867 e considerados defeituosos por não terem demarcado o largo da Capela (5). As responsabilidades ora recaíam sobre os foreiros, ora sobre a Câmara. J.B.S., em matéria publicada em 1878, advertia ao Juiz de Capelas sobre uma das possíveis razões dos problemas daquele projeto, acusando alguns foreiros da quebra de contrato de aforamento. Sugeriu que

"deveriam dar as datas de terrenos às pessoas que desejão edificar e não aquelas que querem especular, só assim se acabará o abuso de quererem abraçar o mundo com as pernas, sem ter para isso meios" (6).

Apontar quem eram estes especuladores que a advertência pretendia atingir parece uma tarefa bastante difícil. No entanto, escrevendo para o jornal republicano *Imprensa Ytuana*, J.B.S. não estava interessado apenas em chamar a atenção do Juiz de Capelas, mas em atingir alguém em especial: José Galvão. Ele tinha tudo para ser o alvo desta crítica. Era monarquista e foreiro, tendo construído sua fábrica de tecidos em terrenos da Capela, abarcando também muitos outros terrenos nessas mesmas condições (7). A condição de foreiro levou-o a situações complicadas. Em 1882 Barros Júnior, como vereador pelo Partido Republicano Paulista, propôs e executou, por intermédio da Câmara de Itu, o arruamento e alinhamento definitivo das ruas de Salto desapropriando parte dos terrenos de Galvão para a abertura da "Rua do Porto", que foi objeto de controvérsias entre ambos.

Antes mesmo da concretização deste projeto, a fábrica Galvão, localizada em frente ao pátio da Capela, era um prédio de grandes proporções, em meio a outras edificações. O dia a dia de seus moradores, o trabalho, a religião e algumas manifestações populares giravam em torno deste espaço.

A fábrica de José Galvão, que até pelo menos 1902 "era em aberto, não tendo muros à roda" (8), era praticamente uma extensão do largo da Capela. Com a construção, em 1875, de um salão anexo àquela Capela, o Bairro de Salto passou a

ter um local para a realização de reuniões, como também para uso dos visitantes quando

" exaustos e impossibilitados de prosseguirem no acompanhamento de enterros, que nessa época eram feitos no Cemitério Municipal de Itu, depositavam o caixão funerário no salão e, depois de breve repouso prosseguia no transporte do féretro até aquela localidade" (9).

O Bairro de Salto possuía, em 1876, "70 casas, a grande fábrica de fiame e tecidos de algodão do Sr. Galvão, e duas escolas públicas para o sexo feminino e masculino" (10). Já em 1878 foi inaugurado, por Antonio da Silva Teixeira, um Hotel onde "os visitantes d'aquelle bello lugar encontrarão boa comida com promptidão e aceio, assim como excellentes comodos para familias" (11).

Os arruadores nomeados pela Câmara Ituana eram constantemente criticados pela imprensa, muitas destas vezes pelo anônimo "Saltense". O não conhecimento da localidade e suas necessidades imediatas eram os principais argumentos apresentados pela crítica contra esses arruadores, razão pela qual eram alcunhados de "Cabra Cega" (12).

Uma outra situação vivida pelos moradores do Salto também havia sido comentada num artigo na Imprensa Ytuana, assinado pelas "Vítimas da Formiga no Salto", em que a presença de um fiscal era reclamada "como uma verdadeira

necessidade para que destruído o mal que nos molesta nos sejam garantidas as condições do bem estar, a que todos temos incontestável direito. E a expulsão de um inimigo tão maléfico, quanto desprezível o que urge renovar" (13).

As hortas ficaram totalmente comprometidas pela ação das formigas. Foram destruídas muitas fontes de alimentação, sobretudo as hortaliças e as árvores frutíferas. As "vítimas" reclamavam, por nada poder desfrutar "do que a nossa terra, oferece-nos como recompensa ao trabalho" (14). A perda maior recaía na cultura da couve, "que figura como um dos pratos indispensáveis da nossa mesa, a couve que tantos regalos nos dava desapareceu já entre nós" (15). O limão, "que segundo, é desejado e apreciado por muitas pessoas de alta aristocracia, o limãozinho, esse morreu, de exausto de seivas pelos ataques incessantes da barbara formiga" (16).

Em 1881, esta situação não havia se modificado. Itu "tornou-se para a povoação do Salto uma madrasta má, tratando-a como engeitada e infeliz" (17) "temendo a prosperidade d'esta povoação que promete um futuro risonho, trata-a com indiferentismo, como é público e notório" (18).

Outros artigos procuravam demonstrar e cobrar uma posição de Itu, no sentido de fazer estender àquele local as leis e postura municipais que regiam a cidade (19). Por exemplo, não havia leis que proibissem animais soltos nas ruas de Salto. Cabras, porcos, bois e outros animais

trafegavam sem problemas pelo local. Somente depois de 1883, apenas as vacas de leite poderiam ser mantidas nas ruas como previa a indicação do vereador Barros Júnior à câmara de Itu (20).

O trágico quadro anunciado pelas vítimas das formigas repetia-se diante da imensa quantidade de cabras existentes no local, causadoras de uma devastação nas plantações e personagens de um fato pitoresco que veio agravar aquela situação:

"um amigo, residente aqui, mandou buscar e soltar nas ruas um lindo Bóde de raça, o que tem dado lugar a que muitas pessoas, tanto de Ytú como das circunvizinhanças, mandarem soltar mais uma boas duzias de cabras" (21).

A reclamação quanto à destruição das plantações feitas por estes animais parecia pouco significativa diante do que lhes parecia a "imoralidade". "As casas de família quasi todas estão fechadas, cujos proprietários não querem que seus angelicos filhinhos presenciarem factos ou scenas de imoralidade, que se repetem todo o dia, toda a hora" (22).

Com o olhar da moralidade, o articulista da *Imprensa Ytuana* dizia-se envergonhado pois, "quando as moças, vão e voltam da fábrica, assistem actos que a dignidade e o pudor repelem" (23).

A "imoralidade" ocasionada pelos bodes e cabras, nos espaços públicos daquele local, atentavam contra o pudor das moças no seu caminho diário para a fábrica. E nada poderia atrapalhar o ritmo da produção numa localidade em que a própria razão de existir estava no trabalho fabril.

A construção da fábrica de tecidos de José Galvão foi determinante para que se iniciasse, ao longo do século XIX, a tradição de fiar e tecer algodão, viabilizada pelo treinamento de famílias inteiras - mas principalmente das mulheres - para aquele trabalho. A existência de um bom contingente de trabalhadoras treinadas e acostumadas aos fios e teares pode ser também considerada como determinante para que outras fábricas de tecidos viessem instalar-se ali.

O Dr. José Tibiriça, ao transferir sua fábrica de meias para Salto em 1885 depois de uma fracassada tentativa na Capital, dava-se por feliz por montá-la em Salto pois ali tinha "encontrado trabalhadeiras inteligentes e de sobra, e por menos preço" (24), um dos motivos do acelerado desenvolvimento local.

A inauguração da Estrada de Ferro Ituana, em 1873, proporcionou a vinda de novos moradores. Passaram a residir ali as turmas de conservação das linhas da estrada de ferro e outros empregados responsáveis pelas construções de moradias para a população (25).

Todas as fábricas em Salto adotaram o sistema que empregava o trabalho livre nacional, o que lhes

conferia uma especificidade numa região cercada de propriedades escravistas. A primeira estatística feita exclusivamente para Salto constitui uma evidência significativa desta afirmação. De um total de 791 habitantes morando em 173 casas em 1884, 747 eram livres e 34 escravos (26). Esta situação não deve ter sido a única, constituindo uma indicação relevante como tão bem coloca Peter Eisenberg ao criticar a idéia "implícita no chavão de que a escravidão e o trabalho livre eram sistemas historicamente incompatíveis" (27), sugerindo uma pesquisa que focalizasse especialmente o trabalhador livre nacional. Peter Eisenberg estava muito mais interessado em localizá-lo nas áreas das fazendas de café, mas a presença expressiva deste tipo de trabalhador em Salto, num outro contexto, representa um pequeno exemplo desta possibilidade.

Embora apresentando um reduzido número de escravos, Salto não era um local à parte. Constantemente passavam pelas suas ruas e estradas, indo em direção a Itu, escravos fugidos das fazendas próximas, movimento que foi acelerado durante o ano de 1887 (28). Numa destas vezes, vindos da estrada de Salto "passarão rapidamente, pela rua das Flores, em direção a São Paulo, sendo alguns à cavalo, mulheres, crianças com carqueiros, etc., em marcha apressada" (29).

Também a pequena porcentagem dos escravos urbanos de Salto aumentava consideravelmente à noite, quando "um respeitável batalhão de escravos das fazendas próximas",

vinham "ao povoado fazer seus negócios e algumas vezes ilícitos" (30). Este caso, colocando-se de lado o juízo de valor claramente apresentado pelo articulista, vem demonstrar que a concentração majoritária de trabalhadores livres não constituía um obstáculo para que os escravos participassem de seu cotidiano. Este fato parece também importante para a questão colocada por Eisenberg ao indicar que trabalhadores livres e escravos parecem ter convivido de forma bastante próximas.

3.1.1 - CENA DE UMA VISITA DO IMPERADOR

Em 1875, como em 1886, Salto recebeu a visita de D. Pedro II. O objetivo era o de conhecer as duas fábricas de tecidos ali existentes. Entre os anos de 1867 e 1889, este "espetáculo repetiu-se com frequência em quase todas as cidades paulistas que atravessaram esplendor econômico" (31).

Nos inúmeros locais que visitou para inaugurar as estradas de ferro repetia-se um espetáculo visível para toda a população, que, segundo Ana Luiza Martins, mais que "festejar a Monarquia, preparava-se para recepcionar o progresso" (32). Monarquistas ou Republicanos uniam-se nestas ocasiões para recepcionar a modernidade e a técnica que desembarcavam na estação local.

Em Salto não foi diferente. Após descer de um dos vagões da Companhia Ituana, o casal Imperial percorreu as ruas da localidade, todas "enfeitadas com arcos simbólicos envoltos de flores de verdíssima ramagem salpicada de flores de Ypê, bandeirinhas e flamulas auri-verdes" (33).

O historiador local Luiz Castellari, através do depoimento de uma testemunha contemporânea (seu avô), reconstrói com detalhes aquele acontecimento que, a julgar pelo tom da narrativa, constituiu um momento de honra para o local. No entanto, a *Imprensa Ytuana* limitou-se apenas a anunciá-la em pequenas notas. Assim, decrevia Castellari:

"terminadas as cerimônias protocolares, suas magestades Imperiais embarcaram na carruagem que os aguardava, sendo ela desatrelada e puxada braçalmente pelos pacatos monarquistas e republicanos saltenses que a conduziram as fábricas locais, ponto final do trajeto" (34).

Nosso republicano Barros Júnior participou efetivamente deste acontecimento, oferecendo a carruagem que era a única existente na localidade. Com esta atitude provavelmente procurou não apenas ser um bom anfitrião, mas sobretudo construir uma imagem de homem sensato e político num momento em que a Monarquia ainda constituía o poder do país e os republicanos, como oposição, deveriam demonstrar tolerância

política. Era também, certamente, uma atitude indispensável para garantir sua projeção pessoal no local: estar de fora em uma ocasião como esta - em que toda a cidade festejava a técnica, a modernidade e o Imperador - significaria aceitar e permanecer à sombra, deixando ao adversário todo o "lucro".

No entanto, a hospedagem ficou a cargo de José Galvão. Depois da visita às dependências de sua fábrica, "dirigiam-se à 'Pedra Alta', de cuja admiraram o maravilhoso e poético "Salto de Itu", de onde suas Magestades retiraram-se maravilhados por essa encantadora obra que a natureza proporcionara. Depois de breve repouso no suntuoso solar do Sr. Tenente José Galvão, suas Magestades regressaram a Itu" (35).

3.2 O TIETÊ

" ...Sempre contido pelas montanhas, que limitão-lhe o leito, nessas paragens o Tietê alarga-se bastante desenhando-se sobre sua superfície algumas ilhas; porém logo o canal estreita-se suas águas reúnem-se, a velocidade aumenta e ellas debatendo-se entre immensas rochas graníticas, com sucessivos e repetidos estampidos, correm alguns metros até que vertiginosamente desempenhão de enorme altura obedecendo a brusca queda de nível de leito, ahí o fragor é contínuo, espumas formão grandes acixões, as águas raivosas vão de encontro a novas rochas que inimóveis resistem aos choques, a atmosphera é saturada de grandes massas de vapor aquoso que se desprende, as margens são cobertas de enormissimo granitos trabalhados a pique É a queda do Salto..."

O Ituano 24-01-1875

3.2.1 O RIO DOS MORADORES

As fábricas de tecidos que se instalaram em Salto, durante a segunda metade do século XIX, não foram as únicas a se beneficiar com as águas do rio Tietê. Atividades como a de pescador, hoje impossível pela poluição daquelas águas, constituíram um dos meios de sobrevivência de seus moradores, como no caso de Manoel Roiz da Silva que, em 1844, enviou um requerimento à Câmara de Itu pedindo permissão para "fazer um girão de pesqueiro no Salto" (36).

O pescador não era o único personagem interessado no rio, que ainda facilitava a execução de algumas tarefas domésticas. Ali também eram delimitados os espaços femininos, frequentado por mulheres para a lavagem das roupas.

O rio, principalmente nas épocas de cheia, transformava-se por alguns momentos em cenário trágico. Numa destas vezes,

"estando uma menina de 8 para 9 anos em companhia de sua mãe, que lavava roupa na margem do rio, perto da ponte, e ausentando esta por alguns momentos deixando a filha, quando voltou não achou-a mais, procurando-a por toda a parte não foi encontrada. Supõem-se que a pobre criança brincando nas pedras da margem do rio escorregou e

cahio na correntesa do rio " (37).

Ou então o caso do italiano "Antonio Pagani, negociante estabelecido ha poucos mezes na povoação do Salto, de sociedade com Antonio Angelo, na tarde de sexta-feira, indo pescar no Tietê, junto à fábricas de Tecidos cahio tão desastrosamente no rio que ahi ficou submergido...Conjectura-se que fôra arrastado pela correnteza na ocasião em que se exforcava para tirar um peixe d'água" (38).

A ferrovia contribuiu para que, aos domingos, muitos ituanos pudessem ir até Salto. Aham-se referências às "quase 200 pessoas que forão passear no Salto" num domingo de fevereiro de 1878, sobretudo ituanos (39). Neste mesmo ano, um certo Dr. Moura inaugurava um Barco Turístico que faria uma viagem partindo de Salto, passando por Porto Feliz e indo até a cidade de Tietê. A *Imprensa Ytuana*, ao referir-se a este empreendimento, "saudava ao Dr. Moura como um grande emprehendedor que sem pedir auxilio ao governo, por si só, leva a effeito uma grande idéia que trará para esta cidade (Itu), para a Província de São Paulo um grande melhoramento" (40).

Entretanto, a Barca "Henriquetta" era para poucos. Alguns tripulantes e ituanos amigos do Dr. Moura "descerão o rio debaixo da mais viva aclamação dos habitantes do Salto e muitas pessoas desta cidade, que nesse dia foram ali, afim

de presenciarem a saída daquela barca que ia fazer a sua primeira excursão pelo rio Tietê he a florescente cidade do mesmo nome, passando por Porto Feliz" (41).

Os piqueniques às margens do Tietê ofereciam aos seus integrantes dois atrativos: a cachoeira e as fábricas de tecidos que lhes proporcionavam momentos de lazer. No quadro pintado pelo ituano Almeida Júnior, em 1886, observa-se que o local perfeito para este divertimento ficava sobre uma faixa de rocha existente entre as fábricas Galvão e Barros Júnior e o rio. Esta pintura reflete o significado daquele local (42), para o qual deslocava-se gente de toda a redondeza, como "a alegre rapaziada de Jundiahy, acompanhada da banda musical daquela localidade, proficientemente dirigida pelo maestro João Mendes da Silva" (43).

No entanto, depois que as fábricas foram sendo construídas às suas margens, beneficiando-se diretamente das águas do Tietê, os visitantes e, principalmente, os moradores de Salto foram sendo sucessivamente deslocados para outros lugares. O rio, que era dos moradores, passou a ser disputado pelas fábricas, transformando-se aos poucos em rio privativo das fábricas.

3.2.2 A INFORMAÇÃO OCULTA

Desde que a cachoeira do "Salto" despertou o interesse de alguns empreendedores em utilizá-la como o "motor natural" para suas fábricas, o rio Tietê naquele local sofreu, principalmente durante toda a segunda metade do século XIX, constantes intervenções na sua forma original.

Melchert, Galvão e Barros Jr., proprietários das primeiras fábricas, dependiam exclusivamente das águas do rio como fonte de energia para o funcionamento das maquinarias e como elemento necessário à produção de panos e papel. Assim, construíram inúmeras obras como canais, tapagens e açudes, recursos artificiais para captar e obter um maior aproveitamento daquelas águas. Num pequeno trecho, o rio sofreu inúmeras transformações orientadas exclusivamente pelos interesses das fábricas, acorrentando as águas diante e em direção a cada uma daquelas fábricas.

O Jornal *Imprensa Ytuana* silenciava sobre este fato. Suas notícias eram mais direcionadas a criticar a prática administrativa da Câmara de Itu em atender aos problemas referentes às vias públicas de Salto.

No entanto, estas resoluções não dependiam somente das indicações daquela Câmara. Itu, como outras cidades naquele período, não tinha autonomia em suas decisões, pois elas

ficavam "dependentes da aprovação da Assembléia Provincial para fazer vigorar qualquer lei que votassem" (44)

Na verdade, "a dependência era mutua, na medida em que a Assembléia também não podia legislar sobre assuntos municipais sem que a iniciativa local a precedesse" (45). Daí a crítica dos republicanos à "Assembléia e principalmente ao governo centralizador, que ao invés de imprimir impulso ao progresso da Província tornava-se um lugar onde "a mediocridade pleiteava a causa de ambições pessoais dos políticos" (46).

Maria Stella Bresciani, ao analisar a dimensão política da crítica republicana veiculada através dos jornais, discute a construção da legitimidade daquele discurso:

"Partindo de uma posição que nega validade ao poder absoluto e ao privilégio, seu esforço se dirige no sentido de avançar cada vez mais no espaço da política alargando as possibilidades de participação. Já que se trata também de modificar o país através da política, apoiados na constituição em vigor, é preciso divulgar a verdade de seus princípios para ganhar adeptos entre os que praticam a política" (47).

"Neste sentido, a apreciação das condições de vida existentes na província e no Brasil constitui um passo importante da prática política republicana

em São Paulo, pois permite, através da crítica de vários aspectos da realidade, a emergência da fundamentação dos princípios pelos quais combate" (48).

No entanto, dado o objetivo de atingir a opinião pública, o jornal republicano *Imprensa Ytuana* selecionava algumas informações e, desta forma, deixava de divulgar as inúmeras disputas que estavam ocorrendo entre aqueles industriais, entre as quais a que se dava em torno da posse e uso das águas. É na documentação cartorial que encontramos o registro daquilo que deixou de ser divulgado, em nome dos objetivos políticos da imprensa republicana. A procura da resolução de todas as questões de difícil acordo através do recurso jurídico, já era uma prática frequente entre senhores proprietários de escravos na Colônia, como demonstrou Silvia H. Lara, e a ela recorriam também os industriais do Império.

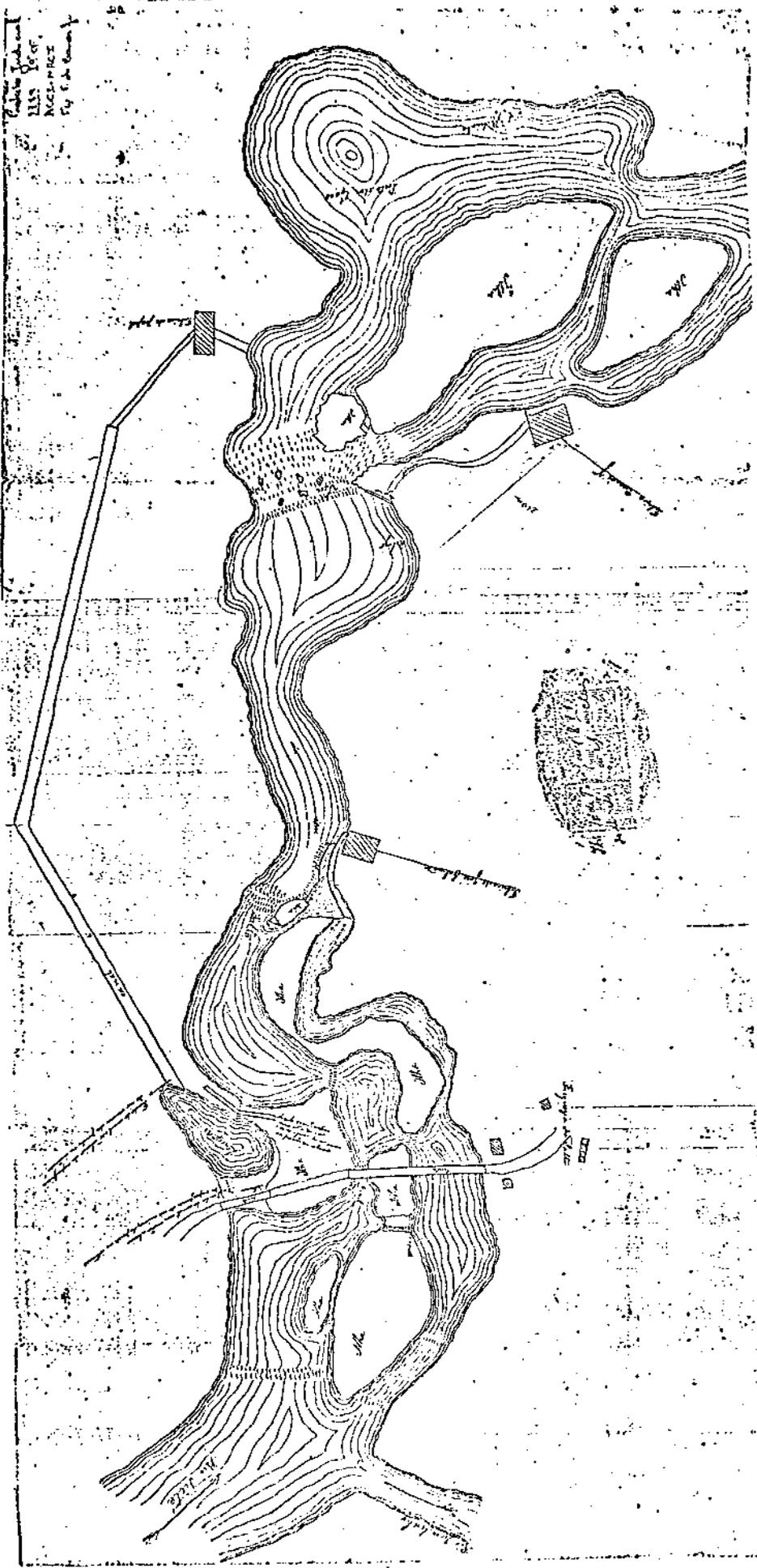
No entanto, a garantia de uma solução pela via judicial transformava o particular em algo público, "seja no sentido de torna-lo submisso a certas regras, procedimentos e hierarquias específicas, seja no de possibilitar sua associação com outros interesses e conflitos ou permitir intervenções por parte de outras instâncias sociais" (49). Ao tramitar pela justiça, uma determinada questão torna-se passível das leis que a regem, da influência das pessoas

envolvidas na causa como as testemunhas, os advogados, os procuradores, os juizes, etc. e também, frequentemente, da opinião pública que pode tomar conhecimento da questão através dos editais publicados em jornais locais.

3.2.3 AS ÁGUAS DAS FÁBRICAS

Ações cíveis envolvendo Melchert, Barros Jr. e José Galvão, em diferentes situações, são parte integrante da série de processos do acervo do Arquivo Central da Comarca de Itu, que possibilitam outros caminhos de investigação, principalmente no que diz respeito à participação e à presença de Barros Júnior e José Galvão no momento inicial da implantação das primeiras fábricas em Salto. Desta forma, foi possível identificar outras situações de conflitos vivenciadas por eles, e ocultadas pelo Jornal *Imprensa Ytuana*.

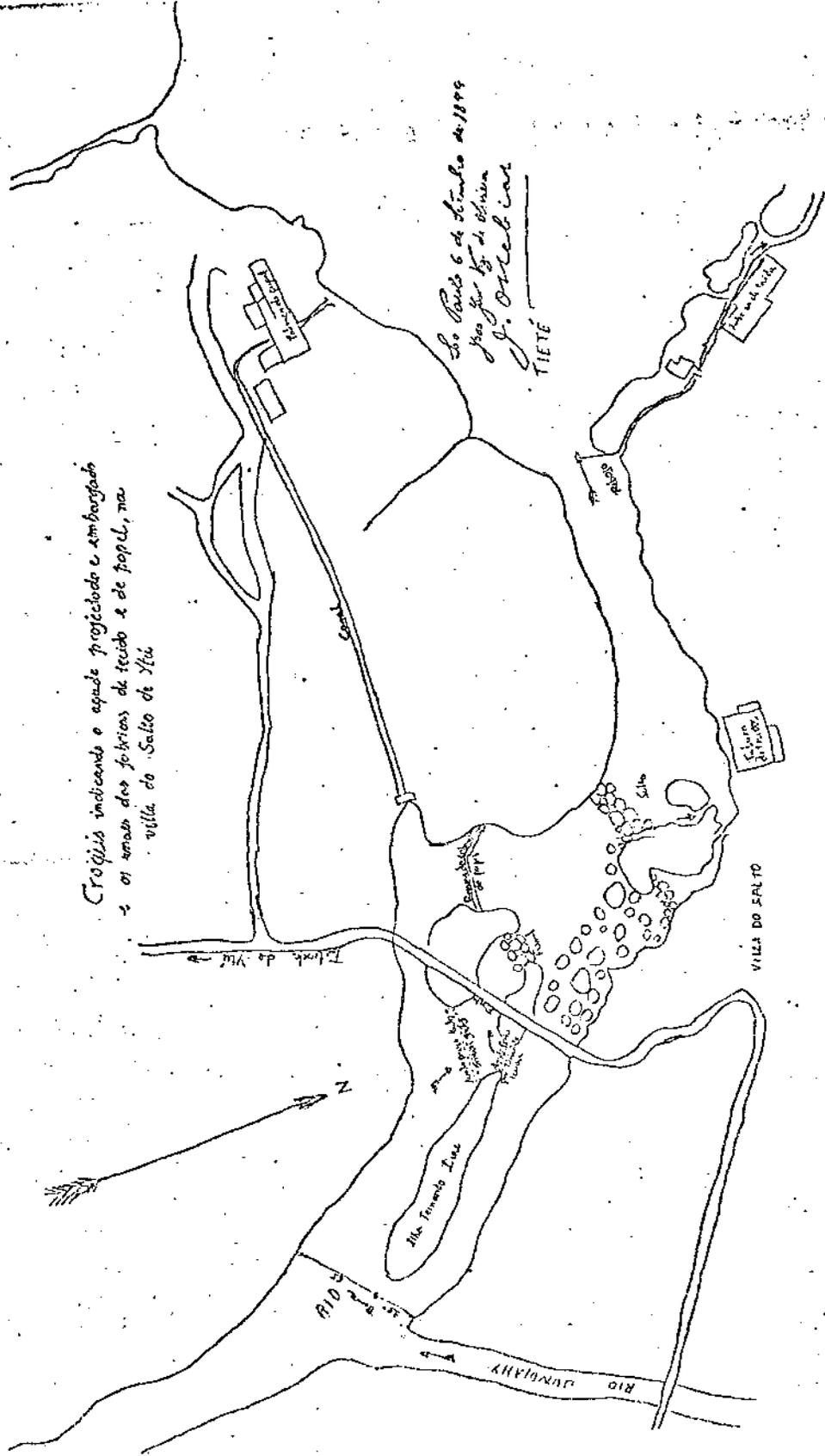
Das várias situações em que Barros Jr. e José Galvão se enfrentaram, a disputa pelas águas do rio Tietê aparece como um momento importante para se avaliar a dimensão de sua oposição política. O primeiro documento encontrado em 1884, diz respeito a um **Protesto** apresentado por José Galvão contra Barros Júnior. Nesta mesma época, já estavam em andamento, desde o ano anterior, dois outros processos: um de **Manutenção de Posse**, envolvendo estes dois industriais e



MAPA I (1889)

ACCI/MIRCI

Protesto Judicial/ 10. Of.



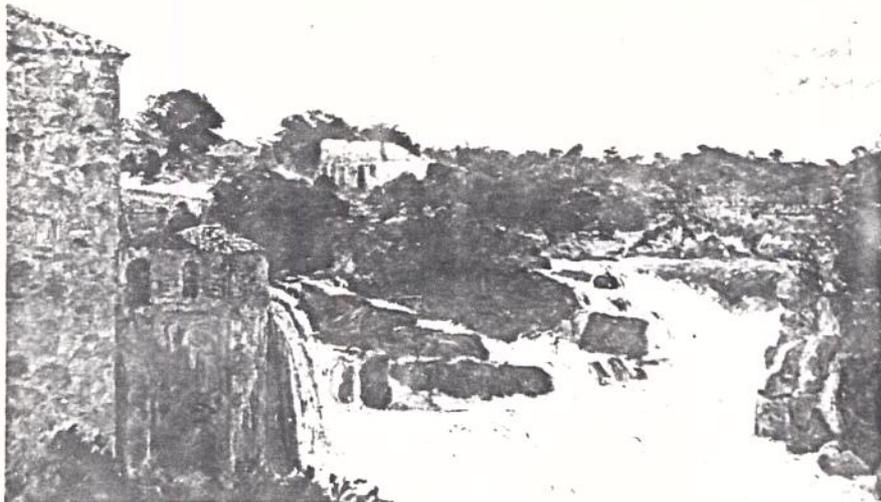
MAPA II (1899)
 ACCI/MRCI
 Agravo Civel/10. Of.

outro para Avaliação de Terrenos no Salto, este último envolvendo a Câmara de Itu - onde Barros Júnior era vereador - e José Galvão. Em ambos os processos, a discussão ficava circunscrita em apontar aquele que teria o direito de posse sobre as águas ou terrenos. Neste caso, o "registro de posse" era dado para aquele que pudesse provar a maior antiguidade de seu assentamento no local.

O que motivou José Galvão a protestar contra Barros Júnior (1884) foi o fato deste estar construindo um açude que, segundo o requerimento de Galvão, poderia "com a enchente das águas e pela proximidade que se acha da fábrica do suplicante impedir o movimento de sua turbina e por conseguinte, impossibilitar a fábrica de funcionar" (50).

Baseado em questões de ordem técnica, Galvão reclamava na Justiça por perdas e danos que poderiam resultar daquela obra. Pretendia "tomar por termo o seu Protesto, como ressalva de seus direitos, a fim de que em todo e qualquer tempo possa o suplicante allegar e faser valer o direito que lhe assiste de reclamar por perdas e danos que lhe venha a causar dito açude, feito sem o seu consentimento" (51).

No entanto, "fazer valer os seus direitos" representava não apenas reclamar contra a execução desta obra, mas também determinar quem era o proprietário daquelas águas. Galvão, por ter sido o primeiro a instalar uma fábrica de tecidos naquele local e o primeiro a fazer obras de

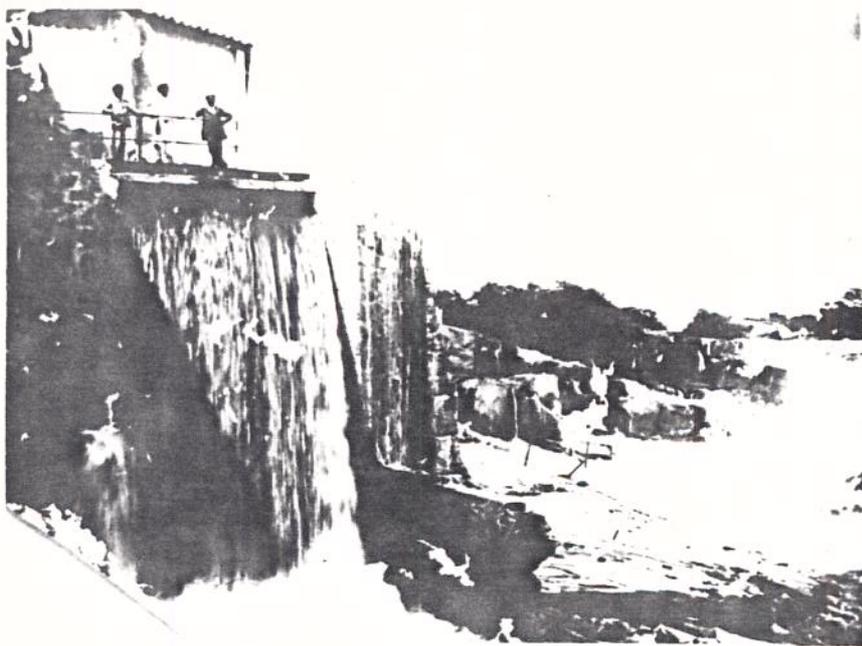


Salto de Itu

Salto de Itu. Vista da Cachoeira e da
Fábrica de Tecidos.

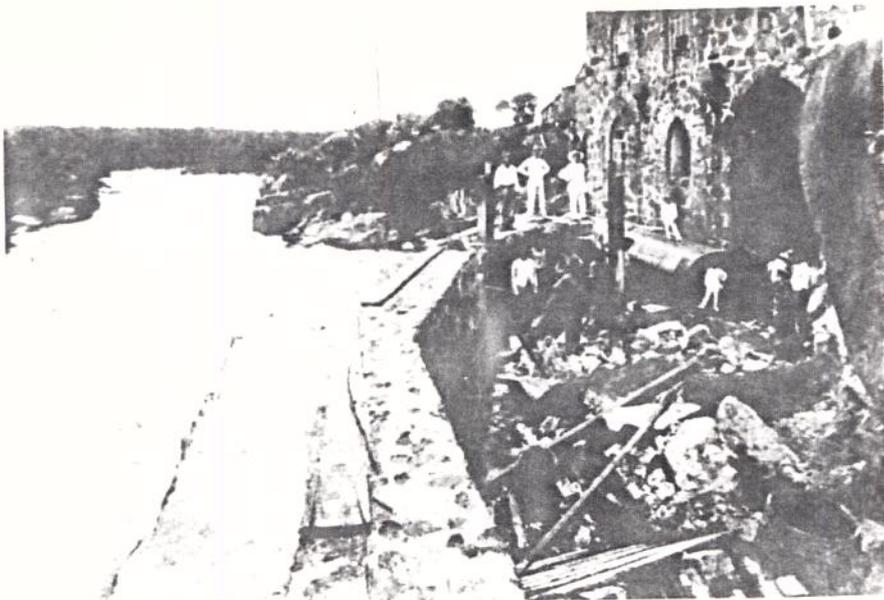
o/s/tela. 1894

Almeida Júnior



Canal de derivação construído junto a cachoeira
do Salto pela fábrica de tecidos.

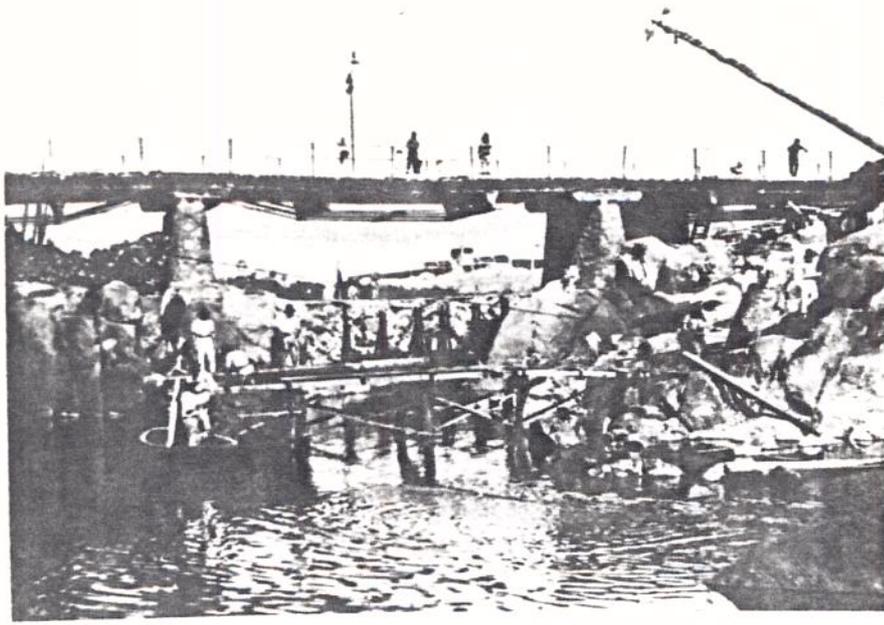
s.d.



Construção de tubulações e barragens
junto a cachoeira do Salto pela fábrica
de tecidos Italo-Americana.

s.d

Fonte: Ettore Liberalesso



Construção da hidrelétrica no rio Tietê pela
fábrica de tecidos Brasital S/A

s.d

Fonte- Ettore Liberalesso

represamento naquele rio, considerava-se seu legítimo proprietário. Isto torna-se evidente naquela mesma petição, quando ele, ao argumentar sobre as perdas e danos que poderia sofrer, declarava que o "dito açude" fora feito "sem o seu consentimento".

Desta forma, Galvão não esperava simplesmente fazer um acordo com Barros Júnior (o que efetivamente não aconteceu), mas que este viesse até ele pedir licença para que aquela obra fosse executada. No entanto, o argumento apresentado por Barros Jr. dava uma outra interpretação para este fato: empenhado em demonstrar a animosidade existente entre ambos, Barros Júnior procurou esclarecer que tudo aquilo não passava de uma situação criada por Galvão para prejudicá-lo. Primeiramente, argumentou que o que eles estavam construindo "não é mais do que um pequeno entulho de pedras soltas para quebrar apenas a força da caxoeira e encanar uma pequena parte da água para o lado da fábrica de tecidos"(52). Além disso, segundo ele, "já foi feito o ano passado, e durante a última enchente por ocasião das grandes chuvas em nada prejudicou a Galvão" (53).

Deixando de lado esta questão técnica, Barros Júnior passa então a demonstrar a divergência pessoal existente entre eles, sem entrar diretamente nas questões partidárias. Assim, no quarto e quinto item de seu Contraprotesto declarava que, pelas razões que ele havia citado, "só por cúmulo de ignorância, má-fé ou quem viva em completo estado

de embriaguez poderá afirmar que semelhante entulho possa em qualquer tempo ser prejudicial a quem quer que seja" (54). Argumentava ainda que aquele Protesto devia-se "ao odio invulnerável que Galvão tinha contra elles", a verdadeira razão daquele processo (55). Quatro anos após este fato, é Barros Jr. quem protesta contra Melchert & Cia. proprietários da fábrica de Papel. Neste caso, houve uma tentativa de acordo entre as partes no qual Barros Júnior dizia ser "parente e amigo" (56) de seu adversário.

Antes mesmo da inauguração da fábrica de papel seus proprietários procuraram executar também algumas obras no rio com o objetivo de captar suas águas. Assim, após terem aberto um canal em "rochas vivas" romperam "um isthmo existente pouco abaixo da confluência do Jundiahy, de um lado da ponte da estrada de rodagem, com capacidade tal e em tal situação, que, no tempo das sêccas, deverá desviar totalmente, pelo respectivo canal, todo o curso das águas do rio" (57) - Mapa I e II.

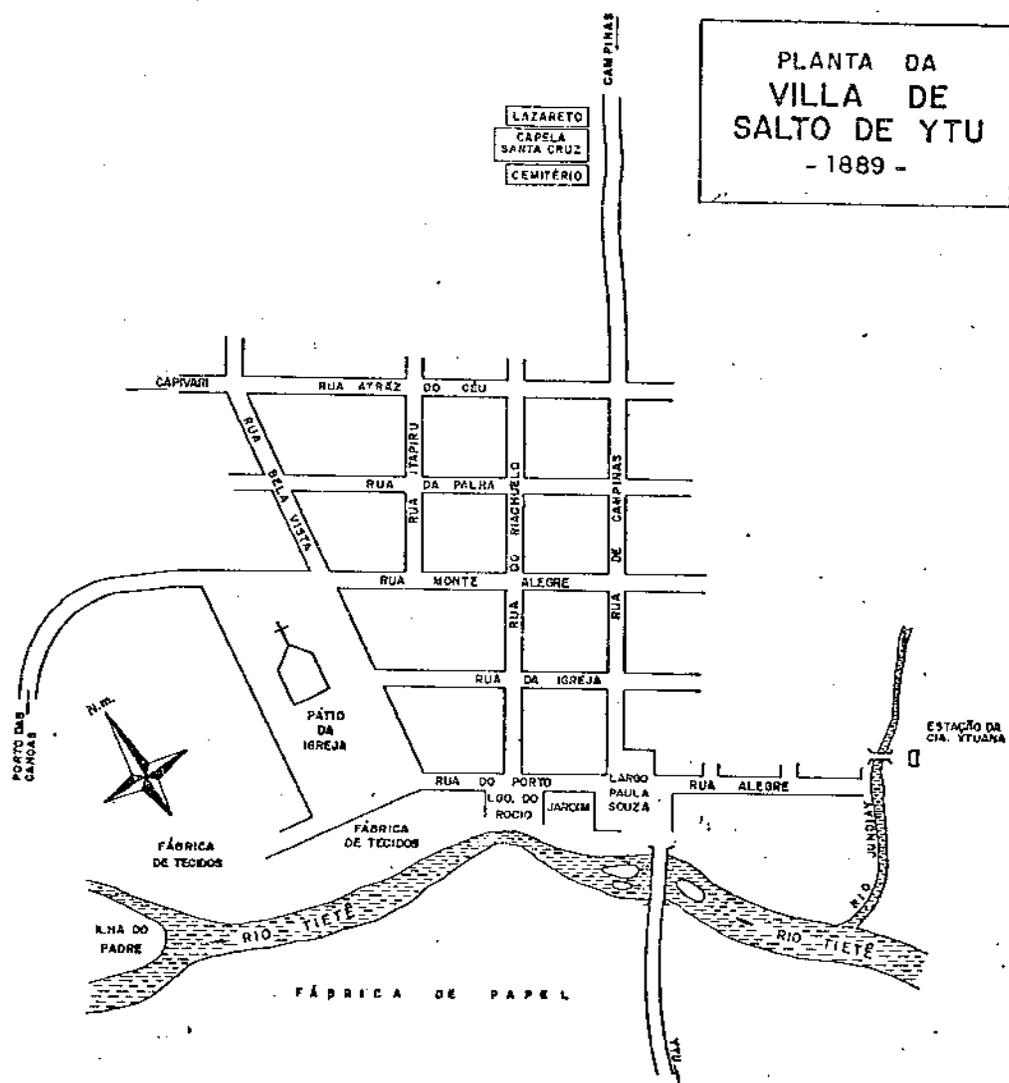
Nos mapas I e II, pode-se notar as inúmeras obras efetuadas no Tietê, tanto por Galvão, Barros Júnior, e também por Melchert & Cia. caracterizando as incessantes intervenções feitas por critérios individuais. A participação da Câmara de Itu nestas disputas não pôde ser determinada devido à inexistência de uma documentação que comprove sua provável participação nestas disputas (58).

Em 1888, quando Barros Jr. iniciou seu Protesto Judicial contra Melchert, já havia sido vereador em Itu e continuava traçando o seu projeto político, agora em Salto. Como autor do projeto que objetivava a discriminação dos terrenos públicos naquele local, Barros Júnior estendeu esta definição também ao rio. Sendo assim, reclamava "o direito de fazer prevalecer as suas anteriores vantagens de possuidor pelos interdictos e ações competentes, direito e condições apoiadas na circunstância de ser o Tietê um rio público e, portanto, destinado a ser utilizado por todos os ribeirinhos segundo a prioridade dos seus estabelecimentos quando sejam de igual natureza" (59).

Para Barros Jr. a questão da prioridade estava diretamente relacionada ao tempo em que sua fábrica estava ali estabelecida. Assim, pouco diferenciava-se da posição de José Galvão contra quem se batera em ação anterior pelo mesmo motivo. Melchert, ao contra argumentar, procurou demonstrar que aquelas obras eram muito mais antigas que aquelas da sua fábrica de tecidos.

Galvão, além de ter conhecimento deste Protesto, procurou através de uma carta enviada a Melchert, apoiar as obras que ele estava construindo naquele momento. Dizia ele que, "longe de acompanhar o Protesto afirma categoricamente em carta escripta à Melchert, que a sua fábrica nenhum dano, absolutamente nenhum, pode trazer a derivação feita por este" (60).

Este apoio, partindo de um industrial ribeirinho como José Galvão, foi decisivo para que o Juiz de Direito de Itu condenasse Barros Jr. a pagar as custas do processo e permitisse a conclusão das obras que Melchert & Irmãos haviam iniciado (61).



Fonte - Salto. História, Vida e Tradição

3.3. A RUA DO PORTO: UMA DISPUTA INTERESSANTE

Antes mesmo de constituir-se numa rua, o "caminho do Porto" era uma entre outras passagens existentes em meio às diferentes propriedades particulares de Salto. Nesta localidade não havia ainda sido executado nenhuma regulamentação que discriminasse os lugares públicos. Foi nestas circunstâncias que Galvão instalou, em 1875, sua fábrica de tecidos naquele local, junto à "cachoeira do Salto" e do caminho que levava até o Porto das Canoas, atravessando terrenos particulares. Neste momento não haviam sido realizados o arruamento nem o alinhamento pela Câmara de Itu, tornando aquele caminho passível de uma legislação que determinasse onde deveriam ser construídas as edificações urbanas, ou a definissem como passagem pública.

Galvão convivia com esta situação sem conflitos, já que havia adquirido uma posição importante em Salto. Era o mantenedor financeiro da Capela, e também oferecia uma possibilidade alternativa de trabalho: o fabril.

Barros Júnior não teve a mesma receptividade ao instalar, em 1880, a sua fábrica de tecidos, a segunda do local. De imediato, Galvão apresentou-se como o maior obstáculo que ele deveria enfrentar.

A situação em que se encontrava a fábrica Barros Júnior diferenciava-se daquela pertencente a Galvão que, como foreiro, havia construído sua fábrica em terrenos pertencentes à Capela (62). Desta forma, o terreno adquirido por Barros Júnior achava-se "encravado entre outros de propriedade particular e isto porque supõe que allí não existem terras públicas" (63).

Assim, ao mesmo tempo em que a fábrica Barros Jr. se expandia, inúmeros conflitos, também não noticiados pelos jornais, colocavam ambos em diferentes disputas jurídicas, nas quais Barros Júnior e José Galvão alternavam-se ora como autor, ora como Réu dos processos.

A discussão sobre a rua do Porto se insere num destes momentos em que, esgotadas as possibilidades de entendimento amigável solução para uma determinada questão era alcançada por intermédio de uma sentença judicial.

3.3.1. AS PEDRAS NO MEIO DO CAMINHO

A abertura da rua do Porto era fundamental, sobretudo, para Barros Júnior que tinha nela o único meio de comunicação com os pontos vitais, para a sustentação das atividades de produção de sua fábrica. Por ela se ia à estação da Estrada de Ferro Ituana, à povoação e às estradas de rodagem de Campinas e Itu. Era também a única via de

acesso para os operários, que diariamente transitavam por ali. Embora esta fábrica tenha iniciado suas atividades em 1880, foi apenas em 1882 que todas as etapas de produção (tecelagem e fiação) foram concluídas. Neste momento, Barros Júnior alia a sua condição de proprietário de fábrica à de político, destacando-se como membro do Partido Republicano Paulista e vereador na Câmara de Itu. Nesta dupla condição, procurou garantir a plena utilização da rua do Porto, acesso vital para as suas atividades industriais. Desta forma, a sólida posição que Galvão havia construído durante todos os anos em que viveu em Salto, tornou-se frágil frente às mudanças ocorridas naquela localidade. Galvão aparece, em maio de 1883, como réu em um Processo de manutenção de Posse impetrado por Barros Júnior. A acusação que recaiu sobre ele dando início à ação foi a de que Galvão havia obstruído a rua do Porto (que naquele momento constituía-se apenas num caminho que cortava os terrenos pertencentes a diferentes propriedades particulares) com "montes de pedras e tentando cortar a passagem por meio de uma cerca que principiou a fazer na parte em que o mesmo caminho passa por terreno que elle diz ser de sua propriedade" (64).

Na condição de foreiro das terras em que estavam construídas a fábrica, a sua casa de morada e grande parte dos terrenos próximos a ela, Galvão julgava-se proprietário daqueles terrenos e possuidor do direito de cercá-las. No

entanto, embora Barros Júnior tenha admitido em seu requerimento inicial que o prédio de sua fábrica encontrava-se entre terrenos particulares, não o reconhecia em outro documento anexado ao processo. No seu argumento não admitia a possibilidade de ter sido privado da livre passagem, pois afirmava não existir "outra passagem ou saída senão a que tem sido facultada pelo referido caminho e sendo também certo que o uso desse caminho pelos supplicantes <Barros Júnior> e seus antecessores vem de tempos immemoriáveis" (65). Desta forma ele demonstrava que o procedimento de Galvão era proposital, na medida em que os antigos moradores daquele terreno, até então, transitavam sem qualquer interferência dos proprietários vizinhos.

A difícil situação em que Galvão havia colocado Barros Júnior levou-o a requerer uma pena contra ele. Assim, se ele não desobstruísse a sua passagem pagaria a quantia de dois contos de réis, não ao autor, mas ao Instituto do Novo Mundo de Itu (66). À primeira vista, esta pena parece incoerente, pois Barros Júnior e a sua fábrica eram os maiores prejudicados por aquela obstrução, e portanto Galvão deveria pagar por perdas e danos a ele. Mas obrigar Galvão a pagar ao Instituto do Novo Mundo dois contos de réis era, no mínimo, constrangedor para um monarquista como ele: este Instituto era um externato que administrava o jornal republicano *Imprensa Ytuana* (67).

Com esta manobra de intimidação Barros Júnior procurou ganhar tempo para desenvolver e amadurecer sua tese baseada na caracterização da Servidão (passagem para o uso de outrem, por um terreno que é de propriedade particular) que naquele caminho havia se contituído pelos "tempos inmemoriáveis" de sua existência. Ou seja, tornar público o caminho que estava em terrenos particulares.

Mesmo antes da elaboração deste argumento, Barros Júnior procurou desfazer a justificativa apresentada por Galvão quanto à propriedade daquele terreno. Para isso, pediu a inclusão nos autos de Manutenção de Posse da escritura de compra e venda que ele fez por "três contos de réis" pagos à Domingos Vieira Paraizo pela compra de uma parte da sua chácara (68), através da qual provava a posse das terras em que estava instalada sua fábrica de tecidos. O mesmo não pôde fazer Galvão que não era proprietário (69).

No entanto, a questão da Servidão foi o ponto mais importante daquele processo. Em meio à disputa pelo terreno, havia as testemunhas do processo. José Antonio de Almeida Teixeira de 44 anos, casado, lavrador, como testemunha de Barros Júnior, disse em seu depoimento que:

"desde cinco anos elle depoente conhece o caminho em questão que é o que serve para comunicar o prédio actualmente dos Autores com a estação da estrada de ferro com a povoação do Salto, e com esta cidade pela

estrada que vem de Campinas e passa pela mesma povoação do Salto, sendo que desde então até hoje ninguém oppoz-se por qualquer modo a livre passagem por esse caminho: que o terreno dos Autores acha-se encravado entre outros de propriedade particular: que sabe por ouvir a várias pessoas que ultimamente o réo procurou embaraçar a passagem por este caminho, fazendo cêrcas e obstruindo-o com montes de pedras"(70).

Outra testemunha, sem dúvida de grande importância, foi o Major José Egidio da Fonseca, de 73 anos, solteiro, lavrador, natural e morador em Itu. Ele declarou ser primo em segundo grau de José Galvão e estava naquele processo como testemunha de Barros Jr., dizendo

"que por frequentar os lugares de que se trata, sabe de sciencia propria que ha mais de cincoenta annos existe esse caminho, que communica o terreno actualmente de propriedade dos Autores com a estação da estrada de ferro; que a passagem sempre foi franca por esse caminho, e que apenas elle depoente sabe que Domingos Vieira paraizo, antepossuidor dos terrenos hoje pertencentes aos Autores, fiserá elle uma cerca e uma porteira, não lhe constando, porém o que por parte de quem quer que houvesse acto de opposição á passagem por esse caminho, á não ser a questão de que

se trata: que sabe por ouvir a varias pessoas que o réu fiserá uma cerca e lançara pedras no meio do caminho, no intuito de embaraçar a passagem" (71).

Desta forma, as testemunhas de Barros Júnior limitavam-se a justificar a antiguidade do "caminho do Porto", não negando porém que ele passava por terrenos particulares. Era necessário formular e fundamentar através destas testemunhas, já que não havia escritura que pudesse comprovar que aquele terreno pertencia a Galvão, a servidão ali constituída.

O objetivo de Barros Júnior ao defender este ponto de vista estava em conseguir, caso saísse vitorioso nesta demanda, uma posição favorável do juízo, reconhecendo a utilidade pública daquele caminho e sua total liberação. No entanto Galvão, usando do argumento inicial de Barros Júnior em que ele justificava a sua ação pela construção da cerca, tornava o processo bastante complexo: tentou provar a improcedência da acusação, pois o cercamento a ele atribuído havia sido desfeito nas vésperas da abertura daquele processo. Segundo o depoimento do Tenente Coronel José Pompeu de Campos Fiza, 56 anos, casado, professor, natural de Porto Feliz, morador em Salto e testemunha de José Galvão, ele

"viu os actos de turbação attribuidos ao réo, os quaes consistirão em uma cerca que interceptara o caminho

no ponto que comunica com a rua chamada da Praia, e montes de pedras em certa extensão sobre o leito do dito caminho" (72). E afirmava também que:

"os actos de turbação à que se referio foram praticados pelos empregados do réo e sob a administração deste. E que a remoção das pedras foram feitas pelos escravos do senhor Francisco Fernando de Barros, de quem ouvio o que acaba de relatar, assim como acredita a cerca foi destruída pelos escravos sendo que elle depoente viu a remoção das pedras" (73).

Neste depoimento, como em outros envolvendo as testemunhas de Galvão, um novo elemento aparece como agente participante deste episódio: os escravos de Francisco Fernando de Barros, pai de Barros Júnior. Francisco Boaventura do Amaral de 53 anos, casado, vive de agências, natural e morador de Itu, confirmou aquilo que já havia sido dito pelo Tenente Coronel José Pompeu de Campos Piza acrescentando que,

"a cerca que interceptava a passagem na parte que atravessava o mesmo caminho, foi segundo ouvio dizer, destruída pelos escravos do senhor Francisco Fernando de Barros, pai do autor ignorando o dia em que tal facto se deo: que sabe por ouvir dizer, que o autor

mandara avisar seu pai que o dito caminho, estava obstruído pelo réo" (74).

Se esta testemunha, sabia "por ouvir dizer" que Barros Júnior teria avisado a seu pai sobre a cerca que Galvão havia feito, houve também quem o viu no local no dia em que ela foi destruída. Para contar esse fato, compareceu ao juízo William Walsh, inglês de 44 anos, casado e mestre de teares da fabrica Galvão. Num depoimento bastante comprometedor e, ao mesmo tempo, aparentemente espontâneo Walsh, depois de jurar sobre a "Bíblia Anglicana conforme a sua religião", e acompanhado por um intérprete, afirmou que as pedras que obstruíam aquele caminho foram removidas "por escravos do Sr. Francisco Fernando de Barros, que, conforme viu, presidia e ordenava a desobstrução do caminho, na forma referida; que estava também presente aos actos de desobstrução o autor, um tanto mais retirado" (75).

A preocupação em explorar com detalhes a participação dos escravos tinha um toque de ironia. Principalmente na afirmação, de que William Walsh havia avistado Barros Júnior "um tanto mais retirado" naquele momento. Walsh afirmou, como outras testemunhas, que "a cerca em questão foi construída por ordem do réu, (Galvão) e ficou destruída apenas um pouco além da largura do caminho, ficando o resto como antes se achava; que não pode precizar o dia que se deu o facto da desobstrução" (76). Em nenhum momento Barros

Júnior reconheceu a participação dos escravos de seu pai neste episódio.

Aproveitando os fatos Barros Júnior procurou, através do próprio depoimento das testemunhas de Galvão, fundamentar a Manutenção de Posse por ele inicialmente requerida argumentando que a cerca não havia sido inteiramente destruída. E sendo assim, segundo ele, Galvão "não praticou acto algum que pudesse tranquilisar os autores quanto ao uzo do caminho" (77).

A existência da cerca apresentava-se como uma questão ainda pouco clara. De um lado as testemunhas não sabiam precisar o lugar em que ela havia sido construída, pois tinham "ouvido de outras pessoas tal fato". Por outro lado, as testemunhas do réu diziam que haviam presenciado a sua construção e destruição, mas não sabiam precisar quando aconteceu. Orientados ou não pelos advogados de ambas as partes, as testemunhas pareciam tentar dificultar a elaboração da sentença final.

A cerca realmente existiu? Este questionamento feito também pelo juiz Municipal, levou-o a pedir uma vistoria no local em 1884. Esta providência foi questionada por Barros Jr. alegando que:

"a ação de manutenção se exercita contra aquele que perturbou a servidão. Daqui se deduz que ao réo competia provar que não foi elle que praticou

a turbação ou, pelo menos que os terrenos em questão estavam sob a administração da Câmara ao tempo em que se deu a turbação. Ora o réo não provou nada disto, e não é por meio de vistoria que elle há de provar que o terreno que deu lugar a questão estava precisamente na epocha em que foi trancado o caminho, debaixo da administração da Câmara, pois que esta circunstância como se vê, por sua própria natureza só pode ser provada por testemunhas e não por vistoria" (78)

Assim, o encaminhamento dado à **Manutenção de Posse** tanto por Barros Jr. quanto por Galvão, demonstrava que a causa politica, se não era explicitada, tinha um peso significativo no relacionamento entre eles. Os questionamentos neste sentido são muitos, e todos nos remetem a uma discussão particularizada da cada situação e ao universo de conflitos nas relações cotidianas.

A existência de uma concorrência a nível econômico confunde-se, na prática, em disputas como essa em que se nota as divergências pessoais existente entre os dois personagens.

Nestes constantes atritos judiciais, quem deveria sofrer muito era Maria Alexandrina de Barros: a cada ação processual ela, como esposa de Barros Júnior, era também intimada a comparecer às audiências. No entanto, a sua ausência era sempre justificada por atestados médicos que

asseguravam que ela sofria de "nervose hysterica", o que lhe "impedia de "andar encontro a grandes e violentas impressões moraes", ou seja "em lugares onde possa haver discussão animada, como por exemplo em audiências públicas dos tribunais" (79).

3.3.1 OS TERRENOS PÚBLICOS EM 1883

Dada a complexidade com que estava transcorrendo a Manutenção de Posse, questão que acreditava ser de fácil solução, procurou, Barros Júnior como vereador e membro da comissão de Obras Públicas na Câmara de Itu, constituir uma outra ofensiva contra Galvão. Em junho de 1883, Barros Júnior "depois de justificar sua palavra em relação a povoação do Salto, indicava a Câmara a necessidade de ser desapropriada judicialmente, o terreno em litígio, o que foi incontamente levado a efeito pelo procurador da Câmara" (80). Assim, depois de ser aceita a sua indicação, a Câmara propôs que:

"se entenda com o proprietário ou quem estiver de posse dos referidos terrenos para entrar primeiramente em accôrdo amigavel e só esgotado este, proceder nos termos da lei a referida desapropriação afim dos terrenos assim demarcados ficarem considerados de propriedade

municipal" (81).

Visando exclusivamente acelerar a resolução sobre a "rua do Porto", a desapropriação que seria realizada pela Câmara de Itu recaía, sobretudo, sobre os terrenos pertencentes a José Galvão. Como já existia um processo em trânsito, o "acordo amigável" tornou-se impossível.

Assim, se na ação de Manutenção de Posse Barros Júnior argumentava com a existência da Servidão ali constituída pelos imemoráveis anos de utilização daquele caminho, a Câmara, usando do poder que lhe competia, tentava desapropriá-lo em prol da utilidade pública.

A execução deste projeto, foi totalmente dificultada pela atitude de Galvão que não entrando em acordo com a Câmara, levou-a a interpor um novo processo na Justiça contra ele. Assim as duas ações, a de Manutenção de Posse (entre Barros Júnior e José Galvão) e a de Avaliação de Terrenos no Salto para Utilidade Municipal (entre a Câmara de Itu e José Galvão), ambas iniciadas em 1883, desenvolvem-se concomitantemente. Na primeira Barros Jr. aparece como autor, enquanto na outra a sua participação como responsável pela indicação que havia dado origem ao processo, fica camuflada pela autora Câmara de Itu.

O principal objetivo estava em transformar o caminho do Porto em uma rua pública. Os terrenos que Galvão havia cercado se transformariam em largo da igreja e ao caminho

seria dado trânsito livre - o que beneficiaria diretamente a fábrica Barros Júnior.

Na continuidade do processo iniciado pela Câmara contra Galvão, a questão pública dos terrenos era colocada como elemento fundamental em todos os requerimentos elaborados pelo seu advogado. A argumentação quanto à questão pública defendida pela Câmara reforçava, em contrapartida, a tese que passou a ser desenvolvida por Galvão, que não via competência no poder judiciário para avaliar a questão pública envolvendo a abertura desta rua. Para ele esta era atribuição do poder administrativo.

Paulino Almeida Albuquerque, advogado de José Galvão e representante e portador dos argumentos apresentados em juízo pelo réu, defendia a tese da incompetência do juízo em definir uma indenização para os terrenos que, segundo ele, não haviam sido declarados pelo poder administrativo provincial de utilidade municipal (82). Fundamentando esta tese em inúmeras citações de leis e decretos do Império, fez com que este processo iniciado pela Câmara percorresse todas as instâncias do poder judiciário, chegando a ser julgado pelo Imperador.

Assim, as dificuldades colocadas por José Galvão eram atribuídas pela Câmara de Itu a uma atitude "manhosa e impertinente, que devia sua invenção ao espírito imaginoso com que o excipiente estava por mero Patriotismo embaraçando a descrição Municipal" (83). Ao defender-se desta acusação,

Galvão ao recorrer ao Imperador através de uma ação de Provimento de Agravo contra a Câmara de Itu, declarava:

"ora, uma vez que o procurador da Câmara, com sua ironia, procurou tornar sensível que havia falta de patriotismo, na opposição que faz o agravante à execução d'essa resolução da Câmara, relativa a desapropriação por utilidade municipal; justo é que, em defeza mostre o agravante a justiça que lhe assiste, e que não pôde ser accusado de pouco patriota aquelle que nada faz do que pugnar para que seja restituída à lei o seu Imperio" (84).

E concluía serem pouco patriotas "aqueles que a pretexto de uma imaginada utilidade pública procuram embarapar o agravante no desenvolvimento da sua bem importante fábrica de tecidos do Salto, privando-o a título de desapropriação de terrenos onde ele pretende fazer outras edificações para alargar seu estabelecimento industrial e augmentar sua fábrica que tem dado já bastante vida e impulso ao Bairro de Salto" (85).

Nesta sua acusação estavam incluídos, além do procurador da Câmara, todos os vereadores - entre eles Barros Júnior, principal interessado numa resolução favorável à Câmara.

O caráter político desta questão tornou-se mais evidente em 1885, quando foi dada a sentença final pelo

Conselheiro Joaquim Pedro Vilhaça, representante do Governo Imperial, que considerou

"de nenhum effeito todo o processado o requerimento da Camara Municipal aggravada, por esta intentado o dito processo antes de concluído o administrativo de reconhecimento da utilidade pública, pelo qual pretende effectuar a desapropriação e, portanto sem titulo legitimo que servisse de fundamento a sua ação; tudo na conformidade ao referido accordão devendo a aggravada pagar ao aggravante não só as custas do referido processo como também ao instrumento de agravo " (86).

Desta forma, a anulação em 1885 de todo o processo para avaliação de terrenos para utilidade Municipal em Salto, iniciado pela edilidade de Itu em 1883 mereceu como resposta da Câmara, na sessão de 16/01/1885, uma indicação do vereador republicano Paulino de Lima sugerindo que "se faça inserir na acta da Presente sessão um energico protesto contra o acto perpetrado pelo Ministro do Imperio, Senador Francisco Sá, ferindo os direitos desta Camara no recurso "José Galvão " (87):

"nenhuma surpresa causão decisões taes: ao contrario, quando as decisões do governo são

vazadas nos moldes do justo e do honesto, é que o surpreendem. Neste paiz impera o escandalo, é um ministro, que para, talvez satisfazer pedidos deste ou daquelle, põe a margem a lei, conculca a justiça e despreza os precedentes..." (88).

Tal protesto evidencia que a sentença foi interpretada pelos membros da Câmara, sobretudo pelos republicanos, como um favorecimento político aos monarquistas personificados na pessoa de Galvão. Este, obtendo a sentença a seu favor, requeria que fosse reformulada a decisão anteriormente dada pelo juiz de Direito da Comarca de Itu, que estaria prejudicando os planos de ampliação de sua fábrica. Argumentava também que não conseguia obter o alinhamento daquela rua para sua nova construção na Câmara de Itu, pois lá estava o "autor que é vereador" (89). O autor era Barros Júnior que, pedindo a palavra na sessão de 11-05-1886 na qual estava sendo julgado o referido pedido, "declarou que deixava de tomar parte na discussão d'esse parecer por animosidade que tem com o peticionário França Pacheco, pelo que se considera suspeito para votar o mesmo parecer" (90).

Mesmo tendo o processo tramitado por todas as instâncias do Judiciário e considerado finalmente nulo, a rua do Porto foi definitivamente aberta, beneficiando Barros Júnior e sua fábrica. Certamente, uma vitória política dos republicanos. No entanto, mesmo após o falecimento de Galvão

em 1889, a animosidade entre as duas partes permaneceu - agora entre Joaquim, irmão de Galvão, e Barros Júnior que, após 1890, ocupou os cargos de presidente da Intendência e Câmara de Salto.

Em 1899, "os sucessores de José Galvão, com certa austeridade proibiram terminantemente a passagem dos pescadores pela nova rua, pois, julgavam-se senhores e legítimos possuidores das terras, cuja rua fôra aberta ao transito público. Houve trocas de palavras e graves ameaças terminando com um renhido tiroteio, felizmente sem vítimas a lamentar" (91).

Mesmo terminada a disputa pelos terrenos em litígio no âmbito judicial, era novamenteacionada a questão da sua propriedade. Sem sucesso, nas novas circunstâncias, já que todas as ruas abertas sob a administração de Itu, permaneceram como vias públicas, mesmo depois da instalação da Câmara de Salto em 1896.

3.4 - A EPIDEMIA DE VARÍOLA E O SURGIMENTO DE UM "CHEFE LOCAL"

"O Pânico que tem causado aqui a Epidemia da Variola é grande, não só na classe operária como na Comercial, etc.

Por infelicidade, muitas pessoas retiraram-se desta freguezia, de medo da variola, tendo já algumas voltado atacadas do mal e outras tem tido em outras localidades, propagando por esse modo, nas cidades visinhas, essa terrível efermidade que poderia ficar circunscrita a esta localidade.

Esta falta se explica por ser a quasi totalidade dos habitantes composta de operários, portanto sem recursos e conhecimentos alguns de hygiene, para se acautelar do mal, que tantos infortunios nos tem trazido, nestes últimos dias.....".

Um Saltense.

(Imprensa Ytuana 12-06-1887")

3.4.1. A PROLIFERAÇÃO: UMA OPORTUNIDADE INESPERADA

A epidemia de variola ocorrida em Salto no ano de 1887, e também em muitas outras localidades, intensificou ainda mais as críticas divulgadas sobretudo através dos jornais ituanos quanto à ineficiência do poder administrativo em atender aos problemas locais. Os artigos do jornal *Imprensa Ytuana* procuravam denunciar a difícil situação por que estavam passando os saltenses naquele momento e a responsabilidade do governo.

Com este objetivo, alguns artigos assinados por "O Saltense", que bem poderia ser Barros Junior (diversas vezes acusado de ter publicado artigos sob pseudônimos), acusavam a ineficiência administrativa da Província como responsável pela propagação desta epidemia em Salto, e mesmo por não terem nomeado delegado de polícia e pároco, ou seja, constituído autoridades locais em cumprimento à legislação que a havia elevado, em 1885, a freguesia (92).

A esta situação de abandono, que o articulista estava interessado em demonstrar à opinião pública, associava-se a preocupação com a questão da violência apontada numa população composta de aproximadamente mil habitantes, dos quais 400 operários em 1887:

"Ninguém alli está com sua vida garantida, um dia é agredido o pobre, o desvalido n'outro dia será o

rico, os crimes dão-se em pleno dia, quanto mais nas trevas e isso é devido a ser a freguesia na sua maior parte habitada por operários " (93).

Todas as reivindicações e denúncias sobre o estado de abandono do local vinham à tona, como forma de justificar a proliferação da varíola. Quanto aos operários, atribuíam-lhes além do "perigo" "nenhum conhecimento de higiene", e assim, delegavam a algumas pessoas autoridade suficiente para orientar a vida local naquele momento. Foi com esta atribuição que Barros Júnior se destacou no período da epidemia. A autoridade foi-lhe conferida pelo Presidente da Câmara de Itu que "nomeou-o" como seu representante em Salto, proporcionando-lhe uma oportunidade de, através da política, conquistar o seu espaço naquela sociedade.

No entanto, em vários momentos o seu projeto pessoal ultrapassava as funções a ele determinadas, fazendo com que Barros Júnior se envolvesse em grandes polémicas. Usando como arma o jornal *Correio de Ytu*, do qual possivelmente era um dos proprietários, ou pelo menos tinha uma relação estreita, criticava e denunciava a tudo e a todos. Uma vez ofendidos, os acusados e criticados por ele iam até ao outro jornal *Imprensa Ytuana*, a fim de responder às críticas através de matérias pagas (94).

Numa destas vezes, o *Correio de Itu* atacou severamente o medico João Sofia, acusando-o de ter ocultado por ganância a

existência de dois italianos com varíola, acusados de terem trazido a doença para Salto (95). Esta acusação foi, segundo João Sofia, feita por Barros Junior "pela bocca de Seu Pires de Oliveira". Chamando-o de "asqueroso e virulento reporter" (96), Sofia respondia às criticas a ele formuladas no dia 15-06-1887, argumentando contra a autenticidade das declarações veiculadas pelo Correio e dos autores dos artigos publicados. Dizendo que estas eram "da mesma redacção do reporter aos quaes apenas esses coitados emprestam-lhe os nomes", Sofia tentava provar sua inocência. Para isso, publicou algumas informações sobre as pessoas que, segundo ele, haviam emprestado os seus nomes a Barros Júnior para, "com baixas insinuações", atrair-lhe "à odiosidade do povo de Salto" (97):

"Ernesto Nobile Moro; escreve pessimamente o italiano, quanto mais o Portuguez Romano reside ha pouco tempo no Brazil e pouco ou nada entende de Portuguez! Perdore é um sapateirinho lá da minha Provincia <Salerno-Italia>. Jacintho Leite de Souza e Thobias Pires de Oliveira, são ainda mais ignorantes do que os outros e mentem descaradamente de terem conversado comigo, pois, até não conheço este segundo typo! (98)

Destes, Romano, era o principal responsável por toda aquela discussão. Por ser italiano, teve o seu nome revelado ao contrário do que ocorreu quando a varíola abateu-se sobre os moradores de Itu. Segundo Sofia (que também era italiano) "como foi um brasileiro que a trouxe, não se accusou ninguém, porque isso mesmo seria pueril e ridículo" (99).

Dizia também que a casa de Romano, quando a visitou "era imunda desde a Porta da rua até a Porta do quintal, onde estava feito o despajo de escremento, orinas, águas sujas, etc, e o fedor era asphixiante. Não podendo proceder o exame dos doentes nos quartos escuros e pelas exalações nephíticas, que me suffocaram mandei Rocco e Agnoli sair na varanda e disse ao Moro e Romano que era - Vaiulo Malattia - contajosissima" (100). Assim, o que havia "omitido por delicadeza", em um artigo, Sofia viu-se agora obrigado a esclarecer ao "povo de Salto" que ele não havia omitido que se tratava de varíola a enfermidade daqueles primeiros doentes.

No entanto, nos dias que se seguiram, o aspecto da localidade era desolador:

"as ruas acham-se completamente desertas, as casas fechadas, e bem assim muitos negócios
Aos poucos pessoas que ainda acham-se aqui, todos temem a peste, e o ar de todos é melancólico, e andam cabis-baixo, não se ve um rosto alegre

prazenteiro como outros tempos.

Uns choram a perda de seus, outros a desgraça alheia, e a povoação, acha-se toda coberta de luto" (101).

Toda a localidade se viu em estado de quarentena. Aqueles que fugiam da epidemia ainda não haviam retornado, os que permaneceram ficaram sob a vigilância de Barros Júnior, e aqueles que habitualmente passavam por ali deixaram de fazê-lo. O perigo do contágio provocava pânico nas pessoas, e influenciava de forma drástica a vida cotidiana e o trabalho nas fábricas de tecidos. Boatos de que um membro de qualquer família estivesse contaminado eram motivo suficiente para que outras pessoas dela se afastassem. Mais crítico era o caso de alguns comerciantes que, vítimas destes boatos, procuravam os jornais como forma de desmentir a acusação. Assim procedeu o ituano Franklin Basilio de Vasconcellos, publicando a seguinte declaração:

"Tendo-se propalado que existe bexigas em minha casa, declaro que esse boato é infundado, ignorando completamente qual o movel que levou a quem quer que seja prejudicar aos meus interesses na qualidade de comerciante.

Fique o publico tranquillo, felizmente o estado sanitário de minha casa é bom, graças a Deus; o Boato espalhado não passa de especulação torpe de alguns

invejosos que não vende tanto quanto deseje" (102).

Entretanto, o medo não se alimentava apenas de boatos ou imaginação: a doença era real e perigosa. João Sofia, ao tentar esclarecer as formas de contágio daquela doença e sua cura, parece ter provocado ainda mais o temor da população:

"o contágio póde, pelas janellas e portas estender-se por uma rua, aos edificios visinhos e conservar-se em actividade, além disso se condensa nos objetos e pode ser transmitido com cartas, com o papel moeda e fica atacado por mezes em estofas de lã e nas mobílias" (103).

Formado em 1871 pela Real Universidade de Nápoles, João Sofia parecia um adepto das novas teorias científicas, sobretudo a de Pasteur, segundo o qual "as doenças contagiosas não se transmitiriam pela inalação do ar contaminado, mas por germes infecciosos propagados pelo contato indireto estabelecido entre as pessoas, através de objetos..." (104). Certamente conhecedor da "Teoria dos Micróbios", Sofia afirmava que o único meio para que a epidemia ficasse circunscrita àquele local e a doença fosse erradicada estava em "mandar vacinar e revacinar todos indistintamente" (105).

Como isto não ocorreu, a atmosfera da localidade parecia saturada pelos vapores causados pelo alcatrão, terembentina

e enxofre, este último indicado para "fumigar de manhã e de noite as cobertas, travesseiros, colchões e desinfectar-se sempre que sair" (106), protegendo a população contra a doença.

3.4.2 A CURA

"Ora, façamos uma idéia se o caritativo dr. Francisco Fernando de Barros Júnior, quando appareceu esta epidemia se elle não se importasse fosse também para São Paulo ou na fazenda de sua exma. família, esconder-se da fragelosa peste.

Como não ficaria isto meu Deus!" (107)

Esta observação feita por um anônimo articulista compõe uma série de manifestações de apreço e gratidão às realizações de Barros Júnior no combate e tratamento dos seus doentes em Salto. No entanto, em suas entrelinhas, este autor não deixava de criticar aos "fujões da Peste". A referencia feita especialmente à cidade de São Paulo tinha uma razão de ser, colaborando para levantar a hipótese de ter sido Barros Júnior também o autor deste artigo: quem estava em São Paulo naquele momento era José Galvão. O motivo da viagem seria a busca de um tratamento para uma

hérnia, que já havia operado várias vezes, e que foi finalmente a causa de sua morte em 1889 (108). Se este foi o verdadeiro motivo da sua ausência, nunca saberemos. No entanto, tal circunstância colaborou imensamente para que Barros Júnior alcançasse numa posição de destaque em Salto.

Orientado por um objetivo político que necessitava da divulgação de suas realizações, Barros Júnior aparece nos jornais como o único a socorrer as vítimas da varíola ou a se preocupar com o futuro daquele lugar. As idéias novas (republicanas) parecem ter encontrado nas práticas tradicionais a fórmula da política nascente. O "tom da impessoalidade necessário à eficácia da administração" (109), que somente se efetivaria com a república - por ser o governo em que cada indivíduo delega poderes aos seus representantes, através do voto, "recuperando para o povo o seu lugar e função no organismo social" (110) - confundia-se com as atitudes clientelistas: frequentemente aqueles políticos legislavam em função de seus interesses pessoais.

Desta forma, Barros Júnior procurava aparecer como o benfeitor dos saltenses e adquirir a respeitabilidade e posição necessárias para melhor administrar e manter a sua fábrica de tecidos. Por este caminho, visava certamente chegar à posição de "chefe político local", no qual foi formalmente investido apenas depois de 15/11/1889. Mas mesmo antes, em 1888, foi nomeado subdelegado de polícia; depois, no período republicano, ocupou os cargos de presidente da

Intendência e depois da Câmara Municipal de Salto foi também Deputado Estadual pelo PRP em 1892, mandato que perdurou até seu afastamento da política local em 1907 (111).

Os meios para a cura ou para conter a proliferação da varíola adotados por Barros Júnior estavam baseados principalmente no confinamento dos doentes, quer em hospitais improvisados, quer dentro de suas próprias casas. Para isto, orientou a instalação de um Lazareto numa "Casa de Oficina" pertencente ao canteiro de obras de uma futura fábrica de papel. Embora estivesse localizado num local distante do povoado, e até mesmo separado dela por um rio, um mês depois de sua instalação já haviam dúvidas quanto a sua utilização (112): ali existiam algumas turmas de trabalhadores que "estavam em contacto diurno com os doentes" (113).

Barros Júnior, que havia recebido a atribuição da Câmara de Itu para conduzir os trabalhos durante a epidemia, contava com o reforço de alguns guardas sob seu comando. Efetivamente, a força policial era utilizada para levar os doentes até o Lazareto, talvez ainda descobri-los e vigiá-los em suas residências.

Nem todos aceitavam ir para o Lazareto, configurando o que era considerado ato de "desobediência à ordem". Nesses casos, com recurso da polícia, os doentes eram confinados dentro de suas próprias casas. Para isto, eram as mesmas "cercadas e guardadas por sentinellas postadas por aquelle

cavalheiro <Barros Júnior>, de modo a impedir comunicação, sujeitando a uma desinfecção completa, todo aquelle que se vê forçado a aproximar-se dos doentes" (114). Além disso, providenciou a instalação de "desinfectórios com sentinellas postadas e de armas embaladas" nas vias de acesso a Salto, medida que caracterizou a instituição de um "cordão sanitário" para conter a epidemia (115)

No entanto, todo este esforço foi ironicamente criticado pelo médico Sofia que não via qualquer eficiência em tais métodos, divulgados até pelos jornais ituanos. Para Sofia, muito do que foi publicado pelo *Correio de Itu* sobre as medidas higiênicas que deveriam ser adotadas contra varíola não passavam de "asneiras" (116). Segundo ele, Barros Junior "dizia até have-la confinada com suas cêrcas, bandeirolas vermelhas e com duas praças para matar os microbios que pulassem as trincheiras, etc. Enfim, perdia-se em vanilóquios, elogios, etc, etc" (117).

De qualquer forma, Barros Júnior havia transformado completamente a rotina da localidade: com o intuito de diminuir a dor das pessoas ou por puro interesse político, não deixava seus atos no anonimato: "nas horas em que não se ocupava com os enfermos, saia na rua à frente de sua banda de música soltando foguetes, como que afugentando o 'virus' e assim alegorizar a população desolada" (118). Cognominado "Barão da Caridade" e depois "Pai dos Saltenses" (119), recebeu por diversas vezes agradecimentos publicados pela

Imprensa Ytuana. Em 20-09-1887, este jornal publicou a seguinte estrofe como forma de agradecimento aos seus serviços prestados durante a epidemia:

"Eu digno não sou, não tenho lyra
Que vossa fama eleve a divindade
só tenho no meu peito affecto Santo
Affecto que vos voto de amizade
Perdão, Senhor, sinto de barde
Nobre illustrado
Contra vossa virtude,
na minha lyra tão rude
E franco, sim, mais sincero
Filho da pura saudade " (120)

3.4.3 A ASSISTÊNCIA AOS OPERÁRIOS

Mesmo distante de Salto, José Galvão sempre se manteve informado sobre os acontecimentos locais, principalmente aqueles que lhe diziam respeito. Para isto conhecidos seus, chamados por Barros Júnior de "Espírito Santo de Orelhas", encarregavam-se de mantê-lo bem informado (121).

Barros Júnior, mesmo tendo a Câmara de Itu e o jornal republicano a seu favor, continuava a ter Galvão como adversário. Este, através de matérias pagas no jornal *Imprensa Ytuana*, não deixava de responder às acusações feitas a ele ou mesmo boatos que surgiam a seu respeito (122). Em suma, a sua ausência não contribuiu de forma significativa para que a animosidade existente entre ambos desaparecesse.

Neste momento, a assistência aos operários constituía um outro motivo das suas discussões e acusações mútuas: tanto operários da fábrica de José Galvão como as de Barros Júnior foram indistintamente vítimas da varíola. Ambas as fábricas, tanto pela localização quanto pelas condições de trabalho, constituíram-se em meios favoráveis ao contágio. Quanto a isto, Octaviano Pereira Mendes, proprietário de uma terceira fábrica de tecidos que estava sendo instalada naquele momento, se julgava privilegiado. Durante vários meses publicou um anúncio, procurando serventes de

pedreiros, onde especificava que "as condições em que está a fábrica para com o povoado do Salto, não oferece perigo para bexigas" (123). Desta forma, procurava valorizar o isolamento de sua fábrica localizada distante do povoado, ao contrario das de Galvão e Barros Júnior - o que durante o período da epidemia, fez com que os seus proprietários arcassem com muitas despesas médicas, alimentos e enterros dos seus operários.

Galvão contratou os serviços do médico Antonio de Souza Freitas (124). Durante os meses de maio, junho e julho de 1887, Freitas foi por diversas vezes a Salto com a finalidade de visitar e cuidar de alguns de seus operários (125). Mesmo assim, Barros Júnior ao receber um operário de Galvão no lazareto que havia montado, procurou demonstrar o estado de abandono em que os mesmos se encontravam através de artigos publicados no Correio de Itu. No entanto, se a instalação do hospital naquele local tinha por finalidade a assistência aos doentes da epidemia, a entrada de um operário de Galvão não evidenciava que estes estivessem "abandonados".

A questão é outra: Barros Júnior se utilizou deste fato para desmoralizar Galvão frente à opinião pública. Assim, como resposta às críticas recebidas, Galvão publica pela Imprensa Ytuana a sua defesa, dizendo que aquele episódio não constituía motivo de censura para seus atos pois, por serem seus os empregados, não ficavam "excluídos dos

cuidados e do tratamento no lazareto como os demais atacados" (126).

Procurando desta forma provar que tanto ele quanto Barros Júnior poderiam obter "um lugar no lazareto" para seus operários, declarou também que havia obtido uma daquelas vagas para um doente seu, e que este não a havia ocupado "porque não quis" (127). Afirmava ainda que, embora a entrada do doente estivesse autorizada pelo delegado de polícia e pelo médico Lazzarini, não estava sabendo que "para ter um lugar no lazareto seria preciso pedir licença a S. Sr." (128).

Desta forma, os atos de filantropia de Barros Júnior, amplamente divulgados pelos jornais ituanos, eram desmistificados por Galvão que, segundo ele mesmo, "não costuma fazer praça de actos de filantropia, e também por esta razão muita gente ignora alguns que tenha praticado" (129), referindo-se possivelmente à contratação de médicos para seus operários.

Galvão comentava ironicamente o entusiasmo com que Barros Júnior estava à frente dos trabalhos durante a epidemia:

"não se pode contestar alguns serviços que tem prestado, concorrendo para isso, por ventura, o fato de já ter a molestia e estar por conseguinte preservado della, o que todavia não desmerece tanto

os seus actos, como esse espírito de blasonismo e ostentação, que faz com que o S.Sr. desmanche com os pés o que tem feito com as mãos" (130).

Galvão tentava o tempo todo criticar a forma com que Barros Júnior "industrial poderoso, inviolável e sagrado" (131), conduzia a política local. Por sua vez, Barros Júnior constantemente partia para ofensas morais. Assim, ao ser informado que Galvão mandaria algum conhecido seu de São Paulo para funcionar como informante, comentava:

"Ora, se tratasse de uma pessoa que tivesse sempre em estado de deliberar, não deixaria de me incomodar essa ameaça; porem como todos sabem, isso pode ser também do efeito exclusivo de maior ou menor quantidade de alcool" (132).

As acusações mútuas tinham como objetivo a opinião pública. O interesse no entanto não estava no voto, já que este era privilégio de poucos, mas na maior ou menor quantidade de operários que pudessem seduzir para suas fábricas. Elas eram a personificação de seus respectivos proprietários. Ser aceito e reconhecido pela população era também sinônimo de maiores ou menores facilidades em encontrar pessoas que estivessem dispostas a trabalhar para eles. É possível que existissem também atritos e

rivalidades entre operários de um e de outro mas não dispomos de evidências suficientes para afirmá-lo.

De qualquer forma, tanto Galvão como Barros Júnior gastavam de seus próprios recursos com a manutenção de operários e também em donativos à igreja local. Quando Galvão inaugurou sua fábrica de tecidos em 1875, oferecia aos orfãos que lá se empregassem, como forma de atraí-los para o trabalho fabril, "casa, comida, roupa lavada e 10\$000 Rs. mensais". Além de ter contratado um professor e instalado uma escola noturna para seus empregados alguns anos depois (133), comprava alimentos em grande quantidade e revendia-os para seus operários. Era frequentemente escolhido como padrinho das operárias que se casavam e a elas oferecia um enxoval completo (134).

Contudo, Barros Júnior tinha um procedimento mais abrangente, visando a população como um todo. Através de recursos próprios e, principalmente, através de verbas públicas, realizava diversas obras e benfeitorias locais. A instalação do lazareto, pela Câmara de Itu, e sua administração constitui um exemplo bastante representativo da maneira pela qual ele se favorecia mediante sua posição política (135).

Tanto Galvão, que gastava de seus próprios recursos, quanto Barros Júnior, que além destes recursos era plenamente favorecido pelo cargo político que ocupava, visavam atrair e manter os operários de suas respectivas

fábricas de tecidos. Esta prática não visava apenas a contratação de operários para um ou outro empreendimento, mas também uma disputa por aqueles que já haviam adquirido o treinamento necessário para a arte de fiar e tecer. Um exemplo disto ocorreu durante a ausência de Galvão de Salto. Barros Júnior foi acusado por ele de ter seduzido um empregada sua, de nome Francisca Cruz que, segundo Galvão, havia recebido de suas mãos a quantia de 140\$000 réis para a compra de um terreno naquele local - curiosamente localizado em frente à casa de seu sedutor, Barros Júnior (136).

As acusações, ofensas pessoais e morais eram um conteúdo constante das críticas de Barros Júnior a Galvão que, por sua vez, tentava contestar seus argumentos considerados por ele como resultantes de interesses partidários e políticos.

Barros Júnior também chegou a criticar o estilo dos artigos escritos por Galvão e publicados pela imprensa. Mereceu como resposta de Galvão, em tom irônico, e "sem magestade de estilo" que o público e os amigos tinham nos escritos de Barros Júnior, o "modelo vivo e penetrante do sistema" (republicano), o qual eles sabiam "adotar nas suas polêmicas" pela imprensa (137).

Mesmo assim, Galvão não reconhecia perdida a batalha contra a crescente popularidade que Barros Júnior estava conquistando dia a dia. Em suas palavras, demonstrava que mesmo a habilidade literária de Barros Júnior e de seus amigos colocada em prática nos inúmeros artigos publicados

contra ele, não bastavam para desmotivá-lo a continuar com suas polêmicas pela imprensa ou mesmo a se render ao adversário.

Galvão confiava nos seus longos anos de experiência e permanência naquele local argumentando, num destes seus artigos, que para que Barros Júnior tivesse "um merecimento real, deveria contar com a "opinião pública, que é o juiz competente do mérito individual" (138).

3.5 O FIM DA FESTA

QUEM HA EM YTU TÃO FALTO DE CURIOSIDADE
QUE, TENDO ROUPA E DINHEIRO, NÃO VÁ AO
SALTO NO DIA DE SUA FESTA ?

(Imprensa Ytuana 31-01-1881)

A Festa de Nossa Senhora do Monte Serrat, tão antiga quanto a fundação de Salto, constituía um importante acontecimento popular e religioso de toda aquela região (139). Durante os dias da semana do dia 8 do mês de Setembro os moradores da cidade de Itu preparavam-se em romarias com a finalidade de participar destas festividades:

"Era o dia esperado com ansiedade febril o dia de exposição para os brancos, pretos, mulatos, cabras, caboclos, mamelucos e outras infinitas variedades que não sei classificar.

A multidão enchia a estrada e era muito para ver-se a diversidade das cores e vestimentas: casacas, jaquetas, calças modernas, antigas emigradas, vestidos, amazonas, saias, e tudo quanto havia de gosto e de mais casquilho na cidade" (140).

As pessoas que vinham para Salto transformavam a rotina daquele pequeno povoado: a "aristocracia, a democracia e as

classes menos favorecidas ali se aglomeravam" (141). As tradições afloravam na sua forma mais viva. Naqueles dias saíam às ruas toda espécie de condução: viam-se pela estrada do Salto "deligencias carregadas até o toldo, ali ... um grupo de moços ricamente montados, que gritam e abrem passagem galopando fogosamente, mais longe ... uma família pobre mas alegre, levando pequenas trouxas à cabeça e sapatos pendurados às costas por bordões" (142).

Ao chegarem a Salto, depois da missa de duas horas, as pessoas participavam dos divertimentos como o do "mastro ensaboadado", em que a disputa começava pelas "mulheres, a quem os balões impossibilitam a ascensão" e terminava "pelas crianças, sempre sem cuidado" (143); as Corridas de Cavalos, Touradas, Cavalinhos de Pau e o "Boisinho Bahiano" que era um divertimento que ocupava "18 personagens vestidos a caracter, conforme os papéis que desempenhão e é entremeiado de lindas canções populares e muito engraçadas" (144).

Além destes divertimentos, erguiam-se inúmeras barracas de "ramos e outras de pãnnos, com uma cobertura qualquer" (145), onde eram vendidos doces e também as de jogos. A procissão, quase sempre à tarde, e a queima de fogos especialmente executada pelo "pyrothecnico Joaquim Corneta" (146), encerravam aquelas festividades. Como moradores e participantes da vida local, Barros Júnior e José Galvão não ficavam à margem destes acontecimentos. Nestes dias e

principalmente, no dia da procissão de 8 de Setembro, em que se comemorava o dia da padroeira Nossa Senhora do Monte Serrat, várias doações em objetos e dinheiro eram praticadas frequentemente entre as pessoas que lá compareciam. Assim Galvão, em 1881, 1883 e 1886 havia doado, respectivamente, um relógio, um missal e 150 ações da Cia Ituana de Estradas de Ferro, além de muitos contos de réis àquela capela (147).

Como membro da Irmandade de Nossa Senhora, Galvão organizou, em 1882, a Festa da padroeira. No entanto, não deixou de sofrer críticas por parte do jornal *Imprensa Ytuana*, pois "esperava-se tanta coisa e finalmente os devotos ficaram em jejum, porque as festas, só teve o nome. A festa propriamente dita foi pauperrima, a igreja nada ostentava que indicasse que festejava a Senhora do Montesserrate e foi um arremedo. A verdadeira festa consistiu no Jogo - desde uma pequena venda na estação, pelas ruas, pelos negocios por todas as camadas sociais e sem o menor escrupulo" (148).

Nem mesmo os trens da Ituana escaparam às críticas: haveriam "acabado com a originalidade" daquela festa e transformado a romaria que saía de Itu para Salto em "insipida, perigosa, incomoda e altamente prosaica" (149). Nos trens especiais que corriam naqueles dias com passagens adquiridas por preço único e com antecedência, as viagens transformavam-se "num verdadeiro purgatório" (150), numa

"anarchia e confusão por não terem os carros classificação tornando-se a entrada geral à preço fixo" (151).

Em 1882, como em anos anteriores, a situação repetiu-se. Um destes passageiros, talvez o mesmo que havia publicado suas críticas pela *Imprensa Ytuana*, viajando num carro de primeira havia observado que o "tecto do mesmo com as armas imperiaes no centro, estava em toda a sua extensão salpicado de estrume de mosca" (152). A mesma observação talvez não fosse feita caso a festa tivesse sido organizada por Barros Júnior. Em 1887, ano em que participou ativamente do combate à epidemia da varíola, ele havia doado uma pia batismal de mármore; e em 1890 promoveu uma segunda festa da padroeira no mês de outubro "às expensas suas" (153).

A Irmandade de Nossa Senhora encarregava-se da Festa Religiosa que consistia em missas, procissões, fogos e alguns divertimentos populares. A parte profana ficava a cargo das barracas de jogos que pareciam invadir a localidade:

"a freguesia do Salto, essa futura cidade operária recebe a visita da Companhia dos batedores da corrupção, do descredito e da deshonra e não tem meios de reagir, não tem quem possa tolher-lhes os actos de indelicada e bestial negação do lícito e honesto" (154).

A única solução, para o autor desta crítica, seria retomar a antiga questão sobre a condição da freguesia à qual Salto havia sido elevada em 1885. Um pequeno destacamento local poderia solucionar o problema, pois "as espeluncas dos velhacos roleteiros e torpes jogadores do buzio, devem por honra daquela população de homens do trabalho ser banido violentamente de taes festas" (155).

A "Feira do Vício", como passou a ser denominada a parte profana daquelas festividades ficava repleta dos "beduínos da roleta". Havia "uma jogatina desenfreada por toda a parte e era interessante na sua boa fé o Zé-povinho a deixar-se depenar na roletas, buzios, cavallinhos de pau, loteria da fortuna, etc". (156).

Parece evidente que tanto a elite econômica como a política, que habitualmente participavam daquelas festividades para se divertir, sentiam que elas atraíam cada vez mais pessoas estranhas, capazes de configurar uma ameaça. Crimes como o assassinato de Joaquim Domingues de Oliveira, morto a pauladas pelo escravo Bento (157), ou "uma grossa pancadaria e alguns arranhões de faca entre romeiros" (158), são alguns dos acontecimentos publicados pela *Imprensa Ytuana*, que os atribuía ao efeito do álcool e do jogo. A "Feira do Vício" não poderia mais existir "a par com os grandiosos estabelecimentos do trabalho, do progresso e da civilização" (159): as fábricas de tecidos de Salto.

A embriaguez e o jogo, entretanto, não se apresentavam como comportamentos presentes apenas em tempos de festa, pois homicídios, jogo e embriagues são crimes e contravenções frequentemente encontrados nos livros da subdelegacia de Polícia de Salto em todos os meses do ano (160). O interesse da Imprensa Ytuana em criticar a "Festa do Salto", relacionando a presença das barracas de jogo à embriaguez, à vinda de uma grande quantidade deromeiros e sobretudo, ao aumento da criminalidade, estava voltado a sua determinação em dar um novo caráter à festa e a vida local. Predestinada a ser uma "futura cidade operária" na expressão da Imprensa Ytuana a qual me referi páginas atrás (160) - ou uma "Manchester Paulista", como gostavam de dizer os contemporâneos (161) - Salto já estava com seu destino traçado: ser o quintal da fábrica, cidade moldada pelo e para o trabalho fabril. Não é de estranhar, portanto, o temor das elites locais e do jornal republicano quanto à presença de "estranhos" com seu potencial de perturbação da cidade, embora isto ocorresse em uma escala quase insignificante comparada com as grandes capitais.

Mas estes temores tinham uma outra origem: como aliada de Barros Júnior, desde seus primeiros passos rumo a uma situação política favorável em Salto alcançada durante a epidemia de varíola, a Imprensa Ytuana não poderia perder suas conquistas políticas, sugerindo que Barros Júnior era o

único capaz de resolver o problema dos "desconhecidos" que invadiam a localidade.

Assim, com a elaboração em 1897 do Primeiro Código de Posturas pela Câmara de Salto, tendo à frente Barros Júnior esta preocupação foi incorporada em lei, dotando o poder público de instrumentos mais eficazes de controle social.

Num de seus artigos sobre as atribuições da polícia preventiva, o Código estipulava a cobrança de multas às pessoas que alugassem "quartos ou casas à pessoas desconhecidas e suspeitas" (163), regulando desta forma a vida privada das famílias e a presença de indivíduos estranhos àquela localidade.

NOTAS

NOTAS

(1) A Capela havia recebido primeiramente em 1700 a primeira doação, constituídas de metade do "Sítio Cachoeira" pertencente a Antonio Vieira Tavares. Em 1845 as Sras. Anna Benedicta, Maria Leopoldina e Rita Eufrosina, fizeram outra doação de uma pequena parte de suas terras.

ver:

CASTELLARI, Luiz. op. cit., 1971, pp. 26-27

"Salto de Ytu", I.Y., 24-10-1882, p. 4

(2) A irmandade "Restauradora ao Culto a Capela da Virgem Nossa Senhora do Monte Serrat" foi criada em 1858 e suspensa em 1878.

"Livro de Assentamento dos Irmãos de N.Sra. Montesserrate do anno de 1858" apud. CASTELLARI, Luiz. op. cit., p. 34.

"Irmandade Suspensa" I.Y., 21-09-1878, p. 3.

(3) "Salto de Ytu"., I.Y. 24-10-1882, p.4.

(4) "Papeis avulsos do anno de 1861- Arquivo da Prefeitura de Itu, apresentada na Sessão da Câmara do dia 8-4-1861" apud CASTELLARI, Luiz., op. cit., p. 35.

(5) Idem, ibidem, p. 35.

"Livro de Registros Gerais do anno de 1845 a 1862".
"registro do Plano de Arruamento da Povoação do salto"
apud. CASTELLARI, Luiz, op. cit., p.135.

(6) "Secção Livre Salto" I.Y., 23-06-1878, p. 3 . O autor
deste artigo se identificava apenas pelas iniciais J.B.S.

(7) Os últimos fôros foram pagos no ano de 1887. ver:
CASTELLARI, Luiz., op. cit., p. 68.

(8) "Depoimento do Major João de Almeida Matttos" in
Manutenção de Posse, ACCI-MRCI, 1o. Of., s/maço , 1902,
fl. 52v.

(9) CASTELLARI, Luiz. op. cit., p. 29.

(10) "Bairro do Salto", I.Y., 5-3-1876, p. 3.

(11) "Novo Hotel no Salto", I.Y., 24-03-1878, p. 4.

(12) "Salto de Ytu", I.Y., 24-10-1882, p.4.

(13) "Povoação do Salto", I.Y., 15-2-1879, p. 3.

(14) Idem, ibidem, p. 3.

(15) Idem, ibidem, p. 3.

(16) Idem, ibidem, p. 3.

(17) "Salto", I.Y., 17-7-1881, p. 2.

(18) Idem, ibidem, p. 2.

(19) Referiam-se às Posturas da Câmara de Itu que obrigavam os proprietários a matar os formigueiros existentes em terrenos de sua propriedade.

(20) "Livro de Atas do anno de 1882 a 1886 - Sessão 7-2-1883", apud: CASTELLARI, Luiz. op. cit., p. 80.

(21) "Salto", I.Y., 17-7-1881, p. 2.

(22) Idem, ibidem, p. 2.

(23) Idem, ibidem, p.2.

(24) "Salto de Itu", Gazeta de Campinas, 14-11-1885.

(25) "Secção Livre Salto de Itu", I.Y., 25-5-1887, p. 2.

(26) "A Povoação de Salto", I.Y., 24-4-1884, p. 1.

Apenas Anna Severiana de Assis Moura, possuía 32 escravos em 1879 em Salto. Ver: I.Y., 30-8-1879, p. 2.

(27) EISEMBERG, Peter L. "O Homem Esquecido: o Trabalhador Livre Nacional no Século XIX. Sugestões para uma pesquisa" in Homens Esquecidos SP, ed. Unicamp, 1989, p. 223.

(28) CONRAD, Robert., "Escravos abandonam as fazendas de São Paulo" in Os Últimos anos da escravidão no Brasil, RJ, Civ.Brasileira, 1978, p. 298.

(29) A rua das Flores constituia uma das vias públicas de Itu.

"Fuga de escravos", I.Y., 18-10-1887, p. 3

Conrad, Robert, op. cit., p. 305.

(30) "Secção Livre Salto de Ytu", I.Y., 25-05-1887.

(31) MARTINS, Ana Luiza, República um Outro Olhar SP., ed. contexto, 1989, p. 35.

(32) Idem, p. 35.

(33) CASTELLARI, Luiz, op. cit. p. 129.

(34) Idem, p. 129.

(35) Idem, p. 129.

(36) CASTELLARI, Luiz, op. cit., p. 134.

(37) "Afogada", I.Y., 21-09-1878, p. 3.

(38) "Afogado", I.Y., 30-10-1881, p. 2.

(39) "Pic-nic", I.Y., 03-02-1878, p. 3.

(40) "Navegação do Tietê", I.Y., 31-08-1878, p. 3.

(41) Idem, ibidem, p. 3

(42) José Ferraz de Almeida Júnior nasceu em Itu a 8 de maio de 1850. Em 1876, recebeu uma bolsa do Governo Imperial para

- estudar na França. Em 1899 foi assassinado.
- MARCONDES, Marcos Antonio (ed.), Almeida Júnior - Vida e Obra, SP., Art. ed. Ltda., 1979, pp. 49-51.
- (43) "Pic-nic", A Cidade de Itu 27-04-1899, p. 3.
- (44) BRESCIANI, Maria Stella - "Critica as Instituições Vigentes" in Liberalismo, Ideologia e Controle Social IFLCH-USP, Tese Doutorado, 1976, mimeo p.187
- (45) Idem, Ibidem p. 187.
- (46) Idem, Ibidem p. 187.
- (47) Idem, Ibidem p. 178.
- (48) Idem, Ibidem p. 178.
- (49) LARA, Silvia H. - "Cap. XIII O Público e o Privado" in Campos da Violência, RJ, Paz e Terra, 1988 p. 337
- (50) "Protesto apresentado por José Galvão ao Juiz Municipal" in Autos Cíveis de Protesto, 1o. Of., Maço 125, ACCI-MRCI, 1884 p. 2.
- (51) Idem, ibidem, p. 2.
- (52) "Contraproteto apresentado por Barros Júnior ao Juiz Municipal" in op. cit., 1884 p. 4v.

(53) Idem, ibidem p. 5.

(54) Idem, ibidem p. 5.

(55) Idem, ibidem p. 5. Neste processo Galvão acaba sendo intimado sobre os termos do Contraprotesto apresentado por Barros Júnior. O que sugere que ele supostamente teve alguma continuidade ou foi simplesmente abandonado.

Em 1884, Barros Júnior estava com 28 anos e Galvão com 50 anos.

(56) "Protesto apresentado por Barros Júnior ao Juiz de Direito", in *Protesto Judicial*, 10. DF., maco 133, ACCI-MRCI, 1888, p. 3.

(57) Idem, ibidem, p. 2v.

(58) Todas os Livros de Atas e documentos avulsos da Câmara de Itu, anteriores a 1930, foram totalmente destruídos numa incendio, impossibilitando assim uma pesquisa efetiva desta documentação.

(59) "Protesto apresentado por Barros Júnior ao Juiz Municipal", in op. cit., 1888, p. 3.

(60) "Considerações apresentada por Melchert & Irmãos ao Protesto de Barros Júnior", in op. cit., 1888, p. 10.

(61) "Sentença final em 22/2/1888", in op. cit., 1888, p. 13.

(62) Em 1880, Barros Júnior, instalava a segunda fábrica de tecidos em Salto. Em 1882, inaugurava a tecelagem com fios vindos da Europa, continuando assim até 1883 quando foram aumentadas as maquinarias de fiação.

(63) " 3a. Testemunha do autor: Major José Egidio da Fonseca" in **Manutenção de Posse**, 1o. OF., maço 125, ACCI-MRCI, 1883, pp. 52-54.

(64) "Requerimento de abertura da Manutenção de Posse enviada ao Juiz Municipal por Barros Júnior", in op. cit., p. 5.

(65) Idem, ibidem, p. 5.

(66) Idem, ibidem, p. 6.

(67) O Instituto do Novo Mundo era um externato ituano fundado em 1875 por J.C.Rodrigues. (Este dado aparece nos primeiros anos de atividade do Jornal Imprensa Ytuana).

BOOKWALTER, Leboy King., **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística**, SP, Typ. King, 1888, p. 577.

(68) "Primeiro Traslado da Escritura de Compra e Venda" in op. cit., p. 14.

(69) "Requerimento do procurador da Câmara Municipal ao Juiz Municipal", in **Ação Cível para Avaliação de Terrenos no**

Salto para Utilidade Municipal, 1o. OF., maço 124, ACCI-MRCI, 1883, p. 2.

(70) "4a. Testemunha: José Antonio de Almeida Teixeira", in Manutenção de Posse, 1883, pp. 54-56.

(71) "3a. Testemunha: Major Egidio da Fonseca", in op. cit., 1883, pp.52-54.

(72) "1a. Testemunha do réu: Ten. Coronel: José Pompeu de Campos Piza", in op. cit., 1883, pp. 60-63.

(73) Idem, ibidem p.61.

(74) "4a. Testemunha do réu: Francisco Boaventura do Amaral", in op. cit., 1883, p. 67.

(75) "6a. Testemunha do réu: Willian Walsh", in op. cit, p. 70.

(76) Idem, ibidem, p. 71.(grifo meu).

(77) "Razões apresentadas pelo autor em requerer a "manutenção de Posse", in op. cit., 1883, p. 89.

(78) "Razões de Barros Júnior, contra a Vistoria requerida pelo Juiz", in op. cit., p. 119-120.
Se o terreno em litígio estivesse sob a administração da Câmara de Itu, o arruamento poderia ter sido feito independentemente da aceitação de José Galvão que poderia

ter neste caso a propriedade desapropriada por utilidade pública.

(79) "Atestado Médico anexado ao processo pelo médico João Sofia", in op. cit., p. 32.

João Sofia era um médico italiano, residente em Itu. Era doutor pela Universidade de Nápoles e pela Academia do Rio de Janeiro. Antes de residir em Itu, Sofia morou alguns anos em Campinas.

(80) "Cópia do Parecer da Comissão permanente da Câmara Municipal", in Ação Cível para Avaliação de Terrenos no Salto para Utilidade Municipal, pp. 3-6

(81) Idem, ibidem, p.5.

(82) "Sustentação da exceção", in op. cit., 1883, p.22

(83) "Para V. M. Imperial agrava José Galvão", in op. cit., p. 50.

(84) Idem, ibidem, p. 51.

(85) Idem, ibidem, p. 51.

(86) "Carta de Sentença", in Sentença Cível de Provimento de Agravo em Favor de José Galvão, 1o. OF., maço 124, ACCI-MRCI, 1885, p. 138. - grifo meu

(87) NARDY FILHO, Francisco .Cidade de Itu, vol.II, p.284.

(88) Idem, ibidem, p. 284.

(89) CASTELLARI, Luiz. op. cit., p. 149.

(90) Idem ibidem, p. 150

(91) Idem, ibidem, p. 150.

(92) Salto foi elevada à categoria de Freguesia pela lei Provincial no.123, em 1885.

CASTELLARI, Luiz, op.cit., p. 82.

Imprensa Ytuana, 26-7-1887, p.3.

(93) "Salto de Ytu", I.Y., 6-7-1887, p.1 (grifo meu).

(94) O jornal "Correio de Itu" tinha possivelmente Barros Júnior como um de seus proprietários. Apenas em 1888 é que ele vai fundar o "Correio de Salto", folha bissemanal, republicana. A Imprensa Ytuana era um jornal diário republicano. Foram consultados os exemplares existentes entre os anos de 1876 e 1891.

CASTELLARI, Luiz, op. cit., p. 83.

A Imprensa Ytuana era um jornal diário, também republicano.

(95) "Ainda a questão da varíola no Salto" .. I.Y., 15-06-1887, p. 2.

(96) Idem, ibidem, p. 2.

- (97) Idem, ibidem, p. 2.
- (98) Idem, ibidem, p. 2.
- (99) Idem, ibidem, p.2.
- (100) Idem, ibidem, p. 2.
- (101) "Varíola no Salto", I.Y., 29-5-1887, p. 3.
- (102) "Declaração", I.Y., 14-6-1887, p. 3.
- (103) "Ainda a questão da varíola no Salto", I.Y., 15-6-1887, p. 2.
- (104) RAGO, Margareth, **Do Cabaré ao Lar: A utopia da Cidade Disciplinar**, RJ, Paz e Terra, 1985, p. 168.
- (105) "Ainda a questão da varíola no Salto", IY, 15-6-1887, p.2.
- (106) "Contra Varíola" da Inspetoria de Higiêne de São Paulo, I.Y., 20-6-1887, p. 2.
- (107) "Era o dia 25 de maio de 1887", I.Y. 02-10-1887, p.3.
- (108) Inventário de José Galvão de Franca Pacheco Jr., ACCI-MRCI, 2o. Of., Maço 71.
- (109) COSTA, Emília Viotti da. "Urbanização no Brasil no Século XIX", in **Da Monarquia à Republica: Momentos Decisivos**, SP, ed. Grijalbo, 1977, p. 193.

- (110) SALLES, Iraci Galvão., op. cit., p. 65.
- (111) CASTELLARI, Luiz, op. cit., pp. 77-78.
- (112) "Varíola no Salto", I.Y. 29-05-1887, p. 3;
"Confirmação", I.Y., p. 2.
- (113) "Varíola no Salto", I.Y. 2-6-1887, p.3.
- (114) CASTELLARI, Luiz, op. cit., pp. 104-105.
- (115) "Ainda a questão da varíola" , I.Y. 15-6-1887, p. 2.
- (116) Idem, ibidem, p. 2.
- (117) Idem, ibidem p. 2.
- (118) "Era o dia 25 de maio de 1887" , I.Y. 2-10-1887, p.3.
- (119) CASTELLARI, Luiz, op. cit., p. 106.
- (120) "Agradecimento", I.Y., 20-9-1887, in: CASTELLARI,
Luiz, p. 107.
- (121) "Ao público e especialmente aos meus amigos" , I.Y.
5-7-1887, p.3.
- (122) No Inventário de José Galvão estava relacionado alguns
números dos jornais da Imprensa Ytuana, que ele estava em
débito. Destes alguns coincidem com os artigos consultados
sobre a varíola em Salto.
- ACCI-MRCI, 1o. Of., Maço 71, 1889.

(123) "Anúncio", I.Y., 23-7-1887, p.2.

(124) "Honorários Médicos prestados durante o ano de 1887",
in Arbitramento de Honorários Médicos, dr. Antonio de Souza
Freitas, autor e José Galvão, réu, ACCCI-MRCI, 1o. Of., Maço
133, 1888, pp. 8 e 9.

(125) Idem, ibidem p.

(126) "Declaração", I.Y. 17-6-1887, p.2.

(127) Idem, ibidem, p. 2.

(128) Idem, ibidem, p. 2.

(129) Idem, ibidem, p.2.

(130) Idem, ibidem, p.2.

(131) "Ao público e especialmente aos meus amigos",
I.Y. 5-7-1887, p. 3.

(132) Idem, ibidem, p. 3.

(133) "Noticiário Geral", Correio Paulistano, 18-5-1875;
"Aulas no Salto", I.Y., 28-11-1880, p. 2.

(134) "José Galvão de Franca Pacheco Júnior", I.Y. 31-3-1889,
p. 2.

(135) CASTELLARI, Luiz, op. cit., pp.75-93.

- (136) "Declaração", I.Y., 17-6-1887, p. 2
- (137) "Ao público e especialmente aos meus amigos", I.Y. 5-7-1887, p.3.
- (138) idem, ibidem, p. 3.
- (139) A Festa do Salto ou Festa de Setembro como são conhecidas estas festividades à padroeira de Salto: Nossa Senhora do Monte Serrat originou-se certamente à partir da execução do Testamento do Fundador de Salto. Antonio Vieira Tavares.
- "Escritura de doação a Capella de Nossa Senhora do Monserrate", in: CASTELLARI, Luiz, op. cit., pp.26-28.
- (140) "A Festa do Salto", I.Y. 21-9-1878, p. 2.
- (141) "Festas no Salto de Ytu", I.Y. 27-8-1882, in: CASTELLARI, Luiz, op. cit., p. 59.
- (142) "Festa do Salto", I.Y. 30-1-1881, p.1.
- (143) Idem, ibidem, p.1.
- (144) "Grandes Touradas", I.Y. 6-9-1885, p.2.; "Festa do Salto", I.Y. 12-9-1880, p.4.; "Divertimento no Salto", I.Y. 5-9-1883, p.2.
- (145) "Festa do Salto" , A Cidade de Ytu, 18-10-1894, p.1.

(146) "Explendidas Festas do Salto", I.Y. 27-8-1882, in: CASTELLARI, Luiz, op. cit., pp.59-60.

(147) "Relogios de Salto", I.Y. 25-9-1881, in: CASTELLARI, Luiz, op. cit., p. 38; "Secção Livre", I.Y. 19-7-1883, apud: op. cit. p. 38; "Salto de Ytu", República 12-7-1906, p. 3; "Declaração", I.Y. 17-6-1887, p.2.; "Requerimento feito por José Galvão em 11 de nov.de 1886", in Autos de Insinuação de Doação, ACCI-MRCI, 1o. OF., Maço 129, 1886, p.2.

(148) José Galvão, foi eleito Mordomo da Irmandade em 18-9-1882

"Aviso -Irmandade de Nossa Senhora do Monte Serrat", I.Y., 25-9-1881, in: CASTELLARI, Luiz, op. cit., p. 38.; "Festa do Salto", I.Y 17-9-1882, p.2.

(149) "A Festa do Salto", I.Y 21-9-1878, p.2.

(150) Idem, ibidem, p. 2.

(151) "Companhia Ytuana", I.Y 17-9-1882, p.2.

(152) Idem, ibidem, p. 2.

(153) "Festa de Nossa Senhora do Monte Serrat, "I.Y. 21-8-1890, p.1.; "Festa do Salto", I.Y. 28-8-1890, p.2.

(154) "Jogatina" , I.Y. 24-9-1887, p.1.

(155) Idem, ibidem, p. 1.

(156) "Festa do Salto", A Cidade de Itu 18-10-1894, p.1.

(157) "Assassinato"., I.Y. 8-9-1883, p.2.

(158) "Conflito no Salto", I.Y. 24-9-1887, p.2.

(159) "Jogatina", I.Y. 24-9-1887, p.1.

(160) Actas da audiencias da Subdelegacia de Policia de Salto de 1889-1904; Livro de Inscricões de Entrada Saida dos detidos da cadeia local 1913-1917

(161) ver citação na página 181.

(162) "Desenvolvimento industrial de Itu", Correio Paulistano 16-02-1875 p. 1.

(163) Codigo de Posturas e Regulamentos do Cemitério da Camara Municipal da Villa de Salto de 1897, p. 22.

CAP. IV

O PATRÃO S/A

CAP. IV - O PATRÃO S/A

4.1 Câmara versus Fábrica

A instituição do regime Republicano, bem como a constituição da Vila de Salto, possibilitarem, administrativa e politicamente, uma nova gestão da vida local até então totalmente dependente das resoluções da Câmara de Itu. O Conselho de Intendência, depois Câmara de Salto, foi o órgão público responsável e fundamental para que a emancipação conquistada fosse plenamente exercida (1).

Dentre as primeiros projetos propostos pela Intendência Saltense, o registro de todos os moradores e comerciantes locais constituiu o primeiro passo para o estabelecimento de um sistema de arrecadação de impostos. Estes eram necessários não apenas para sanar as primeiras dificuldades econômicas daquela vila, como também para a manutenção dos órgãos político-administrativos, de alguns serviços públicos e certamente para garantirem as arrecadações futuras (2).

A construção de calçadas, o emplacamento das casas, a construção de cemitério estavam entre algumas das primeiras providências a serem executadas, além da instalação da iluminação pública com "36 lampeões com boquilha belga" que funcionaram precariamente devido ao alto custo do combustível e de sua manutenção (3).

A incorporação das antigas fábricas Galvão e, sobretudo a Barros Júnior, após 1891 - a que retornarei adiante - não

representou o afastamento de Barros Júnior daquela localidade nem mesmo da política. Entre 1890 e 1908, ele firmou definitivamente a sua condição de "Chefe Político Local", resultado de uma trajetória iniciada em 1883 como vereador da Câmara de Itu (4). Foi desde presidente da Intendência e Câmara Municipal, a Deputado Estadual em 1892-1894.

Como Deputado destacou-se como membro da Comissão de Estatística, Minas e Terras Devolutas pelo encaminhamento de projeto visando à elaboração de uma nova divisa territorial para Salto (5). O argumento era de fundo econômico, pois quando Salto havia se emancipado de Itu, em 1889, as divisas naturais, como os rios Tietê e Jundiáí, passaram a demarcar aquele território prejudicando a arrecadação de impostos que poderiam ser coletados das fábricas de Melchert & Cia. (papel) e de Octaviano P. Mendes (tecidos) e da Estação da Estrada de Ferro Ituana que, assim continuavam pertencendo a Itu. Desta forma, a Câmara de Salto via parte de suas rendas absorvidas por Itu, que consideravam um "município riquíssimo e que conta muitos elementos de prosperidade" (6).

Os limites estipulados por Itu criavam uma situação embaraçosa quer para a polícia, quer para os operários que trabalhavam nas fábricas além daqueles rios. Assim, o Senador Salles Júnior, ao apoiar o projeto de Barros Júnior, deixava claro que primeiro "existia no território contíguo,

no território ituano, uma população rural que, vive e comercializa com Salto. Essa população estava sob o peso de uma dupla contribuição, porque, morando em um município comercializava com outro. Segundo, que a distribuição da justiça e a ação da polícia não se fazem sentir nesse território, onde, além do mais, existem duas fábricas, uma de papel e outra de tecidos, cujo pessoal numeroso mora no Salto, ao passo que trabalha em município diverso" (7).

O projeto foi aprovado e, naquele mesmo ano, transformado em Decreto apesar de contrariar os interesses do Deputado Estadual Cesario Gabriel de Freitas, da Câmara de Itu, e dos proprietários das fábricas Pereira Mendes & Cia. e Melchert & Cia. que haviam enviado um requerimento à Câmara dos Deputados pedindo a conservação das antigas divisas. Estes últimos, de acordo com o argumento apresentado por Barros Júnior, queriam continuar pertencendo a Itu por considerá-lo um lugar mais desenvolvido e também porque eram considerados por ele como seus "inimigos pessoais e políticos" (8).

FÁBRICAS INSTALADAS EM SAO PAULO
1875-1910

INDIC	FUNDADORA	ESPECIALIDADE	OUTROS DADOS
José Castro de França Pa-beco	1875/1881	Fiação e Te- xtilagem	Arrendada para Arthur O'Sterry, por dívidas até 1874
Ys. -fre & T&ne	1876/	Danzonour e- tros	Transferida para Ito no mesmo ano
F&... de M&... -	1880/	Te-xtilagem	Esta fábrica não chegou a funcionar
Barros Jr.	1882/1880	Fiação e Te- xtilagem	Adquirida pela Cia e Cultura Paulista em 1891 (a mesma que adquiriu a fábrica Caldas)
Cia Industrial do S. Paulo	1887/	Fiação e Te- xtilagem	não chegou a funcionar na localidade
Octaviano Pereira Mendes	1882	Papel	não chegou a funcionar, mas o prédio já estava construído
Dr. José P. V&berice	1885/84	P. de M&ne	Transferiu-se para a cidade de Campinas em 1888
Monte-Barros	1887/1828	Octaviano P. Mendes Fiação e Te- xtilagem	Fábrica destruída por um incêndio em 1925
Fábrica de Papel Paulista	1887/	W&chert & Cia	Famou por vários proprietários e existe até hoje "Fábrica Salton (Ito), pertencendo ao Grupo S&A)
Berdini & Filhos	1890/	Manrique Mendini	
Fábrica S&lo	1900/	Trivisoli & Cia	Passou para Ito

1894/1894
Vendidas pelo Banco
da República a José
V&berice & Cia

1895/1897
H. Burrows de
H&cco & Cia

1900/1910
Adquirida pela
Sociedade Anglo-Americana
em 1908 adquiriu a
Fábrica de Papel de S&A
do E. D&ll'acqua de
São Roque, fundada em
1890 (Verdade)

1919
MASSIMAL S/A

Entre 1891 e 1919 com a sucessiva incorporação das fábricas de José Galvão e Barros Júnior por empresas de maior porte como a Companhia e Cultura de Tecidos de Algodão Paulista (1891-1894), a M. Buarque de Macedo & Cia. (1894-1897), a José Weissshon & Cia (1898-1904), a Societá per l'Indústria Italo-Americana (1904-1919) e Brasital S/A (após 1919), inaugurou-se uma nova forma de gestão de Salto. Este momento caracterizou-se pela presença das companhias industriais e sociedades anônimas como proprietárias e gerenciadoras daqueles empreendimentos, em oposição ao momento anterior em que as fábricas estavam personificados na figura de seus proprietários. Nesta nova situação, o patrão passava a ser um personagem abstrato, apenas um símbolo ou uma marca registrada das firmas sucessoras: Sociedade Anônima.

No entanto, a transferência daquelas primeiras fábricas de tecidos aliada aos interesses econômicos e expansionistas de seus novos proprietários interferiu diretamente nas resoluções e encaminhamentos políticos da Câmara local. A presença de Barros Júnior como Presidente da Intendência e depois Câmara Municipal, bem como a liderança que este representava junto aos demais vereadores, possibilitou a sua ação como intermediário dos interesses das firmas sucessoras.

Desta forma, estando o crescimento empresarial diretamente relacionado com a ampliação dos edifícios que

compunham a fábrica e também da aquisição de novas maquinarias, sucessivamente eram encaminhados à Câmara local requerimentos cujo teor provocava inúmeros conflitos em torno do uso e posse dos terrenos públicos. Esta situação favoreceu imensamente a estes novos proprietários, que obtinham ganhos nas suas reivindicações, já que prevalecia o poder privado " no controle dos terrenos estratégicos à expansão do Capital" (9).

Com este objetivo, a Companhia de Cultura de Tecidos de Algodão Paulista, que havia adquirido primeiramente a fábrica Barros Júnior, enviou um requerimento ao Conselho de Intendência em 1891 pedindo uma concessão perpétua de alguns terrenos públicos da Vila, visando o estabelecimento de um canal de derivação d'água (10), que "passando pela rua do Porto, siga até o largo da Matriz e d'este desce em direcção aos terrenos que a Companhia possui" (11).

A derivação das águas do rio Tietê consistia em desvia-las por um canal que, conforme esta descrição da sua trajetória enviada junto àquele requerimento, passaria pelo interior da Vila. Para que os operários e moradores não corressem o risco de cair nele, a Companhia se comprometia a instalar em toda a sua extensão, um gradil de ferro de ambos os lados. Neste mesmo requerimento pediam também o "previlégio para construir uma linha de bondes com tracção que mais convenha, que partindo da estação da linha ferrea Ituana passe pela Villa do Salto" (12).

Este requerimento, como outros enviados à Câmara local durante os finais do século XIX e nos primeiros trinta anos do século XX, vinha acompanhado de propostas de melhoria para Salto. Neste caso, a Companhia se comprometia a construir, além das grades de ferro, um edifício que pudesse "servir para as reuniões da mesma Intendência e Cadeia Local" (13). Estes edifícios seriam doados a Salto pois os prédios em que estavam as instalações destes serviços públicos pertenciam a particulares, sendo alugados para tal finalidade. A inexistência de prédios públicos e a deficitária renda local justificaram aquelas concessões (14).

No entanto, esta decisão veio prejudicar novamente a fábrica Galvão que, em abril de 1891, ainda não havia sido vendida àquela Companhia. Barros Júnior, mesmo não sendo mais o proprietário da fábrica de tecidos, se mantinha a ela ligado através de seu cargo público. Assim, Joaquim Galvão de Franca, irmão de José Galvão, elaborou um Protesto contra aquela decisão da Intendência, declarando que a obra de canalização do rio que aquela Companhia pretendia fazer "viria prejudicar a sua posse, direito e propriedade sobre as águas do rio" (15). Mesmo retomando uma antiga discussão que parecia estar já solucionada, este Protesto não foi levado em consideração pela Intendência, que indicou a Justiça Pública como a única que poderia resolver aquela questão.

A Intendência, mesmo presidida por Barros Júnior - nessa época, um influente Chefe Político Local - vivenciava uma outra situação. Tanto a fábrica como a população local haviam se diferenciado, principalmente com o aparecimento de outros grupos como o dos comerciantes, alguns deles italianos. Um abaixo assinado, com 70 nomes, enviado à Intendência, manifestava seu total apoio à concessão pedida por aquela Companhia, julgando que o seu desenvolvimento traria "incalculáveis benefícios para a localidade" (16).

Isto certamente acelerou o projeto de aprovação, daquele requerimento pelo poder público local, que estabeleceu o prazo de 5 anos para o início das obras. A Companhia de Cultura Paulista, agora também como proprietária da fábrica Galvão, enviou um novo requerimento à Câmara pedindo para aforar por "90 anos e por cinquenta mil reis anuais" os terrenos adjacentes a esta fábrica (17).

No entanto, nem as linhas de bondes nem o canal de derivação foram construídos e a Intendência deixou também de receber os prédios prometidos por esta Companhia que foi substituída, em 1895, pela firma M. Buarque de Macedo & Cia. Empresa mais moderna sob a denominação de "Fábrica de Tecidos Brasil", funcionava inclusive à noite, iluminada com energia elétrica através de um gerador próprio (18), num momento em que nem a vila possuía este tipo de iluminação, o que só ocorreria em 1906 com a inauguração da "Usina das Lavras", pertencente a Companhia Ytuana de Força e Luz (19).

Desta maneira, o poder local procurou incessantemente acompanhar o ritmo do Capital. A maior parte dos recursos disponíveis para os melhoramentos urbanos eram aplicados em ruas e terrenos que beneficiavam diretamente estas fábricas. Ruas amplas e iluminadas, pontes bem cuidadas destinavam-se a facilitar a livre circulação da sua produção e o vai-vem dos operários. Os constantes melhoramentos beneficiavam primeiramente àquela fábrica e, por extensão, a população moradora nas suas proximidades. Desta forma, resolvendo as dificuldades da fábrica estavam, indiretamente, suavizando os problemas encontrados na Vila.

As reivindicações de terrenos públicos por aquela companhia, e as sucessivas concessões refletiam também a estreita dependência de Salto à presença do empreendimento industrial que se não construíram aquela vila com recursos próprios, foram responsáveis pelo afluxo de pessoas que lá foram morar e também pelo nascimento e continuidade de uma atividade exclusivamente fabril. Transformaram "caminhos" em ruas públicas e o antigo Bairro de Itu em cidade datada de autonomia política.

Esta dependência refletia-se nas resoluções do poder municipal para o qual o bem estar dos empreendedores correspondia ao bem estar da vila, entendido como sinônimo da permanência da população local. Para eles, "todos os habitantes do pitoresco Salto nada mais fazem do que labutar

pela vida, pois quem necessita de trabalhar para viver, é forçoso que a isso se curve" (20).

"O que fazem os Saltenses ?". Respondendo a esta pergunta, o articulista "Nero" procurou demonstrar, através de seu artigo publicado no Jornal *A Cidade de Ytu* em fins do século XIX, a situação daquele local.

"Nesta Villa são os estabelecimentos industriaes o tudo da população. Nelles vão seus habitantes, ininterrupta e diariamente fazer jus ao seu salário, supportando muitas e muitas vezes as variações atmosphérica e o estado lamecento das ruas" (21).

Assim, constantemente a Câmara de Salto providenciava a construção de melhorias, como por exemplo, de um "sólido paredão, afim de se garantir o livre transito pela rua do Porto (a qual ligava a fábrica a estação da estrada de ferro), que pouco a pouco ia sendo solapada pelas águas pluviais e por vertentes subterraneas" (22).

Se inicialmente estes melhoramentos visavam proporcionar o efetivo funcionamento sobretudo da fábrica de Barros Júnior, através de projetos por ele encaminhados quando também era vereador em Itu, tal poder público local, permanecia garantindo a mesma política com relação aos interesses dos proprietários que sucederam as fábricas Galvão e Barros Júnior. No entanto, comerciantes, ao mesmo

tempo que apoiavam as concessões da Câmara em benefício das fábricas, julgavam-se prejudicados quanto aos impostos. Em 1894 elaboraram um abaixo assinado com o objetivo de conseguir a redução no valor dos impostos para a venda de suas mercadorias. Argumentavam que os estabelecimentos fabris "nenhum imposto pagão de vendas de seus produtos e que no entanto efetuão durante o ano, vendas avultadíssimas e pagão apenas um limitadíssimo imposto de fabricação" (23). Este conflito, colocava a Câmara Municipal, presidida por Barros Júnior, na situação de enfrentar a ação destes que por "equidade de direitos aos demais comerciãntes", teve aquele pedido deferido.

Decorridos pelo menos três meses em que a fábrica de Tecidos Brasil, pertencente a M. Buarque de Macedo & Cia., havia paralisado suas atividade (1897), ninguém "mais do que o operário pode sentir os resultados da falta de recursos para si e para a sua família quando vê-se impedido de trabalhar no lugar em que reside pela paralização do meio principal que fornecia-lhe os elementos indispensáveis ao seu passadio" (24).

Este fato alterou o "modus vivendi" daquela vila. "O proprietário do predio, o negociante de molhados e de fazendas, o padeiro e magarete, etc., querem receber o que é seu e, o freguez deixa de ser pontual em seus pagamentos porque também ainda não recebeu o que lhe pertence" (25).

O início das atividades fabris decorrentes da incorporação, por José Weissnon & Cia. (1898), trouxe a retomada da situação anterior. Assim, o Jornal "A Cidade de Ytu", anunciando a volta do funcionamento das fábricas de tecidos dizia que "muita gente operária" estava transferindo sua residência para ali, e que mais alguns negócios haviam sido abertos. (26).

A nova configuração de forças trazida pela mudança dos proprietários das fábricas, aliado ao crescimento e diversificação da população, contribuíram para o enfraquecimento do poder político de Barros Júnior. A venda de sua casa, a mudança de Salto e sua transformação em agricultor, em 1896, eram evidências de que ele "perdeu seu cabedal, tributo com que o destino recompensou a sua generosidade", (27) e que o seu poder fora dilapidado ao longo do tempo. Após o seu falecimento, em 1918, foram arrolados apenas um terreno em Salto e dinheiro existente em Monte-mor como seus bens, num valor inferior a um conto de réis (28).

A versão de Luiz Castellari sobre a perda de liderança por Barros Júnior, mostra a mudança dos componentes da Câmara local, em meados de 1899, como o principal motivo. Barros Júnior "descontente declarou não aceitar cargo algum" (29), (referia-se à presidência da Câmara local), alegando que a maioria de seus componentes não lhe tinha confiança (30). O seu sucessivo declínio político e o afastamento

definitivo depois de 1907, estavam profundamente relacionados com esta nova situação: novos políticos, nova população e, sobretudo, o novo poder econômico que havia incorporado aquelas fábricas. Se este poder econômico anteriormente estava localizado em Salto, naquele momento vinha de outras cidades e países como a Argentina, Chile e Itália. Era a introdução definitiva do capital estrangeiro, contra a política local e provinciana de Barros Júnior (31).

Com a incorporação das fábricas de tecidos por José Weisshon & Cia. ocorreram várias modificações na organização produtiva. Assim, as fábricas José Galvão com a denominação de "Jupiter" e a Barros Júnior, como "Fortuna", transformaram-se respectivamente em Fiação e Tecelagem (32). A produção anual, em 1901, era de 5.400.000 metros de tecidos de "algodãozinhos, riscados, zephir e brins", possuindo 400 operários, dos quais 2/3 eram estrangeiros (33). Investiram também em moradias, construindo um vila operária com 30 casas, além de uma farmácia e médico para atender seus operários (34).

Nesta mesma época, o relacionamento entre aquela fábrica e a Câmara Municipal mantinha a mesma política iniciada por sua antecessora M. Buarque de Macedo & Cia. A fábrica, que anteriormente já não pagava impostos para a comercialização de seus produtos, obtinha em 1901 a redução dos impostos sobre tear e também isenção do imposto predial,

comprometendo-se a "contribuir com alguma quantia para o conserto da rua do Porto" (35).

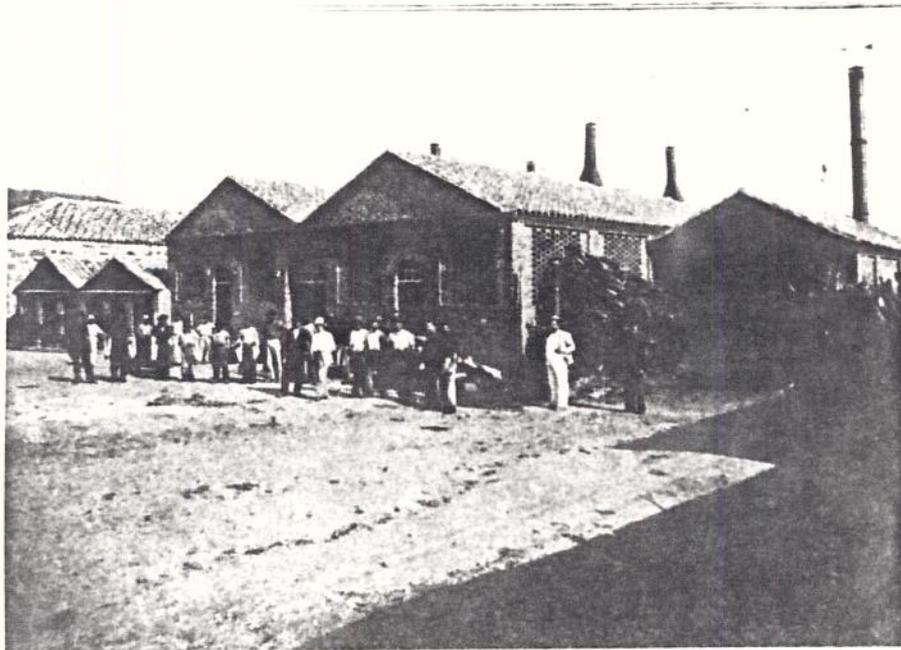
José Weisshon & Cia., objetivando a expansão das duas antigas fábricas originárias, iniciou a apropriação de terrenos públicos circunvizinhos que foram gradativamente incorporados ao seu patrimônio. Em 1904, vende aquelas fábricas à Societá per l'Esportazione e per l'Industria Italo-Americana, com sede em Milão e filiais na Argentina e Chile com a denominação de "Vedetta". A sociedade também adquiriu a fábrica de Papel de Salto (fundada em 1889) e a Tecelagem Enrico Dell'Acqua de São Roque (36). A transferência para a Italo-Americana fez com que os seus interesses fossem além da apropriação dos terrenos públicos e se estendessem por toda aquela vila.

Concessões de uso perpétuo de terras à beira do rio Tietê e de algumas ilhotas para a execução de obras para o aumento da força hidráulica foram obtidas da Câmara local pela Italo-Americana. Estas medidas ocasionaram o desaparecimento das lavadeiras, pescadores e algumas áreas de lazer, aparecendo no seu lugar canais, açudes e, por último, uma hidrelétrica (37).

A rua do Porto, que tantas discussões gerou na segunda metade do século XIX entre Galvão e Barros Júnior, foi em parte incorporada pela Italo Americana como forma de concretizar o objetivo de delimitar seu espaço físico dentro da localidade. Em 1910, através de um requerimento, pedia à



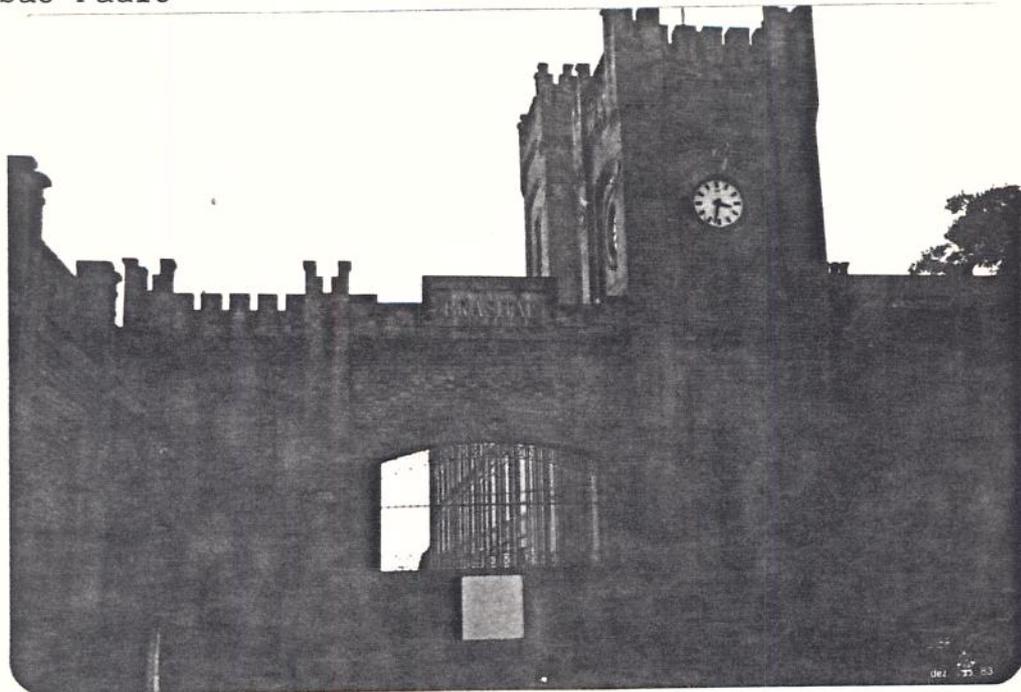
"Rua do Porto" antes da Construção
da Ponte Pênsil
Em primeiro plano: Fábrica Galvão.
Logo atrás a de Barros Júnior
Fonte - Salto História, Vida e Tradição



Uma das primeiras Fábricas de
Tecidos de Salto (provavelmente
a de Barros Júnior)
Fonte- Salto História, Vida e Tradição



Portão de entrada - Armazens Gerais Brasital S.A.
São Paulo



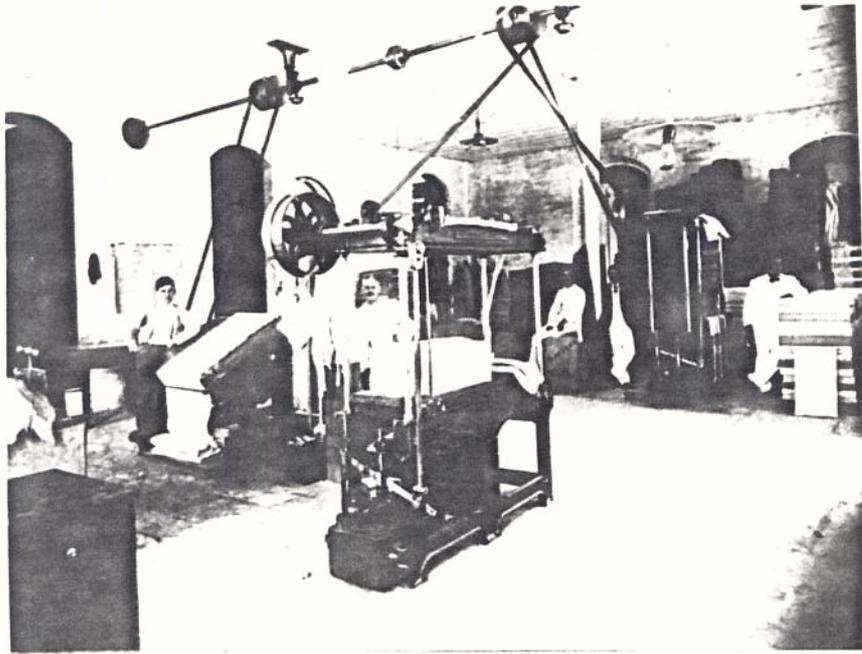
Portão de entrada - Brasital S.A. (Salto-SP)



Ponte Pensil-Salto (1990)
Foto- Anicleide Zequini Rossi



Ponte Pensil-Salto (1990)



Sala de Panos da Italo-Americana
no início do século



Carregamento de Tecidos produzidos
pelas fábricas de Salto (1920)

Câmara que reconhecesse por Ato Especial serem alguns terrenos anexos a ela "patrimoniais", obrigando-se em troca a construir um mirante e uma ponte metálica para facilitar a passagem dos pescadores e dos moradores da localidade.

A ponte metálica construída em 1913 simboliza, sem dúvida, a apropriação definitiva de um trecho de uma rua pública pela fábrica e a concretização de seu projeto de "fechar-se em si mesma". Esta ponte, construída em aço e madeira, proibia definitivamente a passagem dos moradores de Salto numa rua que até então era pública. Desta forma, pescadores, visitantes e saltenses que quisessem ver a Cachoeira do Tietê ou mesmo irem até o Porto das Canoas, tinham que contornar o lado externo da fábrica, passando e balançando na "Ponte Pensil" por ela construída.

Para além do portão de entrada, onde após 1919 foi estampada a letra "B" de Brasital S/A, sua penúltima proprietária, tinham acesso apenas os seus operários, num espaço privado da empresa em oposição à localidade formada por uma multiplicidade de pessoas e lugares de morar, entre eles a vila operária que construiu em 1912, com 30 casas na "Barra do rio Jundiá" (38).

Entre os anos de 1904-1919, Salto passou a ter cinemas, sociedade de socorro mútuo, luz elétrica, rede de água e esgoto, cadeia, telefone, teatro e coletoria federal. Foi elevada à categoria de cidade e teve a denominação - que até então, era "Salto de Itu" - reduzida para Salto,

conforme pedido enviado pela Câmara Municipal local à Comissão de Estatística do Senado Estadual, em 1917 (39).

Em 1918, o Capital da Italo-Americana era de doze mil contos, possuía 400 teares, 15.000 fusos e 1.300 operários, em uma cidade cuja população total não ultrapassava os 5.000 habitantes. Suas inúmeras máquinas eram movimentadas através de quatro turbinas elétricas de força de 800 cavalos, impulsionadas pelas águas do rio Tietê, cuja força hidráulica era de 18.000 cavalos (40).

Em 1919, com a mudança de acionistas esta companhia alterou sua razão social que passou a ser Brasital S/A (Brasital Sociedade Anônima para o Desenvolvimento e Comercial no Brasil). Formada por acionistas brasileiros e italianos, seguia a mesma política de sua antecessora, ou seja, tinha o objetivo de estender seu domínio sobre a cidade. Projetou e construiu quatro vilas operárias, a saber:

1920-1925 - Vila Operária Brasital, 244 casas;

1920-1924 - Chalés para Mestre e Contra-Mestres, 13 casas
(substituindo as casas operárias construídas
José Weisshon & Cia);

1924-1927 - Vila do Porto Góes, 20 casas (para atender os
empregados da fábrica de Papel);

1945-1946 - Vila da Barra do Tietê, 8 casas (41).

Para a construção da maior delas, a Vila Operária Brasital, a fábrica obteve, depois de vários acordos com a Câmara Municipal a isenção de todos os impostos e taxas municipais pelo prazo de 25 anos sobre as casas operárias que construíssem ou que futuramente fossem construídas, em quatro quadras ou quarteirões naquela cidade (42).

Instalou também um armazém de emergência para a venda de gêneros de primeira necessidade para os operários, um armazém, um açougue, uma creche, uma escola. Em 1922, a Brasital S/A adquiriu também Companhia Ituana de Força e Luz, ficando responsável pelo fornecimento de energia elétrica na cidade até 1927 (mais tarde transferida à Companhia Light and Power) e também pela Empresa de Água e Esgotos (43).

Em pouco tempo, a Brasital passava a ser proprietária de uma grande quantidade de terras na localidade. Assim, em 1920 os bens registrados no Cartório de Imóveis de Itu pertencentes àquela fábrica incluíam, além dos terrenos ocupados pelo edifício, todos aqueles que foram destinados posteriormente à construção daquelas vilas operárias.

Os próprios vereadores da época diziam que a Brasital já dominava a Empresa de Água e Esgotos assim como a Cia Ituana de Força e Luz, e agora pretendia dominar a cidade (44). De fato, afirmavam que esta "desde que assumiu a direção dos trabalhos de sua antecessora, continuando a exploração dos seus negócios neste departamento, tem tentado

conseguir da municipalidade as facilidades que possam beneficia-la na execução de seus planos, sofra embora o interesse do município" (45).

Neste momento, o poder local via-se mais uma vez constrangido pelos interesses dos proprietários da fábrica, que já detinham o poder econômico e estavam determinados a alcançar o político. Para isto, representando um partido político, lançaram a candidatura de "empregados seus e pessoas a ela ligados por interesse comercial", que foram derrotados por uma "esmagadora maioria" (46). No entanto mesmo criticando a Brasital, a municipalidade solicitava-a constantemente para a resolução de problemas locais.

Assim, "cae a ponte sobre o rio Jundiahy; surge o primeiro incidente sério, a primeira dificuldade real na vida administrativa municipal de Salto, e os independentes,...os jacobinos, os pro-homens do situacionismo de Salto, esquecem-se de sua independencia tão alardeada, põem de lado seu jacobismo tão arrolado e é a essa réles sociedade dirigida por ambiciosos, que eles vão pedir auxílio" (47).

Esta situação permaneceu pelo menos até a década de 50, quando outras empresas vieram se estabelecer em Salto, diminuindo o poder desta fábrica que, além da convivência

com outros interesses, teve também que partilhar a mão-de-obra local.

4.2 - OS ITALIANOS

A presença de algumas famílias italianas em Salto coincide com a presença das grandes companhias industriais no final do século XIX, intensificando-se consideravelmente com a chegada da fábrica Italo-Americana. Com ela vieram da Itália mestres, contra-mestres, professores e médicos que passaram a residir em Salto, especialmente contratados para conduzir os trabalhos nesta sua filial no Brasil. Além disto, esta empresa funcionou como pólo de atração para muitas famílias italianas que, saídas do trabalho das fazendas de café, passaram a considerá-la como um local possível e alternativo de trabalho na cidade (48).

Isto possibilitou a emergência de um diversificado comércio local, com vários estabelecimentos alguns de propriedade de italianos. Entre estes destacavam-se os hotéis, utilizados como moradias temporárias para aqueles empregados estrangeiros. O Hotel Saltense de Paschoal Martini & Cia. destacava-se em 1893, no atendimento a seus hóspedes, oferecendo "comidas brasileira, italiana e francesa, cerveja nacional e estrangeira, um variado sortimento de vinhos italianos, salames, queijos, etc., além, de quartos especiais para famílias" (49).

Outro hotel era o Saturno, de propriedade de Saturno Begossi, onde também se hospedou Felício Marmo que, através de suas Memórias de um Mestre Escola, deixou registradas suas impressões sobre aqueles que foram seus companheiros de hotel nos primeiros dez anos deste século. Lembrava que "à mesa, só falavam no idioma italiano ou conforme os casos e as oportunidades, em puro dialeto milanês e piemontês, o que se justificava, pois fazia pouco tempo que tinham chegado da Península" (50).

O número de italianos na cidade chegava também a dificultar a administração local. Durante um recenseamento escolar em 1920, os membros da Câmara Municipal, responsáveis por este trabalho, declaravam as dificuldades que estavam encontrando:

"a cidade é fora de qualquer dúvida uma das mais florescentes em nosso Estado sob o ponto de vista industrial, cujo, elemento operário bastante numeroso é constituído quasi totalmente de estrangeiros causando assim embaraços no serviço perfeito e completo do recenseamento em questão, pois não é raro se deparar com famílias que ignoram o nosso idioma" (51).

O caminho em direção ao trabalho fabril era repetido por cada família que lá se estabelecia. Assim, por preferência ou maior disponibilidade de oferta de trabalho, muitos se

dirigiam à Italo-Americana, onde geralmente tinham alguns "patrícios" e parentes já empregados. A fábrica não precisava recrutar trabalhadores, prática comum em outras regiões: uma família convencia a outra das vantagens do trabalho fabril.

A história da família de D. Maria P. pode exemplificar a trajetória destes imigrantes em direção à Cidade. Os pais de D. Maria, como tantos outros, saíram de Treviso solteiros e chegaram ao Brasil em 1887, para trabalhar em uma fazenda de café em Rio das Pedras, pertencente ao Barão de Serra Negra, onde se casaram. Até 1891, permaneceram nesta propriedade e, em 1899, mudaram-se para outra fazenda em São João da Bocaina, retornando em 1904 à fazenda do Barão, de onde fugiram para a fazenda Cabral naquele mesmo município. Em 1912, puseram-se a caminho de Salto.

O que motivou esta família a sair das condições existentes no campo onde "os imigrantes estavam à mercê dos proprietários das novas fazendas do Oeste paulista" (52) para a cidade, e especialmente para Salto? D. Maria contou que na fazenda, onde estavam morando,

"...tinha uma família que veio morar pra cá <Salto> e era conhecido dele, essa família era muito amiga dele <seu pai>
Então, o chefe da família, veio lá em Rio das Pedras, ele falou: - em Salto tá bom!, tem uma

fábrica boa né.....Meu pai queria mudar mesmo". "...Num dia só, entrou 6. Meu pai, meu irmão, minha cunhada e 3 de nós mulher. Eu tinha 16 anos, outra tinha 14, outra 18 e minha cunhada 18, e meu irmão tinha 20 " (53).

Trabalhar na Brasital constituía um destino já traçado para a maioria destas famílias e também uma opção facilitada pela contratação de numerosos operários num momento em que a fábrica estava em plena expansão de suas atividades. A preferência dada aos filhos de operários ativos na empresa, assim como a suas esposas, era uma estratégia de contratação que favorecia e conduzia todos os membros das famílias para o trabalho fabril, em uma única empresa. A primeira, a segunda e até a terceira geração de uma mesma família passavam, em geral, por aquela fábrica, e às vezes trabalhavam até na mesma máquina.

Ao completarem 12 ou no máximo 14 anos as mulheres eram encaminhadas para o trabalho fabril. A família era quem administrava a ocupação que cada uma delas, como contava D. Norma ao justificar a sua não entrada para aquela atividade.

"Depois minhas duas irmãs entraram né... elas fizeram 14 anos a mais velha foi. Eu não fui porque minha

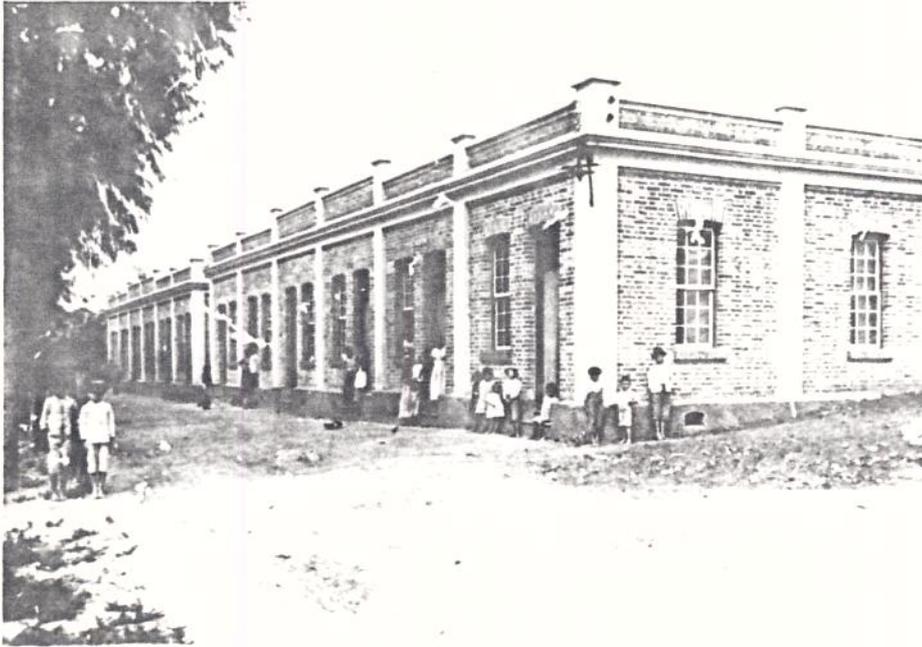
mãe achou que eu tinha dom pra costura não fui e minha outra irmã mais nova foi. As duas trabalhavam na mesma máquina. Então quando uma saía outra entrava: na mesma máquina" (54).

Ser operário da Brasital era também um primeiro passo para morar numa das Vilas Operárias que ela havia construído. Entre elas, a Vila Operária Brasital.

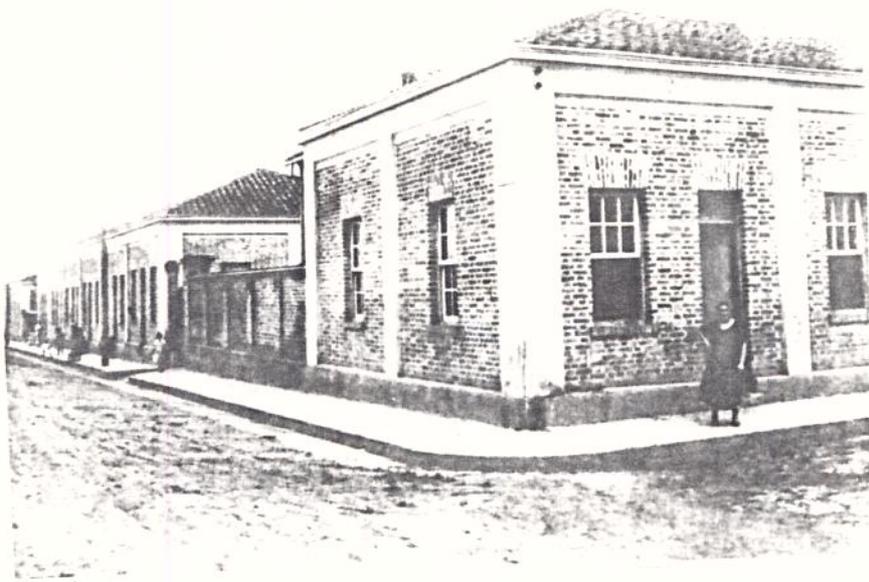
4.3- A VILA OPERÁRIA BRASITAL E SEUS MORADORES

A proposta visando a construção de um conjunto de casas, de variados tamanhos, para operários da fábrica Brasital foi encaminhada à Câmara de Salto em 1920 com o objetivo de "estabilisar mais os seus operários e obter por essa forma a melhoria da mão de obra e a maior perfeição de sua industria" (55)

Nas décadas iniciais deste século, Salto não apresentava bairros onde a população trabalhadora se concentrasse, ou onde residissem as pessoas com mais recursos. Num pequeno espaço moravam operários, comerciantes e dirigentes de fábrica. Entretanto, a construção desta Vila Operária em terrenos localizados no limite do espaço urbanizado determinou o lugar de morar para apenas algumas famílias operárias. (56). Toda a infra-estrutura, rede de água e esgotos e iluminação, já havia sido instalada ao longo do



"AS CASAS DA BARRA"
Vila Operária Construída pela fábrica de
tecidos Italo-Americana em 1911-12



Vila Operária Brasital
Fonte- Salto História, Vida e Tradição



Aspecto do "Quintalão" em 1983
Foto- Anicleide Zequini Rossi

período, cabendo à Brasital abrir algumas ruas para ligar a Vila Operária à cidade facilitando, dessa maneira, o acesso dos operários-moradores ao local de trabalho.

4.3.1- A FAMÍLIA E A CASA

Para se conseguir uma casa na Vila Operária Brasital existia uma seleção prévia feita pela fábrica empregadora. Nem todos os pedidos encaminhados à diretoria eram aceitos. No entanto, a frequência com que famílias italianas ou descendentes destes eram selecionadas para ocupar uma daquelas casas sugere que a procedência da família constituía um forte elemento para a escolha, e mesmo um componente importante para sua admissão naquele local. As facilidades encontradas pelas mulheres em conseguir um trabalho, antes mesmo que seus irmãos, também proporcionava às famílias com maior número de mulheres maiores chances de ter acesso àquelas moradias. Neste sentido, um grande número delas identificaram-se, nas entrevistas realizadas, como responsáveis e intermediárias entre a fábrica e a Vila. Pois, no final de cada mês, era do salário delas que descontavam o aluguel.

A construção de vilas operárias, desde o seu primeiro momento em fins do século XIX, representou uma "forma de reduzir o preço da força de trabalho, ampliar a capacidade de acumulação e induzir o trabalhador a permanecer no

emprego" (57). Destes três elementos, o último era a principal preocupação das famílias moradoras da Vila Brasital que para se manterem nas casas que haviam conseguido, lutavam pela permanência naquele mesmo trabalho até a aposentadoria. Ao casarem, tinham também que permanecer no trabalho e morando lá com a família, garantindo desta forma sua permanência na casa.

A dupla condição de operárias e donas de casa fazia com que as mulheres tivessem que conciliar o trabalho doméstico às "folgas" da fábrica, ou seja, à noite e nos finais de semana. D. Maria G., ao explicar a sua rotina diária, dizia que levantava-se de madrugada para deixar o almoço pronto e fazia também todo o serviço da casa. Aos domingos fazia, pão para a família e lavava roupas; as noites eram reservadas para passar e costurar (58).

4.3.2- O QUINTALÃO: UM ESPAÇO FEMININO

No planejamento inicial da Vila Operária Brasital, notamos que o chamado Quintalão - o quintal comunitário - foi idealizado para ter outros fins e não aqueles aos quais ele afinal serviu. Os quintais comunitários seriam "áreas bem cuidadas e arborizadas para que os filhos dos operários possam brincar em terreno apropriado, salubre e largo" (59).

Se a intenção original beneficiaria somente às crianças dos operários, o uso efetivo dos quintalões pelos moradores foi bem mais abrangente. A instalação no seu interior de bens de uso coletivo (tanques e fornos para pão) fez com que mulheres, crianças, e eventualmente os homens, compartilhassem o mesmo espaço.

Naquele local as mulheres encontravam um meio, pelo menos eficaz, para se organizarem na utilização dos fornos e dos tanques, denominados "vascões". Mas nem sempre dava tudo certo:

"no quintalão as vezes a mulherada quebrava o pau, porque uma queria o tanque e era pouco, então uma já pegava no sábado..." (D. Ana G.).

O Sr. Antonio via estas desavenças como pequenos inconvenientes do abuso praticado por uma ou outra moradora que, pretendiam reservar com exclusividade, ou em quantidade maior do que a necessária, tanques, coradouros ou fornos, surgindo daí leves incidentes, os quais eram solucionados pela presença de um fiscal permanente pago pela firma (60).

Embora fosse um espaço coletivo, reservado exclusivamente às famílias moradoras, o quintalão em determinados momentos se abria para o exterior, e muitas pessoas "de fora" para lá afluíam, principalmente em ocasiões das festas na Vila Operária, sobretudo as juninas.

Se os bens de uso coletivo foram apropriados pelos moradores, o mesmo não acontecia em relação ao próprio espaço físico do quintalão que continuava a ser o Quintal da Fábrica (61). As pessoas que não moravam naquela vila e participavam das festividades, estavam de certa forma ligadas aos seus moradores, quer por laços de parentesco, quer por amizade, Pois "ia quem queria, mas só que tinha que atravessar por uma casa" (62). No entanto, a fábrica era quem determinava, em última instância, a possibilidade ou não da realização das festas no quintalão e, por outros meios, tinha também garantida a seleção daqueles que iriam frequentá-las.

4.3.3 - DE MORADORES A PROPRIETÁRIOS

Na década de 60, iniciou-se a venda das casas da Vila Brasital aos moradores. Assim, muitos deles tiveram acesso à casa própria. Esta condição de proprietários era tornada pública por alguns moradores que fizeram amplas "reformas" na parte externa das casas, destacando-as dentro do conjunto. Os quintalões também foram vendidos nesta época, fato que também tornou-se evidente pelo aspecto que eles apresentam até hoje: os portões de acesso foram fechados e os bens de uso coletivo desapareceram.

A passagem dos operários-inquilinos para a condição de operários-proprietários foi um privilégio reservado apenas a

um pequeno número de famílias. Aquelas que conseguiram a casa própria colocavam constantemente, nas entrevistas realizadas, as dificuldades para pagá-las:

"comprei a casa em janeiro de 74 (mostra a escritura). Então, agora você veja: levamos seis anos pra pagar, né. Tá marcado.

Pagava por mês, veja o valor dela, cr\$ 6.480,00 o valor. Então a gente tinha que pagar em seis anos, então foi repartido. É....65 por mês e 300 por ano.

Os 65 por mês era bom, dava bem pra pagar, mais quando chegava no fim do ano prá tirar os 300....a gente ganhava 90 de abono. A primeira prestação, eu precisei emprestar de meu primo de São Paulo, ele deu na hora".(63)

A situação atual mostra a Vila Operária Brasital completamente descaracterizada, tanto no aspecto exterior das casas quanto pelo fato das famílias que lá residem atualmente não serem mais necessariamente operários da Brasital, hoje da Moinho Santista S/A. (64). Assim é que muitas moradias transformaram-se em casas de comércio, e mesmo aquelas onde ainda residem famílias foram, em sua maioria, descaracterizadas com reformas nas fachadas e na parte interna das casas.

Também o quintalão já há muito tempo estava progressivamente perdendo suas funções iniciais, dado que

inicialmente desapareceram os bens de uso coletivo (tanques e fornos), para no final do processo, quando da venda das casas, deixar de ser um espaço de uso comum com a sua venda sendo feita independentemente daquelas casas.

Um ex-morador, que viveu a transição desta Vila Operária, observava em seu depoimento:

"...Depois de muito tempo que tiraram o Vascão de lá, quebraram tudo...tiraram aqueles eucaliptos...serraram...capim, não tinha mais. Sabe, qual foi o mal da Brasital? foi vender as casas para os operários.

Depois que vendeu as casas....ai cada um fez o que quis: agora fazem loja, fazem....derruba, faz sobrado, faz garagem " (65).

Contudo, a descaracterização desta Vila Operária resultante de uma resolução da fábrica, colaborou não somente para a destruição de um patrimônio local, como também de um ponto de referência das pessoas que por lá passaram e lá viveram. Chamando-a ainda de "Vila Brasital", seus antigos moradores guardam apenas nas suas lembranças muitas histórias que contam àqueles que, como eu, estão interessados a ouvir.

NOTAS

NOTAS

(1) Salto foi elevada a vila pela Lei Provincial no. 68 de 27 de março de 1889.

CASTELLARI, Luiz, op. cit., p.87.

(2) Primeiro Livro de Termos de Nivelamento, Alinhamento e Alvarás de Licença da Vila do Salto para 1890.

Constam: nomes dos proprietários de casas e terrenos e comércio.

(3) "Salto", A Cidade de Ytu, 17-10-1897, p.2; "Villa do Salto: necessidades locais, 05-1-1898, p.1.

Primeira Sessão extraordinária do Conselho de Intendência de 16-4-1890; Sessão ordinária, 07-07-1891, in Livro de Atas da Intendência da Villa do Salto, pp.2 e 16; "Salto", I.Y., 6-7-1890, p.2; "Salto", 11-5-1890, p.1.

(4) "Villa do Salto de Ytu: Aos capitalistas e pessoas de bom gosto", A Cidade de Ytu, 8-12-1895, p.3.

(5) "Relação dos Deputados eleitos para 1892-1894", in: Anaes da Câmara dos Deputados de São Paulo, 1892, p. 145.

(6) "Sessão do Congresso 1o. de maio de 1893", pp. 116-121; 15a." Sessão ordinária em 27-4-1893", p. 102 in: Anais da Camara dos Deputados de São Paulo e Anais do Senado de São Paulo, pp. 61-67.

(7) Idem, ibidem, p. 117.

(8) Idem, ibidem, p. 117.

(9) Foot e Leonardi citam as cidades de Americana, Votorantim e Salto, como sendo cidades industriais nucleadas por uma grande fábrica.

FOOT, Francisco e Victor Leonardi História da Indústria e do Trabalho no Brasil SP, ed. Global, 1982, pp.175-176 e 178.

(10) "Tecidos e Cultura Paulista", I.Y., 19-10-1890, p.2.

(11) "Ata de 9o. Sessão extraordinária convocada especialmente para a Comissão de Sindicância do seu parecer sobre a canalização da água requerida pela Cia de Cultura de Tecidos de Algodão", in Atas da Intendência (1890-1895) pp. 10-13.

(12) Idem, ibidem.

(13) Idem, ibidem.

(14) O requerimento da Cia de Cultura de Tecidos de Algodão foi unanemente aprovado.

(15) " Ata da 9o. Sessão extraordinária convocada especialmente para a Comissão de Sindicância do seu parecer sobre a canalização da água requerida pela Cia de Cultura de Tecidos de Algodão", in: op. cit. pp. 10-13.

(16) Idem, ibidem.

(17) "5a. Sessão Ordinária da Intendencia 4-6-1891", in: op. cit., p.15v.

(18) "Salto de Ytu", A Cidade de Ytu 07-04-1895, p. 2 ;
19-5-1895, p.2.

(19) "Cia Ytuana Força e Luz", A Cidade de Ytu., 6-7-1907,
p. 2.

"Contrato de Fornecimento de Força e energia elétrica entre a Câmara Municipal de Salto e Cia Ituana de Força e Luz", in: 3a. Sessão extraordinária da Câmara de Salto 20-2-1907, Livro n. 3, pp. 59-62.

(20) "Salto de Ytu", A Cidade de Ytu, 18-6-1896, p.2.

(21) "Salto de Ytu", A Cidade de Ytu, 31-1-1897, p.1.

(22) "Salto de Ytu", A Cidade de Ytu, 18-6-1896, p.2.

(23) "4a. Sessão extraordinária da Câmara Municipal em 15-1-1894", in: Atas da Câmara Municipal de Salto, pp. 40-41.

(24) "Salto de Ytu", A Cidade de Ytu, 31-1-1897, p.1.

(25) Idem, ibidem, p.1.

(26) "Salto", A Cidade de Ytu, 27-11-1898, p.2.

(27) Barros Júnior colocou à venda suas propriedades para saldar uma hipoteca devida a Manoel José Ferreira de Carvalho Júnior.

"Aos Capitalistas e pessoas de bom gosto", A Cidade de Ytu, 8-12-1895, p.3; CASTELLARI, Luiz, op. cit., pp. 78-79.

(28) "Arrolamento" do Dr. Francisco Fernando de Barros Júnior, pelo seu filho Alexandre Luiz de Almeida Barros. ACCI-MRCI, 1o. Of., Maço 193, 1919.

(29) CASTELLARI, Luiz, op. cit., p. 79.

(30) Idem, p. 90.

(31) BOMBANA, João M. "A Origem da Brasital S/A e seu Desenvolvimento", in: O Trabalhador. (Salto SP), 06-11-1976, p.5.

(32) "A Indústria na Villa do Salto", A Cidade de Ytu, 7-6-1903, p.2.

(33) BANDEIRA JÚNIOR, Antonio Francisco - A Indústria no Estado de São Paulo., SP, Typ. Diário Oficial, 1901, p. 152.

(34) Idem, p. 152.

(35) "2a. Sessão extraordinária da Câmara Municipal de Salto" 21-3-1901, in: Atas da Câmara Municipal de Salto, Livro II p. 77.

(36) "Fábrica de Papel Paulista", República.(Itu), 31-5-1908, p.2.

(37) Sobre a construção da Hidroeletrica ver:

Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo, Atos do Poder Executivo Decretos: n. 2045, 1911 p.183; n. 3625, 1923 p.87; n. 2083, 1925 pp. 23-24; n. 4065, 1926 p. 156.

Esta usina hidrelétrica foi vendida em 1927 a Light and Power.

(38) "4a. Sessão extraordinária", **Atas da Camara Municipal de Salto Livro V**, 4-4-1912, p. 18.

MERLIM, José Roberto. **Salto, Industria, Rio e Espaço na Visão de um Arquiteto**, USP/S.Carlos, 1986, p. 67..

(39) "Representação ao Senado Estadual" in **Registro de Offícios e Correspondencias do ano de 1917 a 1919**, apud: CASTELLARI, Luiz. op. cit., p. 163.

(40) Salto SP, **Resposta ao Questionário para o Dicionário Histórico Geográfico e Ethnografico do Brasil 1918.**

MARTINS S.J., M.N., "O Salto de Itú (Estado de S. Paulo)", in: **Broteria: Série de Vulgarização Científica**, Braga, Portugal, Typ. Augusto Costa e Mattos, 1912, p. 79.

(41) MERLIM, José Roberto. Op. cit., p.67.

LIBERALESSO, Ettore. **História, Vida e Tradição**, SP, Imp. Of. do Estado S/A, 1987, p. 128.

(42) "2a. Sessão ordinária 4-3-1922" in Atas da Camara Municipal de Salto, Livro VII, p. 8.

(43) BOMBANA, João M., op. cit., 37-11-1976, p. 5.

(44) Idem, ibidem, p. 5.

(45) "Sessão extraordinária 22-3-1926", in: Atas da Camara Municipal de Salto, Livro VII, p. 83.

(46) Idem, ibidem, p. 83.

(47) "A Ponte do Rio Jundiaby", Jornal de Salto, 9-5-1926.

(48) Blay, Eva A., Vilas Operárias, FFLCH-USP, tese de Livre Docência, 1981, p. 48.

(49) "Hotel Saltense", A Cidade de Ytu, 14-9-1893, p.3.

(50) MARMO, Felício. Memória de um Mestre Escola, SP, Gráfica Bentivegna ed. Ltda., 1974, p. 55.

(51) Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Salto ao Secretário do Interior do Estado de São Paulo em 15-8-1920 fls. 4v.

(52) HALL, Michael M., "Italianos em São Paulo (1880-1920)", in: Anais do Museu Paulista, Tomo XXIX, 1979, p. 205.

(53) D. Maria P. (D. Mariquinha), ex-moradora da Vila Operária Brasital. Em 24-7-1897, tinha 90 anos foi a mais

idosa das entrevistadas.

(54) D. Norma ex-moradora da Vila Brasital. Estava em 4-8-1984 com 50 anos.

(55) Sobre a Vilas Operárias Brasital ver:

ROSSI, Anicleide Zequini. "As Casas da Fábrica- A Vila Operária Brasital e seus Moradores," in: *Boletim do Centro de Memória UNICAMP*, v.2, n. 3, jan/jun 1990, pp. 12-17;

"Requerimento da Brasital S/A 1-9-1920", in: *Atas da Camara Municipal de Salto*, Livro VI, pp. 128-129.

(56) A Vila Operária "Maria Zélia", construída na Capital, estava localizada junto à fábrica construtora.

BLAY, Eva A., op. cit., p. 292.

(57) Idem, p. 65.

(58) D. Maria G., moradora e proprietária de uma das casas da Vila Brasital em 19-3-1985, estava com 65 anos.

(59) "Requerimento da Brasital S/A", in: op. cit., pp. 128-129.

(60) Sr. Antonio A., um ex-morador da Vila Brasital, em 1985.

(61) Expressão usada pelo Sr. Adriano Z., ao referir-se ao Quintalão: "O Quintal da Fábrica". Em 4-8-1984 estava com 75 anos.

(62) D. Maria Aparecida e sua família chegaram em Salto em 1920. Em 2-4-1985, ela ainda estava morando, como proprietária, numa das casas da Vila Brasital.

(63) D. Ana B. e sua filha Ivone. D. Ana era tecelã. Na época desta entrevista (12-3-1985) ela estava com 71 anos. Faleceu em 1989, numa das casas da Vila Brasital, da qual era proprietária.

(64) A Brasital S/A foi incorporada pela "Moinho Santista S/A" em 1981.

LIBERALESSO, Ettore. op. cit., p. 227

(65) Sr. Adriano Z., ex-morador da Vila Brasital. Ver nota 61.

ANEXOS

ANEXO I

ISAIAH HOUGH, UM EXEMPLO DE TÉCNICO ITINERANTE

O texto a seguir, constitui uma reprodução de uma carta, enviada por John Hough ao Jornal O Estado de São Paulo em 9/03/1944, sobre a primeira fábrica de tecidos em São Paulo. Esta carta é um exemplo significativo da trajetória de um destes "especialistas" aqui no Brasil.

"Conheci muito o coronel Luiz Antonio de Anhaia desde 1887. Em conversa com ele sobre fábricas de tecidos, várias vezes me disse que fora o primeiro possuidor de uma fábrica de tecidos de algodão- fábrica São Luiz de Itu.

Essa fábrica era movida a vapor, por uma máquina vinda de Oldham na Inglaterra, provinha da casa Buckley e Taylor de Oldham, e todos os teares e outros maquinismos vieram da mesma cidade, das oficinas Platt Brothers & Co., em 1872, mais ou menos.

Os teares não eram automáticos, visto que as máquinas automáticas só foram inventadas muito tempo depois. O Coronel Luiz Antonio Anhaia abandonou a fábrica, em Itu, e foi à Inglaterra, no ano de 1882, mais ou menos para tratar com a firma Platt Bros. & Co. a aquisição de novas máquinas afim de instalar em São Paulo uma fábrica modelo, foi estabelecida no Bom Retiro, ao lado da estrada de ferro Inglesa. Conheci todo o pessoal da fábrica. Isto é, todos os

mestres principalmente, os quais eram os meus patrícios. A fábrica começou a funcionar entre 1885 e 1886.

Logo no primeiro ano de 1887, o Dr. Anhaia pediu-me que tirasse fotografia do exterior e interior da fábrica, com seus maquinários. tenho, até agora, em meu poder, diversas fotografias dele em companhia com seu filho Herculano.

Acerca da fábrica de tecidos do Major Diogo Antonio de Barros, posso falar com conhecimento de causa, visto meu pai, Isaiah Hough ter sido contratado, em 1876 por Platt Bros. & Cia para vir a São Paulo para ser mestre dessa fábrica em substituição a um tal Sr. Schofield que havia falecido e fora o primeiro mestre de teares.

A fábrica do major Diogo Antonio de Barros estava situada nos fundos de uma pequena rua que sai na rua Florencio de Abreu, pegada à rua Paula Souza. Meu pai, minha mãe e eu moramos nessa pequena rua e eu fiquei conhecendo todos os funcionários da fábrica. Posso garantir-lhe que somente uns dez meninos trabalhava naquela época e o seu serviço era feito nos "spools" e "coptubes".

A fábrica do Major Diogo A. Barros começou a funcionar em 1873, e a caldeira que servia para mover a maquina grande, bem como esta, eram de John Pritchard & Sons., de Oldham. Em 1886 o major Diogo de Barros foi para a Inglaterra, encomendou mais máquinas daquela firma e eu tive a oportunidade de estar com ele em Oldham.

Meu pai, em junho de 1887, deixou a fábrica do major e foi para Oldham. Daí seguiu para o Japão, afim de montar uma fábrica de tecidos de algodão em Osaca, e, completada sua missão, montou outra em Cobe, no que gastou quatro anos e meio.

Voltando do Japão, meu pai veio para Sorocaba, onde foi mestre da primeira fábrica de tecidos de algodão movida a vapor aí instalada, a qual pertencia ao Sr. Fonseca. A fábrica chamava-se Nossa Senhora da Ponte. Seu maquinário velho era originário de Oldham.

A segunda fábrica de tecidos de algodão, de estamperia e de chitas foi a Votarantim, também de Sorocaba, seguindo-se depois, a construção da fábrica Santa Rosália pertencente ao Sr. Frank Speers & George Detterer.

A fábrica de Manoel Guedes Pinto e Melo de Tatuí, instalou no ano de 1879-1880 e o primeiro mestre geral foi o Sr. John Kerworth. Esta fábrica era também movida à vapor. A caldeira e todos os seus pertences provinha de Oldham e meu pai trabalhou nesta fábrica entre 1897- 1901

Afim de fazer uma ideia das dificuldades para montar uma fábrica de tecidos, naquela época em virtude da falta de transporte ferroviário, basta dizer que a caldeira desta fábrica teve de ser arrastada por 50 juntas de bois, através de um caminho terrível, além de ter de atravessar os rios Sorocaba e Tatuí desde a Estação de Bacaetava, na estrada de ferro Sorocabana.

Visitei essa fábrica em 1940 e reparei que estavam em atividade teares fabricados por Platt Bros. & Co. em 1881, tendo o gerente feito um elogio às máquinas, dizendo que elas seriam capazes de trabalhar outro tanto, tal a perfeição com que foram fabricados.

Meu tio Francisco de Paula Bernardes trabalhou nessa fábrica de Tatuí denominada São Martinho, como contra-mestre, durante cerca de 40 anos a começar de 1888.

Havia também uma fábrica de tecidos movida a vapor em Santa Barbara no ano de 1889, pertencente ao Sr. Wilmott, a qual foi visitada por mim nesse mesmo ano.

Outra fábrica de tecidos de algodão de importância pertencia ao Sr. Queiroz de Piracicaba, e foi construída em 1884, mais ou menos, tendo seus maquinismos vindos também de Oldham.

A cidade de Jundiaí recebeu sua primeira fábrica de tecidos de algodão movidas a vapor em 1883-1884 a qual pertencia a Allam Baggot e John Barker.

Posso garantir que não houve nenhuma fábrica a vapor fundada antes dessa já mencionada, pois sempre estive em contato com o pessoal dessas fábricas e eles nunca mencionaram tal acontecimento. É impossível que tenha havido uma fábrica fundada, como dizem, em 1854, pois a Estrada de ferro Inglesa (São Paulo Railway) só pôs em funcionamento seus trens de carga em 16 de fevereiro de 1867 e assim sendo, os maquinismos não poderiam de maneira

alguma, subir a serra do mar e conseguir chegar a terra até Sorocaba, quer seja por meio de carros de bois, quer de burros.(1).

Antes de terminar estas reminiscencias, desejo também mencionar o fato de meu avô John Gledhill, ter sido um dos mecanicos de John Platt, Lower Moor Iron Works, Oldham, desde 1851 até 1866; meu tio, filho dele James Gledhill também trabalhou nas oficinas de John Platt durante 54 anos como aprendiz-ferreiro, ferreiro e ferreiro-mestre, tendo falecido em 1909.

Meu pai Isaiah Hough, serviu como aprendiz e mecanico até 1886 na firma Asa Lees & Co. Soho Iron Works, Oldham, firma que foi uma das primeiras a fabricar tecidos de lã e algodão, maquinas e teares fabricados por Asa Lees & Co., acham-se instalados actualmente na fábrica do Sr. F. Kowarick em Santo André- São Paulo." (2)

NOTAS

(1) Manoel Lopes de Oliveira foi um pioneiro da cultura do algodão em Sorocaba, que desde a época colonial possuía "uma indústria doméstica de tecidos grosseiros e algodão e de redes, mantida, sobretudo, pela clientela que a feira de muaras atraía todos os anos".

Em 1851, inaugurou uma pequena fábrica, mas em 1857 ainda não estava completamente montada, pois as máquinas chegaram aos poucos vindas da Inglaterra. Era empregado o vapor e a mão de obra constituída de escravos "improvisados de mecânicos, haviam estragado todo a maquinismo" e em 1861 já havia paralizado as suas atividades.

CANABRAVA, Alice P. op. cit. pp.277-279.

(2) HOUGH, John. "A Primeira fábrica de tecidos de algodão em São Paulo. Itu ou Sorocaba? in jornal O Estado de São Paulo 09/03/1944 fl. 08

ANEXO II

TRASLADO DA ESCRITURA DE COMPRA E VENDA

Livro duzentos e vinte e nove. Folhas vinte e dois. Escritura de encomenda comercial e compra e venda entre Samuel Irmãos & Companhia e José Galvão de França Pacheco Júnior na forma que abaixo se declara. Saibão quantos este virem que no ano de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e setenta e tres, nos vinte e um de junho nesta cidade do Rio de Janeiro, em meu escritorio compareceram partes juntas e contratadas como outorgantes encarregados da encomenda e vendedores Samuel Irmãos & Companhia, representados pelo socio Roberto Samuel com os poderes que lhe confere o respectivo contrato social, como outorgado e comprador José Galvão de França Pacheco Junior ambos residentes nesta corte e conhecidos das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas e estas de mim tabelião, do que dou fé, e por apresentaram a distribuição do teor seguinte - À se distribuiu uma escritura de encomenda de uma maquina para fabricar tecido, que entre si fazem Samuel Irmãos & Companhia e José Galvão de França Pacheco Junior. Rio, em vinte e um de junho de mil oitocentos e setenta e tres. Sa..... E pelo representante dos outorgantes me foi dito perante as mesmas testemunhas que conforme o ajuste feito com o outorgado se obrigaram a

mandar vir de uma das melhores fabricas da Inglaterra uma machina completa das mais perfeitas e acreditadas e respectivos utensilios e objetos a ela indispensáveis e sobressalentes de tecidos sob as seguintes condições:

1a. Deve a maquina ser de capacidade para produzir por uma semana tecido pelo menos correspondente a 9.856 libras de fio, recebendo o algodão bruto, não podendo ser a mesma maquina de menos de cinquenta teares e ter igualmente a necessaria construção para tecidos finaos, na maior proporção possível em relação ao numero de teares.

2a. Da data da presente escritura a nove meses deverá a maquina e todos os seus accessorios sobressalentes achar -se em Santos, os outorgantes, porém empregarão todos os esforços a seu alcance para que a maquina com todos os seus pertences seja posta em Santos antes d'aquello prazo se for possível.

3a. Daí será immediatamente conduzida para o lugar denominado Salto de Itu, onde se acha preparado o edificio que a tem de receber e a roda motora que é d'agua.

4a. Nesse edificio os outorgantes a farão assentar e estabelecer nas condições de trabalho perfeito. O outorgante pagará a passagem dos dois officiais que tem de assentar o maquinismo e seus ordenados por um anno, conforme o contrato

que fizeram na Inglaterra a contar do dia da saída de Liverpool.

5a. O Outorgado pagará aos outorgantes pela máquina entregue em Liverpool a importância de seis mil setecentos e setenta e duas libras esterlinas, preço ajustado, devendo o pagamento ser efetuado da maneira seguinte:

ao lavrar-se a presente escritura entregará o outorgado aos outorgantes o importância de quatro mil libras esterlinas; logo que a máquina e seus pertences estejam em Santos entregará o mesmo outorgado aos outorgantes a importância de nove contos de reis que será reduzida a libras esterlinas ao cambio desta praça na ocasião - Um ano depois de assentada a máquina no lugar convencionado, satisfará o outorgado aos outorgantes o que restar para perfazer o preço total de seis mil sete contos e setenta e duas libras esterlinas e mais a importância de todas as despesas de frete e juros, comissões, transportas, assentamentos, forragens, e juros a razão de seis por cento ao ano, conforme os contos que forem apresentados e

6a. Em compensação do seu trabalho e adiantamentos o outorgado pagará aos outorgantes uma comissão de cinco por cento sobre a importância total da máquina pertencas a todas as despesas que as mesmas fizerem, tendo nos termos da condição quinta.

7a. Na falha do cumprimento do contrato por parte dos outorgantes em dez meses da data desta escritura, salvo sempre o caso de força maior, pagarão estes ao outorgado a quantia de quinze contos de reis e na falta do cumprimento do estipulado por parte do outorgado pagará este aos outorgantes igual quantia de quinze contos de reis. Pelo outorgado foi dito que aceitava a presente escritura com as condições nella declaradas. Sob o mesmo teor foi pago nesta data por verba na Recebedoria do Rio de Janeiro a quantia de noventa e um mil reis de selo do que dou fé. E assim satisfeitos em petição que lavrei em minhas notas a presente escritura que lhes sendo lida, assinaram com as testemunhas João Maria da Costa Braga e Carlos Fortes da Bustamante Sá, perante mim Pedro José de Castro tabelião, que assinei. Samuel Irmãos Companhia = José Galvão França Pacheco Júnior = João Maria da Costa Braga = Carlos Fortes de Bustamante Sá = E copiado do proprio livro, em dia, mes e ano ao principio declarado. Eeu Pedro José de Castro, tabelião subscrevi, e assino em publico ...Em testemunho de verdade (estava o sinal publico) Pedro José de Castro. Estava uma estampilha de selo do valor de seis contos de reis, competentemente inutilisada=== Era o que se continha em dita escritura que me foi apresentada para ser reproduzida por copia legal e autentica qual me reporto, tendo da mesma bem a fielmente extraida a presente Publica Forma que depois conferi e comentei com o original e por acha-la em tudo conforme a

subcrevo a assino em publico e, outorgando a seo
portados juntamente com aquele dito original do que dou fé,
nesta cidade de Itu, aos dezoito de março de mil oitocentos
setenta e sete. Eu João Xavier da Costa, tabelião que,
conferi e assino em publico e

João Xavier da Costa

Itu,.....de Março de 1877

Inquirição de Testemunhas

Ten. José Galvão de França Pacheco e Samuel, Irmãos & Cia.

ACCI-MRCI, 1o. Of., Março 112, 1877.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

B I B L I O G R A F I A C O N S U L T A D A

I- Fontes Primárias Manuscritas

1- ARQUIVO DO MUSEU REPUBLICANO "CONVENÇÃO DE ITU"

FUNDO: ARQUIVO CENTRAL DA COMARCA DE ITU

1o. OFÍCIO

Autos de Protesto

Ten. José Galvão de França Pacheco - Protestante

Cap. Salvador Nardi de Vasconcellos- Protestado

1868 Maço 93

Ação de Liberdade de Escravos da Capela de Nossa Senhora do Monte Serrat

1872. Maço 102

Inquirição de Testemunhas

Ten. José Galvão de França Pacheco - Suplicante

Samuel, Irmãos & Comp. - Suplicado

1877 Maço 112

Precatória de Intimação

José Galvão de França Pacheco - Suplicante

Samuel, Irmãos & Comp. - Suplicado

1878 Maço 115

Protesto

José Galvão de França Pacheco - Protestante

Samuel, Irmãos & Comp. e Arthur D'Sterry - Protestado
1878 Maço 115

Avaliação de Terrenos para Desapropriação

Camara Municipal de Itu - Suplicante
José Galvão de França Pacheco e
Irmandade de Nossa Senhora do Monte Serrat- Suplicados
1883 Maço 124

Manutenção de Posse

Francisco Fernando de Barros Júnior e mulher - Autores
José Galvão de França Pacheco - Reu
1883 Maço 125

Protesto

José Galvão de França Pacheco - Suplicante
Dr. Francisco Fernando de Barros Júnior - Suplicado
1884 Maço 125

Agravo ao Tribunal de Relação do Distrito

José Galvão de França Pacheco - Agravante
Câmara Municipal de Itu - Agravada
1885 Maço 124

Insinuação de Doação

José Galvão de França Pacheco Jr. - Doador
1886 Maço 129

Ação de Arbitramento

Dr. Antonio de Souza Freitas

- Autor

José Galvão de França Pacheco

- Réu

1888 Maço 133

Protesto Judicial

Dr. Francisco Fernando de Barros Júnior

- Suplicante

Melchert & Cia

- Suplicado

1888 Maço 133

Ação Criminal

Antonio da Silva Teixeira

- Autor

Joaquim Galvão de França Pacheco

- Réu

1891 Maço 139

Agravo Cível

Arthur Aron

- Agravante

José Couto de Magalhães

- Agravado

1899 Maço 152

Inventário

Francisco Fernando de Barros

- Inventariado

1902 Maço 161

Testamento

Francisco Fernando de Barros

- Testador

Fernando Paes de Barros

- Testamenteiro

1902 Maço 162

Núnciação de Obra Nova

Câmara Municipal da Villa do Salto

- Autor

José Weissnon & Cia

- Reu

1902 Maço 163

Inventário

Octaviano Pereira Mendes

-Inventariado

Correa Pacheco e Silva

-Inventariante

1917 Maço 193

Arrolamento

Dr. Francisco Fernando de Barros Jr.

-Inventariado

Alexandre Luiz de Almeida Barros

-Inventariante

1919 Maço 193

Embargo

Câmara Municipal de Salto de Itu

- Autora

Cia Ituana de Força e Luz

- Reu

1935 s/ind. maço

2o. OFÍCIO

Notificação

Arthur D'Sterry

- Suplicante

Antonio de Moraes Navarro

- Suplicado

1879 Maço 03

Ação de Arbitramento

Dr. João Sofia

- Autor

José Galvão de França Pacheco
1882 Maço 03

- Reu

Inventário

José Galvão de França Pacheco Jr.
Joaquim Galvão de França Pacheco
1889 Maço 71

- Inventariado
- Inventariante

Embargo

Arthur Aron
Leopoldo Couto de Magalhães
1899 Maço 07

- Autor
- Reu.

"COLEÇÃO PRUDENTE DE MORAES" Museu Republicano "Convenção
de Itu"

Dossiê: Partido Republicano Paulista

2- ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO

Livro de Atas da Câmara de Salto (1896-1930) - Números de
I a VI.

3- ARQUIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO

Livro de Protocolos da Subdelegacia de Polícia
(1889-1903)

Primeiro Livro de Actas da Intendência da Villa do Salto
de Ytu (1890-1895)

Primeiro Livro de Termos de Nivelamento e Alinhamento e Alvarás, Licenças da Villa do Salto (1890-1898)

Livros de Termos de Delegacia da Villa do Salto de Ytu (1901-1904)

Livros de Inscrições de Entradas e Saídas dos Detidos da Cadeia Municipal (1913-1917)

Livro da Relação dos Internos no Hospital de Isolamento de Vitimas da Epidemia de Gripe Espanhola (1918)

4- ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Livro de Barreiras (Contém Balancetes de Arrecadação sobre Gêneros: Café, Gado, Tropas, etc. Relação dos produtores e valor do imposto pago).

Salto	lata 288-301	(1875-1876)
"	" 379	(1871-1877)
"	" 411	(1868-1878)
"	" 412	(1876-1878)

Ofícios Diversos

Itu	Caixa	279	Pasta 03	(1878-1887)
"	"	"	" 02	(1873-1877)
"	"	"	" 01	(1869-1872)

5- ARQUIVO DO CENTRO DE MEMÓRIA - UNICAMP

Fundo: Tribunal de Justiça de Campinas

Libelo Cível

Guilherme Van Wilck Ludgewood - Autor

Bierremback & Cia Irmãos - Reus

1o. Of. 1870 Cx.199/4162

Tratado aos Autos de Corpo de Delito Procedido sobre Máquinas em que são:

Guilherme Van Wilck Ludgerwood - Suplicante

João José Stirps - Suplicado

1o. Of. 1870 Cx.199/4175

Divisão de Terras

Souza Queiroz, Ralston & Cia - Autores

Antonio Pompão de Camargo e mulher - Reus

1o. Of. 1875 Cx. 218/4492

Arresto

Souza Queiros, Ralston & Cia

Antonio Horchurtz

1o. Of. 1883 Cx. 264/5210

Executivo por Aluguel de Casa

Guilherme P. Ralston

Antonio Quirino Simões & Cia

1o. Of. 1891 Cx. 301/5809

Executivo Hypotecário

Banco da República do Brazil

A Cia de Tecidos Carioba

10. 1898 Cx. 337/6361

Salto: (Estado de São Paulo) Respostas ao Questionário para o Dicionário Histórico Geográfico e Ethnográfico do Brasil para 1918

6- ARQUIVO DO REGISTRO CÍVIL DE PESSOAS NATURAIS DE SALTO

Livros de Registro de Casamentos (1890-1911)

7- ARQUIVO DO SEGUNDO CARTÓRIO DE NOTAS DE ITU

Livros de Registros (1867-1900)

8- ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Livros de Licenças Para Negócios (1877-1881)

9- BIBLIOTECA DA ESCOLA POLITÉCNICA DA USP-SP

Relatório da Viagem ao Estrangeiro pelo aluno Remigio de Cerqueira Leite. 1910.

II- FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

1- Jornais

O Ituano, Itu (1873-1875) - MRCI
Imprensa Ytuana, Itu (1876-1891) - MRCI
Cidade de Itu, Itu (1893-1911) - MRCI
República, Itu (1905-1914) - MRCI
Correio de Salto, Salto (1888: 1 Ex.; 1908,1910,1913,1918)
-MRCI
O Constitucional,SP (1875-1876) - AEL
Província de São Paulo, SP (1875-1876) - A. Estado
O Estado de S. Paulo,SP (1925, 1949) - AEL
Gazeta de Campinas,Campinas (1872-1873) - CMU
O Trabalhador, Salto (1949-50 e 1973-77) - Graf. do
Jornal O Trabalhador - Salto SP.
Jornal de Salto, Salto (1926) - Graf. do Jornal Taperá
O Fovo,, Salto (1931) - Graf. do Jornal Taperá
O Saltense, Salto (1928) - Graf. do Jornal Taperá

2- ALMANAQUES

Lisboa, José Maria. Almanack de Campinas para 1871,
Campinas, Typ. da Gazeta de Campinas, 1870.

Almanack de Campinas para 1872, Campinas,
Typ. da Gazeta de Campinas, 1871.

Luné, José Baptista de e Fonseca, Paulo Delfino da Almanack da Província de São Paulo para 1873, SP, Imprensa Oficial do Estado S/A reed. 1985.

Seckler, Jorge Almanack do Estado de São Paulo para 1890, SP, ed. proprietários Jorge Sckler & Comp., 1884, 1886 e 1890.

3- DOCUMENTÁRIO MUNICIPAL

Livro de Código de Posturas e Regulamento do Cimitério da Villa do Salto, Estado de São Paulo, SP, Typ. Abercio R. Moreira , 1897.

4- CONSTITUIÇÃO, ANAIS E LEIS ESTADUAIS

Colecção de Leis e Decretos de São Paulo, SP, Typ. do Diario Oficial (1889-1930)

Anais da Câmara dos Deputados de S. Paulo (1893)

Anais do Senado de São Paulo (1893)

Título VI: Do Poder Judicial, in: Constituição de 25 de março de 1824

5- RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE S. PAULO

Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística, SP, Typ. King, 1888.

6- GENEALOGIAS

ASSIS PACHECO BORBA, Frederico. Pacheco de Itu: Antepassados e Descendentes de Elias Antonio Pacheco da Silva, SP, Impressão Vaner Bicego, 1977.

----- . Itu e a Família Paula Leite de Barros SP, ed. Edicon, 1985.

BARROS, José de Paula Leite de.. Notas Genealógicas da Família Paula Leite de Barros, SP, 1935.

SILVA LEME. Genealogia Paulistana vols. 05,06 e 09, 1904.

SOUZA FILHO, João Baptista Apontamentos Histórico-Genealógicos sobre a Família Pacheco Silva s/ed., s/d.

7- RELATÓRIOS TÉCNICOS

Camara, J. Ewbank da (engenheiro) Caminhos de Ferro de São Paulo: Dados Técnicos e Estatísticos, RJ, Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1875

Rizzi, Ezio Relatório sobre a Usina das Lavras: Rio Tietê, Salto de Itu, Light S. Paulo, Mimeo, 1937.

Os Exercícios Práticos da Cadeira de Mecânica Aplicada em Máquinas in Revista Politecnica Vol. VIII, SP, Typ. Brazil de Rothschild & Co. 1917.

8- VIAGENS

ABREU, Manoel Cardoso de, "Divertimento Admirável", in: RIHGSP, vol V, 1899.

BEYER, Gustavo, "Ligeiras Notas de Viagem do Rio de Janeiro à Capitania de São Paulo no Brasil, no verão de 1813, com algumas notícias sobre a cidade da Bahia e a Ilha Tristão da Cunha, entre o Cabo e o Brasil e que há pouco foi ocupada", in: RIHGSP, vol. XII.

Saint-Hilaire, Auguste Viagem à Província de São Paulo e Resumo das Viagens ao Brazil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai, 2a.ed., Sp, Livraria Martins ed., 1945

..... Segunda Viagem a São Paulo e Quadro Histórico da Província de São Paulo, Sp, Livraria Martins ed., 1953.

Zaluar, Emílio Perigração Pela Província de São Paulo, SP, ed. Cultura, 1943.

Florence, Hercules Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825- 1829, SP, ed. Melhoramentos, 1948.

9- MEMÓRIAS

MARMO, Felício. Memórias de um Mestre Escola, SP, ind. Gráfica Bentivegna ed. Ltda., 1974.

HOUGH, John. "A primeira fábrica de tecidos de algodão em São Paulo. Itu ou Sorocaba?", in: Jornal O Estado de São Paulo, 09/03/1944.

TAMM, Paulo. A Família Mascarenhas e a Indústria Têxtil em Minas, Belo Horizonte (MG), Papelaria e Livraria Brasil, 1940.

III- BIBLIOGRAFIA

Almeida Junior: Vida e Obra, SP, Art. ed. Ltda., 1979

ALMEIDA, Maria Sueli K. Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil, SP brasiliense, 1982.

ALTMANN, Ana Maria Goldani e Carlos Eugenio de Carvalho Ferreira. La Situation de l'Enregistrement des Faits D'État Civil au Brésil, mimeo, 1981.

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. "Notas sobre a família num grupo de operários Têxteis", in: José Sergio Leite Lopes, Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação, RJ, ed. Paz e Terra, 1979.

ALVIM, Zuleika M.F., Brava Gente!, SP Brasiliense, 1986.

AZEVEDO MARQUES, M.E. de Apontamentos Histórico, Geográfico, Bibliográfico e Noticiosos da Província de São Paulo, SP, ed. Itatiaia/Edusp, reed.1980.

BANDEIRA Jr. Antonio Francisco A Indústria no Estado de São Paulo 1901, SP Typ do Diário Oficial, 1902.

BAPTISTA, José Luiz. O Surto Ferroviário e seu Desenvolvimento RJ, Imprensa Nacional, 1942.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. **Família Colona: Italianos e seus Descendentes numa Fazenda de Café Paulista 1895-1930**, mimeo, 1985.

BEIGUELMAN, Paula. **A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro**, SP, Livraria Pioneira ed., 1968.

BÉGUIN, François. "Les Machineiries Anglaises du Confort", in **Recherches**, n.29. Fontenay, Sous Bois, 1978.

BLAY, Eva A. **Vilas Operárias**, Tese de Livre Docência IFLCH-USP, mimeo, 1981.

-----, "Dormitórios e Vilas Operárias: o Trabalhador no Espaço Urbano", in: Lícia do Prado Valladares (org) **Habitação em Questão**, RJ, Zahar ed. 1981.

-----, "A Participação da Mulher na Indústria Paulista", in: **América Latina** ano 10 n. 1 janeiro-março 1967.

-----, **Trabalho Domesticado: A Mulher na Indústria Paulista**, SP, Ática, 1978.

BONDUKI, Nabil G. "Origens da Habitação Popular em São Paulo: primeiros estudos", in: **Espaço & Debates**, ano 2 n. 5, 1982.

BOSI, Ecléa, **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**, SP, T. A. Queiroz ed., 1979.

BRESCIANI, Maria Stella Martins, **Liberalismo, Ideologia e Controle Social (um estudo sobre São Paulo 1850-1910)**, IFLCH-USP, Tese de Doutorado, 1976.

-----, "Metrópolis: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)", in: Revista de História, v. 5, 8/9, 1985.

-----, Londres e Paris no Século XIX: O Espetáculo da Pobreza, Col. Tudo é História n. 52, 1985.

-----, A Questão Urbana: Cidades Técnica e Política (texto apresentado para discussão do grupo de cidades da Anpuh, núcleo São Paulo), mimeo, 1988.

BRITO, José do Nascimento Meio Século de Estradas de Ferro , RJ, Livraria São José, 1961.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio Monções, Coleção Estudos Brasileiros, RJ, 1945.

-----, "Prefácio do Tradutor" in: Thomas Davatz, Memórias de um Colono no Brasil (1850) , SP, Livraria Martins, 1941.

CAMPOS, Ernesto de Souza. "Subsídios para a História de Itu e Sorocaba", in: RIHGSP, vol. L. 1953.

CAMILLO, Ema Elisabete Rodrigues. Guia Histórico da Indústria Nascente em Campinas: 1850-1930, Centro de Memória-Unicamp, mimeo, texto inédito, 1990.

CANABRAVA, Alice P. O Algodão em São Paulo 1861-1875, 2a. ed. SP, T.A. Queiroz, ed., 1894.

CANO, Wilson e Luiz Carlos Cintra, Algumas medidas de política econômica relacionadas à industrialização brasileira (1874-1870), mimeo, Unicamp, 1975.

CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, IFCH-Unicamp, 1975, mimeo.

- CAMARGO, Aspásia Alcantara de. " O Ator, o Pesquisador e a História: Impasses metodológicos na Implantação do CPDOC" in: Edson de Oliveira Nunes (org.) A Aventura Sociológica, RJ, Zahar ed. 1978.
- CARDOSO, F.H., "condições Sociais da industrialização: o caso de São Paulo" in Revista Brasiliense, n.26, 1960.
- CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Tramas e Fios: A Fábrica Têxtil em Minas Gerais IFCH-Unicamp, 1986, mimeo.
- CARVALHO Franco, Francisco de Assis, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, SP, ed. 1954.
- CASTRO, "Um Borrador Antigo", in: RAMSP, vol.XXVIII, 1936.
- CASTRO, Ana Célia. As Empresas Estrangeiras no Brasil 1860-1913, IFCH-Unicamp, 1976 mimeo.
- CONRAD, Robert. Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil, RJ, Civilização Brasileira, 1978.
- CORBIN, Alain. Saberes e Odores: O Olfato e o Imaginário Social nos Séculos Dezoito e Dezenove SP, Cia das Letras ed. 1987.
- CORREA, Mariza. "Mulher & Família: um Debate sobre a Literatura Recente" in BIB- Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, n. 18.
- COSTA, Emilia Viotti da. Da Monarquia à República: Momentos Decisivos SP, ed. Grijalbo, 1977.
- . Da Senzala à Colônia, SP, Difel ed. 1966.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. O Espelho do Mundo. Juquery, a história de um asilo, RJ, Paz e Terra, 1986.

DEAN, Warren A Industrialização de São Paulo 1880-1945 3a. ed. SP/RJ DIFEL ed.

-----."A Fábrica São Luiz de Itu: Um Estudo de Arqueologia Industrial" in Anais de História, Assis, 1976

-----."A Industrialização Durante a República Velha" in FAUSTO, Boris (org.) O Brasil Republicano vol.08 História Geral da Civilização Brasileira, SP, Difel, 1975.

DEBERT, Guita G., "Problemas Relativos à Utilização da História de Vida e História Oral" in Ruth Cardoso (org.) Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa SP, Paz e Terra, 1986.

DEBES, Célio. "Relações de Trabalho no Brasil: Aspectos de sua Evolução Histórica (1822-1917), in: Anais do Museu Paulista tomo XXXI, 1982.

DE DECCA, Edgar. O Nascimento das Fábricas, Col. Tudo é História n. 51, 1986.

De DECCA, Maria Auxiliadora A Fábrica de Tecidos São Luiz: Marco da Industrialização em São Paulo, Mimeo, Processo Condephat no.22338/82.

-----. A Vida Fora das Fábricas - Cotidiano Operário em São Paulo 1927-1934, IFCH-Unicamp, 1983, mimeo.

DIAS, Everardo História das Lutas Sociais no Brasil, SP, ed. Egaglit, 1962.

DURHAN, Eunice. A Caminho da Cidade: a Vida Rural e a Imigração para São Paulo, SP, ed. perspectiva S/A, 1973.

- EISENBERG, PETER L., Homens Esquecidos. Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil Séculos XVIII e XIX, Campinas (SP), ed. da Unicamp, 1989.
- EGAS, Eugênio. Os Municípios Paulistas SP, Publicação Oficial, 1925
- EGLER, Tamara Tânia Cohen. Moradia e Trabalho em Rio Tinto mimeo, s/d.
- ELLIS Jr. Alfredo, O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano: Pesquisas nos documentos Seiscentistas publicados pelos Governos Estadual e Municipal, SP, Typ. Piratininga 1o. edição, s/d.
- EVANS-PRITCHARD, E.E., "Tempo e Espaço", in Os Nuer, Sp ed. Perspectiva, 1978
- FONSECA, Antonio A. da "Tipos Ituanos", in: RIHGSP, vol. II, 1897.
- FOOT, Francisco e Leonardi, Victor História da Indústria e do Trabalho no Brasil, SP Global ed. 1982
- FORJAZ, Dr. Dijalma Ensaio de um Quadro Demonstrativo do Desmembramento dos Municípios até 31 de Dezembro de 1940 SP, Departamento Estadual de Estatística, 1941.
- FREITAS, Affonso A. de, "Visita às fundações da sociedade anonyma da indústria de seda nacional de Campinas", in: RIHGSP, vol. XXV.
- GARCIA, Redondo. "A Primeira Concessão de Estrada de Ferro dada no Brasil", in: RIHGSP vol VI.

GASPAR, Antonio Francisco e Aluísio de Almeida Luiz Matheus Maylasky (Visconde de Sapucahy), Tomo I, SP, Typ. Cupolo, 1938.

GONÇALVES, Maria Cândida Rodrigues, Vilas Operárias: Condições e Trabalho dos Operários Moradores de Vila da Torre, mimeo, s/d.

GRELLET, J. Almeida Capivari 1832-1932, SP, Empresa gráf. da Rev. dos Tribunais, 1932

HALL, Michael M., "Italianos em São Paulo (1880-1920), in: Anais do Museu Paulista, tomo XXIX, 1979.

HOMEM DE MELLO, "A Primeira Concessão de Estradas de Ferro dada no Brasil" in RIHGSP vol. VI. SP, 1902.

"Homenagem ao Máximo Benfeitor de Itu: Joaquim Bernardo Borges" (em sessão magna da Câmara Municipal de Itu em 15 de nov. 1921), in: RIHGSP vol. 25.

IANNI, Octavio, Uma Cidade Antiga, Campinas SP, Ed. da Unicamp/Museu Paulista, 1988.

KATINSKY, Julio Roberto. "As Máquinas e a Cidade" in: A Invenção da Máquina a Vapor, FAU-USP, 1976, mimeo.

KOWARICK, Lúcio e Clara Ant, "Cotico: cem anos de promiscuidade" in Novos Estudos CEBRAP vol 1 n. 2, 1982.

LAPA, José Roberto do Amaral, A Economia Cafeeira Col. Tudo é História n. 72, 1983.

-----, Modos de Produção e Realidade Brasileira, Petrópolis, Vozes, 1980.

LARA, Silvia. Campos da Violência. Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808, RJ, Paz e Terra, 1988.

"A Lavoura de Cana em São Paulo no anno de 1880-Ofício da Camara de Porto Feliz ao Príncipe Regente" in: RINGSP, vol. VI, 1902.

LEITE, Miriam L. M., "O Espaço Feminino (1880-1850), in Anais do Museu Paulista tomo XXX, 1980/81.

LEMOS, Carlos A.C. Cozinhas etc. SP, ed. Perspectiva, 1976.

LIMA, Sandra Lucia Lopes. O Oeste Paulista e a República, SP, Vértice, 1986.

LOMONAGO, Alfonso. Al Brasile, Milano, Leonardo Vallardi ed., 1889.

LOPES, José Sergio Leite. "Sobre os Trabalhadores da Grande Indústria na Pequena Cidade :Crítica e Resgate da Crise do Brasil Arcaico", in:Cultura & Identidade Operária UFRJ/Museu Nacional, ed. marco zero, 1987

-----A Tecelagem dos Conflitos de Classe: Na Cidade das Chaminés, SP, Marco Zero ed., 1988.

LUIZ, Washington Capitania de São Paulo, SP, ed. Brasiliana, 1938

MACHADO CARVALHO, Roberto. "A Atuação do partido Republicano Paulista na República Velha: A Formação do Partido Democrático. O Caso de Itu", 1989, mimeo.

-----, "Itu e a República" mimeo, s/d.

- MAFFEI, Ermelindo "A Comarca de Itu- Fatos de Ontem e de Hoje" ,Itu SP, Imprensa Oficial do Município de Itu, ano II 02-02-1979 p. 13 ed. especial.
- MARQUES, Azevedo. "Fábrica de Tecidos na Província" in *Jornal Província de São Paulo* 31/3/1875.
- MARTINS, José de Souza. *Conde Matarazzo: o empresário e a empresa*, SP, Hucitec, 1976.
- MARTINS, Ana Luiza. *República um Outro Olhar*, Sp, ed. Contetto, 1989.
- MARTINS, José de Souza. "Modernização agrária e industrialização no Brasil", in: *América Latina* ano 12 n. 2 1969.
- MARX, Karl. "A Maquinaria e a Indústria Moderna", in: *O Capital*, livro I vol 1, RJ, Civilização Brasileira, 1980.
- MATTA, Caeiro da. *Estudos Econômicos e Financeiros III- Habitações Populares*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1909.
- MATTOS, Odilon Nogueira de. *A Evolução das Idéias Republicanas através dos Documentos*, mimeo, s/d.
- MESQUITA, Eni de. "Uma Contribuição ao Estudo da Estrutura Familiar em São Paulo durante o Período Colonial. a Família Agregada em Itu de 1780 a 1830", in: *Revista de História* , jan/mar. n. 105 1976
- MILHANO, Hernani *Noções Gerais Sobre a Fiação Brasileira*, Salto, 1926.
- MONTOUX, Paul. "Cap. IV A Máquina a Vapor", in: *A Revolução Industrial no Século XVIII*, SP, Hucitec,

MORAES, Plínio Guimarães. *Condições de Funcionamento do Bloco Cafeeiro Paulista. (1888-1919)*, IE-Unicamp.

----- . *A República no Brasil: 100 anos à procura da Modernidade*" mimeo, 1988.

MULLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*, SP Typ. de Costa Silveira, 1838, reedição literal 1923.

MULLER, Daniel Pedro *Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*, SP, Typ. de Costa Silveira, 1838 reed. 1923

NARDY FILHO, Francisco A *Fábrica São Luiz de Itu: Primeira Fábrica de Tecidos à Vapor Fundada em São Paulo SP*, 1949 s/ed.

----- . "Os Pacheco da Silva" in *Jornal O Estado de São Paulo* 23/12/1950

----- . *A Cidade de Itu SP*, ed. Esc. Salesianas: 4 Vols. ; 1o. 1928, 2o. 1930, 3o. 1950, 4o.1950.

NEME, Mário. *História da Fundação de Piracicaba*, Piracicaba SP, João Mendes Fonseca ed., 1943.

NOGUEIRA, Emilia Costa "O Movimento Republicano de Itu: os fazendeiros do Oeste Paulista e os Pródomos do movimento Republicano" in *Revista de História* ano V no. 19, 1954.

"Nossa Indústria do Papel", in: *Observador Econômico e Financeiro*, 37-42/1939.

OLIVEIRA, Sonia Gonzaga de. "Notas Sobre o Tema Vilas Operárias (versão Preliminar)" Rio, Junho 1984, mimeo.

PADLI, Maria Célia. Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros (Comunicação, Rio de Janeiro, Museu Nacional- UFRJ, out. 1982) mimeo.

PARIAS, Louis-Henri. Historia General del Trabajo, México-Barcelona, Edições Grijalbo S/A, 1965.

PENA, Maria Valéria J., "A Mulher na Força de Trabalho" in: BIB- Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais n.9, 1980.

PENTEADO, Fausto de Almeida Prado., "A Convenção de Itu e a Propaganda Republicana em S. Paulo", in: RIHGSP, vol. XL, 1942.

PERROT, Michelle. "Les Ouvriers, l'habitat et la Ville au XIX e Siecle"

-----, " The three ages of Industrial Discipline in Nineteenth-Century France"

PETRONE, Maria Thereza S. A Lavoura Canavieira em São Paulo, SP, Difusão Européia do Livro, 1968.

PISANI, Salvatore. Lo Stato di San Paolo nel Cinquantenario dell'Immigrazione, SP, Typ. Napoli, 1937.

PIZA, Dr. A. "Chronicas dos Tempos Coloniais: O militarismo em São Paulo", in: RIHGSP vol. IV, 1898-99.

QUEIROZ, Carlota Pereira. Um Fazendeiro Paulista no Século XIX (Manoel Elpidio Pereira Queiroz), SP, Conselho Estadual de Cultura de São Paulo, 1964.

QUEIROZ, Sueli Robles Reis de "Algumas Notas sobre a Lavoura do Acúcar em São Paulo no Período Colonial" in Anais do Museu Paulista tomo XXI, 1967.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar Brasil 1890-1930**, RJ, Paz e terra, 1985.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa **Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930)** IFCH-UNICAMP, mimeo, 1980.

RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. **As Origens da Propaganda Republicana: O Manifesto de 1870** mimeo, s/d.

ROLNIK, Raquel. "De como São Paulo virou a Capital do Capital" in: Lúcia do Prado Valladares (org). **Repensando a Habitação no Brasil** RJ, Zahar ed., 1983.

-----, **O que é Cidade**, Col. Primeiros Passos, n. 203, 1988.

-----, **Cada um no seu lugar. São Paulo início da industrialização**, Geografia do Poder, FAU-USP, mimeo.

SAIA, Helena **Arquitetura e Indústria: Fábricas de Tecidos de Algodão em São Paulo 1869-1930**, FAU-USP, mimeo, 1989.

SALLES, Iraci Galvão, **Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada**, SP, Hicitec ed., 1986.

"São Paulo de 1870 e o início da indústria de algodão" in: **Digesto Econômico** ano. I n. 4, 1945.

SEMEGHINI, Ulisses **Cidade. Campinas, Industrialização e Urbanização (1860-1980)** IE-Unicamp, 1988, mimeo.

SESTINI, Maria Alice **O Tribunal do Juri: uma forma de Distribuição da Justiça**, IFCH-UNICAMP, 1979.

SILVA, Sergio **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**, SP, ed Alfa Omega, 1976

SILVA DIAS, Maria Odila da. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, SP ed. brasiliense, 1984.

SIMÃO, Azis. "Legislação Social- Trabalho Urbano" in: *Sindicato e Estado*, SP, Dominius ed. 1966.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana* SP, Comp. ed. Nacional, 1974.

SOUZA, Jonas Soares de A *Convenção de Itu e o Partido Republicano Paulista* USP/Museu Paulista/Museu Republicano, Itu, mimeo, 1987.

----- . *Ararituaguaba: O Porto Feliz*, ed. "Semana das Monções, SP, Canton gráfica, 1979.

----- . *Imigração e Colonização em um Município Acucareiro: O Problema da mão de obra em Porto Feliz (1875-1905)*, IFLCH-USP, 1975.

SOUZA, T. Oscar Marcondes de. *O Estado de São Paulo, Physico, Político, Econômico,, Administrativo.* SP, estabelecimento gráfico Universal, 1915.

SOUZA CAMPOS, Ernesto de "Subsídios para a História de Itu e Sorocaba" in RIHGSP,, vol L , 1953.

Lo Stato di S. Paolo (Brasile), Pubblicazione del Ministero di Agricoltura, Comercio e Opere Pubbliche, 1902.

STEIN, Stanley *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba* SP ed. Brasileinse, 1961

----- . *Origens e Evolução da Indústria Textil no Brasil 1850-1950* RJ, ed. Campus, 1979

STOLCKE, Verena e Michael Hall. "A Introdução do Trabalho Livre nas Fazendas de Café de São Paulo" , in: Revista de História n. 6.

STORCH, Robert D. "O Policiamento do Cotidiano na Cidade Vitoriana", in: Revista Brasileira de História n. 5, 1985.

TAUNAY, Affonso D'E A Glória das Monções: Discurso Proferido a 26 de abril de 1920, em Porto Feliz, SP, casa ed. O Livro, 1920.

----- . Guia do Museu Republicano "Convenção de Itu", SP, ind. gráfica Siqueira, 1946.

THOMPSON, E. P. "Intervalo: a Lógica Histórica", in: A Miséria da Teoria: ou um Planetário de Erros, RJ, Zahar ed., 1981.

----- . "Tiempo, Disciplina de Trabajo Y Capitalismo Industrial" in: Tradición Revuelta y Consciencia de Clase Barcelona, editorial Critica, 1979.

----- . La Formación Histórica de la Clase Obrera, Barcelona, editorial Laia, 1977.

TILLY, Louise. "Structure de l'emploi, Travail des femmes et changement démographique dans deux villes industrielles: Anzin et Roubaix 1872-1906" in: Le Mouvement Social octobre-décembre, n. 105 1978.

TOLEDO, Alfredo de, "Juizado de Fora e Ouvidoria de Itu", in: RIHGSP, vol. XII, 1907.

VAZ, Alisson Mascarenhas. "A Indústria Têxtil em Minas Gerais" in: Revista de História vol. LVI, n.111, 1977.

VEIGA FILHO, João Pedro da "Caminhos de Ferro em São Paulo" in Revista Faculdade de Direito de S. Paulo, RFDSP, SP, typ. da Cia Industrial de SP, 1893.

WEBER, Regina. A Formação do Trabalhador Fabril: História Oral em Ijuí/RS, IFCH-Unicamp, 1989, mimeo.

WOOTMANN, Klass. "Casa e Família Operária" in: Anuário Antropológico RJ, ed. Tempo Brasileiro, 1980.

ZIRMMERMANN, Maria Emilia Marques. O PRP e os Fazendeiros do Café Campinas SP, ed. Unicamp, 1986.

IV BIBLIOGRAFIA ESPECIFICA SOBRE SALTO

AB'SABER, Azis N., "Geomorfologia de uma linha de quedas apalachiana típica do Estado de São Paulo" in Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, vol.VII tomo I 1952-1953.

BOMBANA, João Matheus, "A Origem da Brasital S/A e seu Desenvolvimento", in: Jornal O Trabalhador, 1976-1977.

CASTELLARI, Luiz História de Salto, Salto SP, gráf. Taperá, 1971

DECONSSAM, José Benedicto Município de Salto, mimeo, 1940

LAMMOGLIA, José Francisco Archimedes. Salto - 1966 Epopéia SP, Indústria Gráfica Saraiva S/A, 1966.

LIBERALESSO, Ettore Salto, História, Vida e Tradição, SP, oficina oficial do Estado, 1987

MARTINS, S.J., M.N., "O Salto de Itú (Estado de São Paulo)", in: Broteria: Série de Vulgarização Científica Braga, Portugal, Typ. Augusto Costa e Mattos, 1912.

MERLIM, José Roberto Salto, Um exercício de Apreensão do Espaço Urbano TGI-FAU-USP mimeo 1974

-----, Indústria, Rio e Espaço na Visão de um Arquiteto, EESC, mimeo, 1986

MODENESI, May Christine Contribuição à Geomorfologia da Região de Itu-Salto: Estudo de Formação Superficiais Tese de Mestrado, Departamento de Geografia-USP, 1971

RANDI, Dr. Adriano Município de Salto RJ, IBGE, 1959

-----, Ensaio para a História do Jornalismo da Cidade de Salto, Itu, Nossagraf, 1984

ROSSI, Anicleide Zequini. "As Casas da Fábrica- A Vila Operária Brasital e seus Moradores", in: Boletim do Centro de Memória- Unicamp vol. 2, n. 3, 1990.

SAMARA, Myrna Mattar, Desenvolvimento Industrial de Salto, TGI-FAU-USP, mimeo 1976

TÍRICO, José Domingos "Itu-Salto: Binômio Industrial numa Secção da Fall-Zone Paulista" in Rev. da Univ. Católica de Campinas, ano X nos. 25/26 nov. 1964

V- ENTREVISTAS COM ANTIGOS MORADORES DE SALTO

SR. FERRARO	27/08/83
D. NORMA	22/07/84
SR. ANTONIO A.	22/11/84
D. ANA G.	19-03-85
D. ANA B.	12/03/85
D. IVONE	12/03/85
D. BENEDICTA	12/03/85

SR. ADRIANO Z.	04/08/84
D. MARIA M.	19/03/85
D. INÁCIA	26/03/85
D. LETÍCIA,	02/04/85
D. MERCEDES,	02/04/85
D. M. APARECIDA	02/04/85
D. ROSA P.	/85
D. LOURDES P.	/85
SR. ITALO F.	/87
D. MARIQUINHA	24/07/87 (A MAIS IDOSA COM 90 ANOS)
D. MARIA T.L.V.	02/07/87